



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO AMAZONAS  
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E  
SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**



**STHEPHANO MHAE ALVES FERNANDES**

**VILAS E ESTRUTURAS URBANAS NA AMAZÔNIA: A VILA E A MICRORREGIÃO  
DE CAIAMBÉ, MÉDIO SOLIMÕES, AMAZONAS**

**MANAUS  
2017**

**STHEPHANO MHAE ALVES FERNANDES**

**VILAS E ESTRUTURAS URBANAS NA AMAZÔNIA: A VILA E A MICRORREGIÃO  
DE CAIAMBÉ, MÉDIO SOLIMÕES, AMAZONAS**

**Dissertação de Mestrado em Geografia  
apresentada ao Programa de Pós-  
Graduação em Geografia do Instituto de  
Filosofia, Ciências Humanas e Sociais da  
Universidade Federal do Amazonas, para a  
obtenção do título de Mestre em Geografia**

**Orientadora: Profa. Dra. Tatiana Schor**

**MANAUS  
2017**

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

F363 Fernandes, Sthephano Mhae Alves  
Vilas e estruturas urbanas na Amazônia: A Vila e a Microrregião de Caiambé, Médio Solimões, Amazonas / Sthephano Mhae Alves Fernandes. 2017  
178 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Tatiana Schor  
Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Região. 2. Rede Urbana. 3. Tefé. 4. Vila de Caiambé. 5. Microrregião do Caiambé. I. Schor, Tatiana II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

## DEDICATÓRIA

Esta dissertação é dedicada a pessoas especiais que me acompanharam nessa jornada de minha vida. A Dimitri Fernandes e a Juciane Brandão, fundamentais pessoas a quem pude contar nos momentos de dificuldades e de alegrias na realização do mestrado.



## AGRADECIMENTOS

Acredito que nossas vidas são formadas de ciclos e caminho para fechar mais um e começar um novo momento da vida. Por isso, agradeço a todos que neste espaço de tempo fizeram parte, seja de forma direta ou indiretamente.

Se me for permitido pelas normas de redação científica, gostaria de escrever algumas palavras de cunho pessoal.

Este ciclo começa ainda na graduação, especificamente, quando começamos a cogitar a fazermos a prova de pós-graduação, a preparação e a maratona de estudo aumentou, consumindo o tempo nos fins de aula, grupo de estudo no final de semana, é não foi fácil, mas a recompensa foi termos passados na primeira seleção que prestamos.

Agradeço aos amigos de graduação que por ventura também se tornaram colegas na pós-graduação: Massilene Mesquita, Nágila Situba e Janderson Meireles. Aos amigos que fiz no mestrado: Arlan Justino, Marciclei, Luís Fernando, Salatiel, Valdilene.

Na construção desta dissertação, agradeço aos professores do NEPECAB: José Aldemir de Oliveira, Paola Verri de Santana, e em especial a Tatiana Schor pela orientação durante este período que foi o mestrado. Foi um prazer ter sido seu orientando e conhecer um pouco mais da profissional e da pessoa Tatiana Schor, obrigado por tudo.

A duas pessoas que foram essenciais e não mediram esforços nos trâmites burocráticos do mestrado, Gercicley Rodrigues (secretaria NEPECAB) e Graça Luzeiro (secretaria PPGEOG/G-UFAM), meus agradecimentos.

Agradeço, também, o IBGE, pela colaboração no repasse de dados do censo demográfico de 2010 da Vila de Caiambé. A Comissão de Assuntos Municipais da Assembleia Legislativa do Amazonas, meus agradecimentos, referentes a contribuição de documentos condizentes a criação de novos municípios.

Aos professores do Centro de Estudos Superiores de Tefé – CEST/UEA, pelo apoio antes e durante o mestrado, meus agradecimentos: a Maria Eliane Feitosa de Lima, Leonardo Oliveira Mendes, Viviane Pimentel Moscardini Sussumo, Eubia Andréa Rodrigues.

A Wenderson Pinto e Crisomara Cardoso, pelo apoio durante os campos na Vila de Caiambé e por me acolher algumas vezes em sua residência, agradeço pela ajuda fundamental nas entrevistas e aplicação dos questionários.

Nessa jornada de estudo e conciliar a permanência de onde morar, agradeço a: Suzi Situba ao disponibilizar um lugar para morar em minha chegada a Manaus. Ao meu Tio Sebastião Fernandes, que também me concedeu um lugar para morar, a quem agradeço e sou

eternamente grato por tudo. As minhas Tias Alzinete Fernandes e Lúcia Gomes, por terem cedido lugar para ficar nesta reta final de mestrado, enquanto estive em Manaus, obrigado por tudo.

Agradeço em especial a minha família pelo apoio e a força passada durante todo este período. Aos meus pais: Sebastião da Silva Alves e Maria Eunice da Silva Fernandes, a quem agradeço pelo esforço de sempre me aconselhar a alcançar lugares melhores por meio da educação.

A Thaylson Fernandes, meu irmão com a quem sempre conversei e discutimos sobre os nossos interesses para vida, e a minha cunhada Rislayne Medeios pelo apoio, a minha sobrinha Clara Lis Fernandes.

A Juciane Brandão e Dimitri Fernandes, a quem serei eternamente grato por terem me acompanhando na jornada que foi o mestrado, por terem paciência em momentos difíceis, e de poder desfrutar de momentos felizes ao lado de vocês, minha família.

## FINANCIADORES

Agradeço o apoio das seguintes instituições:

Para realização desta pesquisa, contou-se com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, que custeou a bolsa de estudo durante 24 meses (03/2015 a 03/2017) no valor total de R\$ 36.000,00.

Ao projeto CNPQ Universal – segurança alimentar, a vulnerabilidade hidrológica e o comércio: um estudo – diagnóstico do papel das vilas na microrregião do Alto Solimões, Amazonas. Número do processo: 441618/2014-6. Este projeto ajudou a custear as diárias de campo.

A Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado do Amazonas – FAPEAM; por meio do projeto FAPEAM Universal Amazonas, edital 30/2013 – Segurança Alimentar e rede urbana na Amazônia: um estudo – diagnóstico das vilas na microrregião do Alto Solimões, Amazonas. Nº chamada 062.00790/2015. Ao ter contribuído com o custeio de passagens durante o mestrado.

Ao Núcleo de Estudos e Pesquisas das Cidades da Amazônia – Nepecab; e da Universidade Federal do Amazonas – UFAM.

O Nepecab contribuiu com diárias para trabalho de campo, financiadas pelo PRONEX/FAPEAM – NEPECAB - “Cidades Amazônicas: dinâmicas espaciais, rede urbana local e regional”; e a Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Por ter possibilitado participação de evento durante o mestrado, custeando diárias.

## **Epígrafe**

*“A geografia é o que dela fizeram os geógrafos”.*

*Richard Hartshorne*

## RESUMO

Partiu-se da concepção de que desenvolver pesquisas na região Amazônica é intrinsecamente difícil. A viabilidade de transporte entre os lugares é restrita ao transporte de barcos, lanchas e motores rabetas. Contextualizar cientificamente um lugar no contexto urbano da Amazônia é tarefa desafiadora. Construir a identidade de uma cidade ou de uma Vila é tarefa ainda maior. Para construir a identidade da Vila de Caiambé, traçou-se os seguintes objetivos: 1 – Compreender a formação territorial do Brasil; 2 – Caracterizar o perfil urbano da Vila de Caiambé e como se dá o seu funcionamento como nódulo no contexto da Microrregião do Caiambé; 3 – Identificar os principais serviços e atividades produtivas desenvolvidas na Vila de Caiambé; 4 – Identificar o possível processo de criação do Município de Caiambé. A discussão dos objetivos aborda informações qualitativas e quantitativas divididas em três capítulos. As origens dos dados são de procedência secundária e primária. A maior parte dos dados foram coletados entre 2015 – 2017 *in loco*, onde se utilizou entrevistas semiestruturadas, aplicadas com lideranças políticas e civis, levantamento bibliográfico sobre a história do local, regional e nacional relacionado sobre a formação do Brasil, aplicação de questionário desenvolvido pelo NEPECAB intitulado da “Pesquisa Cidade – Vila” em Caiambé e a observação incessante do cotidiano local. Ao final dos campos realizados pode-se sistematizar os dados e estruturar a dissertação da seguinte forma: o 1º Capítulo refere-se a “A formação territorial do Brasil”, onde foram inseridos subitens trabalhando a história da formação dos municípios sob olhar da legislação, território até chegar a formação de cidade. O 2º Capítulo está fundamentado na “Caracterização do perfil da Microrregião do Caiambé e a Vila de Caiambé como sua centralidade”, evidenciando a localização onde é feita a pesquisa, e, mostrando os serviços e atividades produtivas desenvolvidas na Vila de Caiambé e possibilitando a criação da Microrregião do Caiambé, onde a função será determinada de acordo com a rede urbana estabelecida, assim determinará a centralidade da microrregião, Souza (2009). O 3º Capítulo com tema “Invisibilidade Municipal”, fará um retrospecto de distintas visões sob: Olhar do Pesquisador “visão de fora” / Olhar do Morador “visão de dentro”, visão pautada nas observações em campo e relatos de moradores expondo o cotidiano vivenciado durante anos, classificação proposta por Pierre Monbeig (1908-1987). A discussão da invisibilidade econômica, ligada com o regime hidrológico que repercute na cesta básica regionalizada. Ao fim do capítulo reportou-se a discussão da criação do Município de Caiambé e aos benefícios que foram conseguidos com tal criação. Por se tratar de uma Vila desconhecida para a comunidade acadêmica, procurou-se apresentar vários campos, entre eles: o histórico, urbano, social, econômico e político. Assim, a Vila foi vista em ambas as partes. Neste universo de dinâmicas urbanas e redes consolidadas com o tempo contextualizou-se a inserção de uma Vila na rede urbana local e regional. Realizar objetivos propostos a entender a funcionalidade da Vila de Caiambé foi primordial para que as comunidades presentes ao seu entorno pudessem aparecer com o papel de Microrregião do Caiambé. Enfim, essa dissertação tenta evidenciar e indicar a importância de estudos voltados as Vilas e estruturas urbanas na Amazônia, pois, as Vilas têm dinâmicas urbanas tão quanto importantes desenvolvidas nas cidades pequenas. E pelas Vilas, também, é possível compreender a urbanização na Amazônia.

Palavras-chave: Região; Rede Urbana; Tefé; Vila de Caiambé; Microrregião do Caiambé, Amazonas, Brasil.

## ABSTRACT

It was assumed that research in the Amazon region is intrinsically difficult. Transport difficulties between places is done mainly by boats, motorboats and theoretically contextualizing a place in the urban context of the Amazon is a challenging task. To understand the identity of a city or a village is an even greater task. In order to do so with the Vila of Caiambé the following objectives were drawn: 1 - To understand the territorial formation of Brazil; 2 - Characterize the urban profile of the Vila of Caiambé and how it functions as a nodule in the context of the Caiambé Microregion; 3 - Identify the main services and productive activities developed in the Vila of Caiambé; 4 - Identify the possible process of creation of the Municipality of Caiambé. The discussion of the objectives addresses qualitative and quantitative information divided into three chapters. The origins of the data are of secondary and primary research. Most of the data was collected between 2015 - 2017 in loco, where semistructured interviews were used, bibliographic survey of local, regional and national history on the formation of Brazil, application of a questionnaire developed by NEPECAB titled "City - Village Research" in Caiambé and the incessant observation of local daily life. This dissertation is organized in the following way: 1<sup>st</sup>. Chapter refers to "The territorial formation of Brazil", where subitems were history of the formation of municipalities under the legislation, territory until arriving at the formation of city; 2<sup>nd</sup>. Chapter considered the "Characterization of the profile of the Caiambé Microregion and the Vila of Caiambé as its centrality ", highlighting the location where the research was done, and, showing the services and productive activities developed in the Vila of Caiambé and enabling the creation of Caiambé Microregion, where the function will be determined according to the established urban network, thus determining the centrality of the micro-region, Souza (2009). The 3<sup>rd</sup>. Chapter with the theme "Invisibility Municipal ", is a retrospective of different visions. The discussion of economic invisibility, linked to the hydrological regime that has repercussions on the regionalized basic basket. At the end of the chapter, the creation of the Municipality of Caiambé was considered.

Keywords: Region; Urban Network; Tefé; Vila of Caiambé; Microregion of the Caiambé, Amazonas, Brazil.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Poço Artesiano-----	78
Figura 2: Caixa d'água-----	78
Figura 3: Distribuição de Energia Elétrica-----	80
Figura 4: Usina termelétrica da Vila de Caiambé-----	81
Figura 5: Agência dos Correios de Caiambé-----	82
Figura 6: Creche – Escola Municipal Esther Lima-----	84
Figura 7: Escola Municipal Esther Lima-----	84
Figura 8: Anexo da Escola Esther Lima-----	85
Figura 9: Ensino Municipal na Vila de Caiambé-----	86
Figura 10: Escola Estadual Amélia Lima-----	88
Figura 11: Primeira Placa Construção-----	89
Figura 12: Foto Panorâmica da Obra-----	90
Figura 13: Mosaico de Fotos da Obra-----	91
Figuras 14, 15: Centro de Saúde Rossini Barbosa Lima-----	94
Figuras 16, 17: Atividades físicas realizadas no posto de saúde e a caminhada-----	96
Figura 18: Entrega do kit bucal-----	96
Figuras 19, 20: Prontuários das Ruas e Comunidades Atendidas em Caiambé-----	98
Figura 21: Mosaico da casa de Farinha Comunitária-----	101
Figura 22: Flutuante da Farinha-----	104
Figura 23: Flutuante DGS – Comprador de Farinha-----	105
Figura 24: A horta das Irmãs Franciscanas-----	106
Figura 25: Adubo natural paú-----	107
Figura 26: Rede de pesca como protetor da horta urbana-----	108
Figura 27: Modos de Plantio-----	110
Figura 28, 29: Produção Familiar, Pesca Comercia-----	110
Figura 30: Pesca Comercial no Rio Solimões-----	113
Figura 31: Pesca Comercial – Lance de Pesca da Espécie Jaraqui-----	114
Figura 32: Pesca Artesanal-----	115
Figura 33: Venda de Pirapitinga ( <i>Piaractus brachypomus</i> ) na Vila-----	116
Figura 34: Cambada de Sardinha ( <i>Tripurtheus</i> sp.)-----	118
Figura 35: Frigorífico Neto Soares-----	120
Figuras 36, 37: Câmara de resfriamento-----	121
Figura 38: Mapará embalado para ser revendido-----	121

Figuras 39, 40: Comércio do Senhor Adelson-----	127
Figuras 41, 42: Produção de Açaí do Senhor Okimar-----	128
Figura 43, 44: Produção de Açaí do Senhor Pelé-----	129
Figura 45: Localização dos Produtores de Açaí em Caiambé-----	129
Figura 46: Ginásio Poliesportivo 2015 -----	131
Figura 47: Ginásio Poliesportivo 2016-----	131
Figura 48: Intervalo de Jogo Futebol Feminino entre os times de Caiambé x Genipaua-----	132
Figura 49: Porto das Lanchas Rápidas-----	139
Figura 50: Lancha Rio Mamia-----	141
Figura 51: Lancha Gaivotinha-----	141
Figura 52: Transporte com motor rabeta-----	142
Figura 53: Motor Rabeta Movido a Gás-----	142
Figura 54: Barco Monte Sinai-----	144
Figura 55: Porto de Caiambé – Período da Cheia-----	145
Figura 56: Porto de Caiambé – Período da Seca ou Vazante-----	146
Figura 57: Lago de Caiambé e Rio Solimões-----	148
Figura 58: Julho de 2015-----	150
Figura 59: Julho de 2016-----	150
Figura 60: Cheia de julho de 2015-----	151
Figura 61: Vazante de julho de 2016-----	151
Figura 62: Itens Cesta básica da Vila de Caiambé-----	154
Figura 63: Conveniência e Posto Tello-----	161
Figura 64: Visita técnica da Comissão de Assuntos Municipais da Assembleia Legislativa do Amazonas-----	163



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Níveis Interpretativos -----	17
Tabela 2: Metas, Atividades Realizadas, Atividades realizadas em Campo-----	20
Tabela 3: Vilas do séc. XVI-----	29
Tabela 4: Vilas do séc. XVII-----	32
Tabela 5: Vilas do séc. XVIII-----	35
Tabela 6: Distribuição das Cidades no Brasil em 1823-----	41
Tabela 7: Divisão Regional do Amazonas em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas-----	67
Tabela 8: Série Histórica da População de Tefé-----	71
Tabela 9: Tipos de casas na Vila-----	72
Tabela 10: Educação Municipal-----	83
Tabela 11: Educação Estadual-----	87
Tabela 12: Hortaliças cultivadas na Vila de Caiambé-----	108
Tabela 13: Especificação dos peixes mas vendido e consumidos na Vila-----	116
Tabela 14: Classificação dos bagres por kg-----	118
Tabela 15: Tabela de Preço da Comercialização da Castanha na Vila de Caiambé--	123
Tabela 16: Comerciantes de Açaí na Vila de Caiambé-----	125
Tabela 17: Lista de embarcações da rede de transporte de Tefé que param na Vila de Caiambé-----	142
Tabela 18: Super Mercados em Tefé-----	155
Tabela 19: Cálculo do custo total da CBR para a cidade de Tefé-----	155
Tabela 20: Mercadinho e Mercearia na Vila de Caiambé-----	156
Tabela 21: Cálculo do custo total da CBR para Vila de Caiambé-----	158
Tabela 22: Comércio na Vila de Caiambé-----	159
Tabela 23: Preços da gasolina vendida pelo Posto Tello em Caiambé-----	161
Tabela 24: Preços do Gás de Cozinha na Vila de Caiambé, vendido pelo Posto Tello em Caiambé-----	161
Tabela 25: Órgãos envolvidos com o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e respectivas funções-----	167

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ALEAM – Assembleia Legislativa do Amazonas

BB – Banco do Brasil

CRAS – Centro de Referência da Assistência Social

CBR – Cesta Básica Regionalizada

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CEST – Centro de Estudo Superiores de Tefé

DATASUS – Departamento de Informática do Sistema de saúde

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias

FAPEAM – Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado do Amazonas

FPM – Fundo de Participação dos Municípios

GIZ – Agência do Governo Federal Alemão para a Cooperação Econômica e o Desenvolvimento Sustentável.

IPAAM – Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas

IDAM – Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ISS – Imposto Sobre Serviços

IPTU – Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana

INMET – Instituto Nacional de Meteorologia

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Prestação de Serviço

MC – Microrregião do Caiambé

NEPECAB – Núcleo de Estudos e Pesquisas das Cidades da Amazônia

SINDPESCA – Sindicato de Pescadores de Tefé

SIC – Sistema Integrado Comercial

SEMED – Secretária Municipal de Educação

SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

STN – Secretaria do Tesouro Nacional

TCU – Tribunal de Contas da União

UFAM – Universidade Federal do Estado Amazonas

UEA – Universidade do Estado do Amazonas

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
1 FORMAÇÃO TERRITORIAL DO BRASIL.....	25
1.1 História da Formação das Cidades e Vilas no Brasil.....	29
1.2 Legislação.....	40
1.3 Território.....	44
1.3.1 A história da Vila de Caiambé.....	47
1.4 Cidade pequena.....	60
2 CARACTERIZAÇÃO DO PERFIL DA MICRORREGIÃO DO CAIAMBÉ E A VILA DE CAIAMBÉ COMO SUA CENTRALIDADE.....	67
2.1 Localização.....	67
2.2 Da população.....	71
2.3 Microrregião do Caiambé articulada em diversas redes – serviços e atividades produtivas.....	73
2.3.1 Serviço de água.....	77
2.3.2 Serviço de energia elétrica.....	79
2.3.3 Educação.....	83
2.3.4 A geografia da saúde na Vila de Caiambé.....	92
2.4 Atividades produtivas (farinha, pesca, açaí, castanha).....	99
2.4.1 Farinha de mandioca.....	99
2.4.2 Pesca.....	111
2.4.3 Castanha.....	121
2.4.4 Açaí.....	124
2.4.5 Condições humanas e sociais da Vila de Caiambé e da Microrregião do Caiambé....	127
3 INVISIBILIDADE MUNICIPAL.....	132
3.1 – Olhar do Pesquisador “visão de fora” / Olhar do Morador “visão de dentro”.....	132
3.1.1 Transporte: a mobilidade hidroviária.....	136
3.1.2 Acompanhamento do regime hidrológico da Vila de Caiambé.....	147
3.1.3 A Cesta básica na Vila de Caiambé.....	150
3.2 A Invisibilidade da estrutura econômica da Vila de Caiambé.....	157
3.2.1 Comércio em terra firme.....	157
3.2.2 Comércio na beira de Caiambé.....	159
3.3 Processo de criação do Município de Caiambé.....	161
3.3.1 Finanças públicas municipais.....	165
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	168
REFERÊNCIAS.....	171

## INTRODUÇÃO

A pesquisa abrangeu a realidade do cotidiano da Vila de Caiambé, município de Tefé – Amazonas, e as relações mantidas com as comunidades dentro do que se conceituou como Microrregião do Caiambé. Buscou-se entender a importância, em termos, de estruturação da rede urbana que a Vila tem para as comunidades do Rio Solimões e do Lago de Caiambé. A construção da observação geográfica foi monográfica devido aos poucos estudos relacionados a este tema nesta microrregião.

Iniciou-se o estudo partindo das abordagens clássicas da geografia que tem na descrição um elemento fundamental. A descrição da Vila do Caiambé, doravante chamada neste estudo somente de Caiambé, é fruto de um conjunto de trabalhos de campo sistemáticos realizados entre 2015 e 2017. Os trabalhos de campo tiveram como objetivo levantar dados, reconhecer padrões espaciais, entender o cotidiano do Caiambé e como esta Vila organiza o espaço da Microrregião do Caiambé. Devido à inexistência de dados secundários confiáveis foi necessário coletar dados primários e sistematizá-los para poder se compreender a estrutura urbana e o cotidiano do Caiambé.

Os estudos regionais e suas (re)configurações contribuem na compreensão das transformações locais observadas. O estudo realizado por Schor (2013), sobre cidades invisíveis, ao desempenharem funções urbanas não observadas, chegou-se à conclusão de que não somente algumas cidades são invisíveis, as Vilas também são invisíveis. Invisíveis para o estado e para os estudos acadêmicos, porém, visível para a sua região de influência por meio de serviços e atividades oferecidos a população local e pela sua dinâmica com centros maiores, em especial se se refere a Vila de Caiambé.

Este trabalho teve como objetivo compreender a Vila de Caiambé na estrutura da rede urbana do Médio Solimões, Amazonas. A Vila do Caiambé é uma localidade pouco estudada, porém, importante na microrregião do Médio Solimões. Partindo de estudos *in loco*, espera-se sanar, em parte, as lacunas deixadas pela falta de estudos científicos, e contribuir na discussão da complexidade urbana na Amazônia, em especial na microrregião analisada.

A pesquisa vai de encontro em mostrar as funções de pequena cidade desempenhada pela Vila de Caiambé na região do Médio Solimões, Amazonas. Pode não parecer abrangente, mas, quando analisados sobre a ótica de funções da localidade no território é somente neste momento que se ver-se-á articulações consolidadas em rede, sejam elas: políticas, comerciais

e de relações sociais. Algumas vezes, a realidade apresenta-se mascarada, mas, ao se olhar para o cotidiano, ver-se-á a Vila articulada em rede com muitas funções a serem desenvolvidas, demonstrando ser um nódulo ou centralidade que por meio de sua estrutura urbana é importante na consolidação da rede local para a região.

Perante as transformações na passagem física, econômica e social vivenciada em Caiambé, estabeleceu-se a demanda de serviços oferecidos a sua população e demais comunidades vizinhas. Por esta perspectiva de importância no Médio Solimões é que a Vila de Caiambé adquiriu no transcorrer do tempo, possibilidade de se pensar na Microrregião do Caiambé que tem na Vila de Caiambé sua centralidade.

Para se entender a construção da Microrregião do Caiambé, buscou-se referencial teórico regional e nacional que pudesse contextualizar a dinâmica do cotidiano da Vila com as comunidades e a caracterização de uma microrregião. Assim, adotou-se o caminho metodológico que possibilita a explicação mais próxima do cotidiano, buscando-se estabelecer a relação entre teoria e prática na construção da práxis geográfica.

Nesse sentido, delimitou-se um conjunto de procedimentos desenvolvidos por Schor; Oliveira (2011), adaptados à realidade de Caiambé, visando explicar a articulação em rede que caracteriza a microrregião.

<b>Níveis Interpretativo</b>	<b>Procedimentos Metodológicos</b>
Políticas Públicas	Identificar os principais serviços públicos voltados para Caiambé. Por ser Distrito depende de sua sede municipal para lhe auxiliar nos serviços de saúde, educação e energia. E entender como a mesma se articula com a rede urbana no meio Solimões. E a discussão sobre o processo de criação do Município de Caiambé.
Cotidiano Urbano	Sem dúvida, os lugares têm suas próprias demandas e funcionalidades, Corrêa (2003) destaca três pontos para diferenciação do estudo da rede urbana: origem, tamanho e funções, observados no decorrer da história da Vila de Caiambé. Mas, olhando o cotidiano como conjunto de produtos e de obras diferentes dos seres vivos na perspectiva de construção da Microrregião do Caiambé (SOUZA, 2009).
Dinâmica populacional, estrutura social.	Analisar os dados censitários IBGE, em especial aos que se referem ao Caiambé, com relação a dinâmica populacional, educação, saúde, serviço de água, serviço de energia elétrica.
	Realizar levantamento de dados na Vila de Caiambé referentes a estrutura de comércio e abastecimento. Analisar como ocorre

Ramos de atividades econômicas	nos dias atuais a relação direta de Caiambé com as comunidades pertencentes da Microrregião do Caiambé. E a relação comercial com centros maiores, no caso a capital Manaus no abastecimento de produtos e venda de seus produtos.
Recursos Naturais	Realizar coleta de dados primários na Vila sobre a estrutura de comércio pautada na: produção de Farinha de Mandioca, Pesca Comercial, Produtos Florestais Não-Madereiros “Castanha” e “Açaí”, como fonte renda.
Transição dos Hábitos Alimentares	Acompanhamento do Regime Hidrográfico na Vila de Caiambé. E o acompanhamento da Cesta básica na sede municipal, Tefé e na Vila de Caiambé.

**Tabela 1:** Níveis Interpretativos Schor; Oliveira (2011).

Os procedimentos adotados sobre níveis interpretativos trabalhados por Schor; Oliveira (2011) vislumbram estudos relacionados sobre cidades na Amazônia. O estudo possibilita realizar um conjunto de arranjos relacionados a tipologia de rede urbana na Amazônia. O detalhamento de informações metodológicas propostas pelos autores foi adaptado em função de compreender as especificidades que acontecem localmente na região do Médio Solimões, com a finalidade de contribuir com o estudo sobre cidades e de Vilas na Amazônia.

A primeira coluna expõe os níveis interpretativos utilizados no texto original, todavia, com relação aos procedimentos metodológicos foram adaptados para poder se contextualizar a própria tipologia do lugar, exaltando suas especificidades.

Os processos metodológicos citados por Schor e Oliveira (2011) foram procedimentos metodológicos utilizados para a construção desta dissertação. A estrutura da dissertação foi estabelecida de acordo com cada objetivo específico, a fim de caracterizar da melhor forma possível a dinâmica entre a Vila com sua microrregião.

A primeira hipótese consistia que “Caiambé não deveria ser tratada como Vila, mas sim como pequena cidade no contexto da urbano-diversidade da rede urbana do Amazonas”. A hipótese teve que ser re(elaborada), a partir da proximidade estabelecida com objeto de estudo, notou-se que se precisaria rever a hipótese por não contextualizar o todo em que estava inserida a Vila de Caiambé.

Pela importância que a Vila de Caiambé adquiriu no Médio Solimões no transcorrer do tempo, construiu-se a hipótese de que existe uma Microrregião do Caiambé, que tem na Vila

de Caiambé sua centralidade. Foi somente após os extensos trabalhos de campo que se pode compreender a existência desta microrregião e a centralidade que Caiambé exerce.

Com o re(ordenação) da hipótese, os objetivos foram re(estruturados) para ficar de acordo com a paisagem da Vila. Assim, pode-se estabelecer os objetivos de forma que compreendesse a Vila e a Microrregião do Caiambé, que antes não estava incluída nos objetivos a serem alcançados.

Deste modo, o objetivo geral foi: compreender a Vila de Caiambé que se comporta com funções de pequena cidade na Microrregião do Caiambé.

Para alcançar os objetivos específicos propostos para esta dissertação, traçou-se metas que pudessem alcançar a finalidade dos objetivos, (1) compreender a formação territorial do Brasil; (2) caracterizar o perfil urbano da Vila de Caiambé e como se dá o seu funcionamento como nódulo no contexto da Microrregião do Caiambé; (3) identificar os principais serviços e atividades produtivas desenvolvidas na Vila de Caiambé; (4) identificar o possível processo de criação do Município de Caiambé.

Alguns textos foram utilizados para responder aos objetivos que se propôs para esta dissertação. Os textos teóricos com potencial para capturar as especificidades locais que refletem a expansão urbana sobre a Amazônia, a luz dos referências teóricos vislumbrou-se a construção deste estudo, que possibilita a localização e datação de criação de vilas e cidades no Brasil, realizado por Azevedo (1992); a discussão proporcionada por Sérgio Buarque de Holanda (1987) ao afirmar que as cidades no Brasil forma um “desleixo”; a caracterização das cidades da Amazônia por Araújo (1998); os estudos realizados pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas das Cidades da Amazônia – NEPECAB. Todos estes estudos possibilitam a construção e caracterização da identidade de Caiambé, e de se entender o movimento no espaço e tempo da urbanização na Amazônia.

Aos textos de Schor deu-se ênfase ao texto sobre “as cidades invisíveis da Amazônia brasileira” (2013), por caracterizar as Vilas, também, como invisíveis neste processo dinâmico em que estão inseridas em rede; Oliveira (2006), ao escrever uma das passagens mais emblemáticas vivenciadas na história do Amazonas, a extração da borracha; aos estudos envolvendo as Vilas como objeto de estudo, estão: Franco (2016) ao estudo sobre a Vila de São Francisco de Tonantins; Tavares-Pinto (2015) ao estudo sobre “A caça e a pesca na beira de Tabatinga: um estudo do mercado de recursos naturais na Tríplice Fronteira Brasil-Colômbia-Peru”. Apesar de já se ter estudos sobre as Vilas no Amazonas, ainda não são

satisfatórios pela tamanha dimensão que é a região Norte, possibilitando um vazão sobre a discussão para a pequena escala, no caso as Vilas.

As contribuições proporcionadas pelas bibliográficas citadas anteriormente e a contribuição de outras obras que fundamentaram a construção metodológica, sendo indispensáveis para alcançar as metas, a tabela a seguir apresenta quais e como foram realizados:

<b>Metas</b>	<b>Atividades Realizadas</b>	<b>Atividades realizadas especificamente em campo</b>
1. Compreender a formação territorial do Brasil;		Leitura de Livros, Teses, Dissertação, Monografia, artigos, referentes ao conhecimento sobre a formação do Brasil.
2. Caracterizar o perfil urbano da Vila de Caiambé e como se dá o seu funcionamento como nóculo no contexto da Microrregião do Caiambé;	Levantamento de Literaturas sobre a ocupação do Brasil Colonial e República; Literaturas que expressem a ocupação humana do território de Tefé e da Vila de Caiambé;	Visita com entrevistas aos setores públicos e privados: prefeitura, secretarias municipais, hospital municipal, posto de saúde, escolas, paróquia local, pousadas, líder de associações na Vila.
3. Identificar os principais serviços e atividades produtivas desenvolvidas na Vila de Caiambé;	Levantamento de dados quantitativos secundários: IBGE, IDAM, SINDPESCA DATASUS, SEDUC, banco de dados do NEPECAB; Coleta de imagens da internet para confecção de mapas.	Viagem a Vila de Caiambé, a fim de se obter mais informações sobre a relação entre Tefé/Caiambé e Caiambé/Comunidades da Microrregião do Caiambé, por meio de registros históricos e pela observação das relações sociais e econômicas. Identificação dos principais produtos comerciais vendidos localmente e regionalmente. O monitoramento da cesta básica na Vila de Caiambé e Tefé.
4. Identificar o possível processo de criação do Município de Caiambé.		Reunião realizada em conjunto com o representante da Comissão de Assuntos Municipais e Revisão Territorial da Assembleia Legislativa do Amazonas



		(ALEAM) e o IGBE.
--	--	-------------------

**Tabela 2:** Metas, Atividades Realizadas, Atividades realizadas em Campo.

A pesquisa de campo ocorreu em 8 etapas, cada etapa corresponde a um mês. As metas que foram traçadas, ocorreram no aprimoramento de cada etapa. Pelo desconhecimento do local de pesquisa, cada etapa apresenta elementos, ou seja, atividades não percebidas no campo anterior. Não foi possível coletar informações de uma única meta, contudo, as informações das metas tramitaram por todos os campos.

O primeiro campo ocorreu em outubro de 2015. O objetivo deste campo foi conhecer a Vila de Caiambé, e observar a estrutura urbana e de coletar informações secundárias e primárias na sede municipal e na Vila de Caiambé. Este campo teve duração de quatro dias, por causa do retorno às aulas da pós-graduação, quando se retornou a Manaus. Mas, o roteiro de campo de outubro de 2015 consistia, além da coleta de dados na Vila de Caiambé, conhecer a Vila de São Francisco de Tonantins, e observar as diferenças e funcionalidades entre as Vilas e o papel que desempenham na microrregião onde estão territorializadas.

Após a primeira coleta de dados em campo, e levantamento de bibliografias pode-se realizar o exame de qualificação. As etapas seguintes seriam de maior rigor, principalmente, em descrever a Vila com mais propriedade. Apontando recortes de estudo mesmo que pequenos, mas importantes na construção e caracterização da Vila de Caiambé.

Adotou-se a metodologia proposta por Moraes et al. (2016), de realizar a coleta no dia 10 de cada mês para a Vila. Para realizar a coleta de informações sobre a cesta básica regionalizada de Caiambé, pela manhã se coletava informações de preços nos supermercados em Tefé e a tarde se coletava os preços da cesta básica na Vila.

Os campos tinham duração em média de 10 dias. A grande dificuldade encontrada durante os campos foi o medo que os habitantes locais tinham de repassar informações. O segundo campo ocorreu em junho de 2016, para repassar segurança a quem estava sendo entrevistado; sempre se usou uma camisa contendo o emblema da UFAM e um crachá de identificação mostrando ser pesquisador do NEPECAB e, em algumas vezes, se utilizou a carteirinha de estudante da UFAM para comprovar que o objetivo era apenas realizar a pesquisa na localidade e longe de prejudicar a integridade de qualquer morador.

Realizou-se entrevistas em Caiambé e em Tefé sobre as redes de serviços que suprem a necessidade dos moradores da Vila e das comunidades da microrregião. Os principais serviços oferecidos a população local são: educação, saúde, energia elétrica e abastecimento de água.

Mesmo estando devidamente apresentado, contou-se com ajuda do senhor Wenderson Pinto, morador da Vila e de sua esposa Crisomara, professora da escola estadual Amélia Lima. Nas entrevistas sempre havia desconfiança sobre a pesquisa e o senhor Danilo, por ser morador, auxiliava em reafirmar que só era uma pesquisa que estava ocorrendo na Vila. Este mesmo problema aconteceu no estudo desenvolvido por Fernando (2014), e para sanar a desconfiança pelos moradores, teve morador que lhe ajudou durante sua coleta de dados.

A terceira etapa ocorreu em Julho de 2016, quando pode-se fazer a primeira coleta de informações a respeito da pesca comercial na Vila, no frigorífico Neto Soares. Também se observou a pesca para autoconsumo desenvolvida pelos moradores da Vila, que vendem seu pescado em frente de suas residências, seja em caixa de isopor ou em bacias.

A quarta etapa foi em julho de 2016, e teve como foco principal o acompanhamento da construção da escola de Caiambé. Além da obra da escola, dia após dia observou-se a estrutura da escola municipal Esther Lima. A gestora a senhora Leovigilda da Costa Lima concedeu uma entrevista mostrando a estrutura como se encontrava o prédio onde funciona o anexo da escola em situação precária.

A quinta etapa foi realizada em agosto de 2016, com o foco de realizar a contagem de todos os estabelecimentos comerciais, quais sejam: mercearias, mercadinhos, tabernas, padarias, sorveteria, papelaria, açougue, loja de materiais de construção, posto, frigorífico. A contagem possibilitou a realização de um parâmetro entre o comércio de terra firme e da beira de Caiambé.

A sexta etapa ocorrida em setembro de 2016 estava voltada para uma das principais peças que fazem a Vila exercer a centralidade perante a Microrregião do Caiambé, o setor de transporte. A localização da Vila faz com que ela tenha total acesso a rede de transporte construída por Tefé durante anos. E a Vila se beneficia deste serviço por meio do transporte de passageiros e de mercadorias alimentícias, de produtos de limpeza, de materiais de construção e materiais de trabalho, transportado pelos barcos de linha, e caracterizando o rio como principal rede de transporte e de rede urbana na Amazônia (OLIVEIRA, 2000).

A rede comercial da Vila de Caiambé desde 2017 depende de fornecedores de Tefé/Manaus. Assim, dando condições para que os produtos da cesta básica cheguem até a

Vila e nas comunidades da microrregião realizarem compras em Caiambé. Outro fator que interliga o comércio local e regional é a venda de produtos extrativistas, como farinha, pesca, açaí, castanha. Estes produtos também abrangem a Microrregião de Caiambé, e se tornam uma das fontes de renda dos moradores da Vila e das comunidades.

Na sétima etapa, que ocorreu em novembro de 2016 com aplicação do formulário da “Pesquisa Cidade – Vila”, realizada como parte das atividades de campo desta dissertação em 2017 no Caiambé. A coleta de dados teve a participação do mestrando Janderson Meireles Bezerra<sup>1</sup>, para aplicação dos questionários.

Ao final da “Pesquisa Cidade – Vila” em Caiambé realizou-se a mesma aplicação de formulário na Vila de Copatana, no Município de Jutai. Foi muito interessante em notar as diferenças entre as Vilas e mostrar que cada uma se articula, especificamente, diferente uma da outra e se conecta com redes maiores e diferentes.

A oitava etapa e último campo realizado em julho de 2017 tentou-se fazer um recorte de tudo o que tinha sido feito anteriormente e repassar por todos os pontos, analisando possíveis mudanças ou aparecimento de novos agentes modificadores da paisagem geográfica em Caiambé.

Ao final dos campos realizados pode-se sistematizar os dados e estruturar a dissertação da seguinte forma: o 1º Capítulo refere-se a “A Formação Territorial do Brasil”; o 2º Capítulo está fundamentado na “Caracterização do Perfil da Microrregião do Caiambé e a Vila de Caiambé como sua centralidade”; o 3º Capítulo com tema “Invisibilidade Municipal”.

Para realização desta pesquisa contou-se com o apoio de instituições como a CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, que custeou a bolsa de estudo durante 24 meses (03/2015 a 03/2017), no valor total de R\$ 36.000,00.

Ao projeto CNPQ Universal – Segurança alimentar, a vulnerabilidade hidrológica e o comércio: um estudo – diagnóstico do papel das vilas na microrregião do Alto Solimões, Amazonas. Número do processo: 441618/2014-6. Este projeto ajudou a custear as diárias de campo.

A Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado do Amazonas – FAPEAM; por meio do projeto FAPEAM Universal Amazonas, edital 30/2013 – Segurança Alimentar e rede urbana na Amazônia: um estudo – diagnóstico das vilas na microrregião do Alto Solimões,

---

1 Pesquisador da Vila de Copatana no Município de Jutai

Amazonas. Nº de chamada 062.00790/2015, que contribuiu com o custeio de passagens durante o mestrado.

Ao Núcleo de Estudos e Pesquisas das Cidades da Amazônia – NEPECAB; e da Universidade Federal do Amazonas – UFAM.

O NEPECAB contribuiu com diárias para trabalho de campo, financiadas pelo PRONEX/FAPEAM – NEPECAB - “Cidades Amazônicas: dinâmicas espaciais, rede urbana local e regional”; e a Universidade Federal do Amazonas – UFAM, por ter possibilitado participação de evento durante o mestrado, custeando diárias.

Ao fim deste estudo sobre a Vila de Caiambé e a Microrregião de Caiambé conclui-se que a Vila é um importante entreposto de serviços e atividades produtivas, fundamentais para sua autonomia enquanto projeto futuro de emancipação de Tefé.

Os serviços e atividades produtivas desenvolvidos na Vila fazem com que MC exista e se modifique de acordo com a sua centralidade, no caso Caiambé. Espera-se que o processo de criação de novos municípios, em especial o de Caiambé, seja levado adiante para a criação deste novo Município do Amazonas. Os ganhos para o meio social seriam evidentes na Vila, com mais empregos proporcionados no ramo da educação, saúde, meio ambiente, infraestrutura, banco, telefonia e entre outros. Vários ramos de trabalho seriam criados, proporcionando melhores condições de comunicação com Microrregião, por exemplo: a instalação de torres de celulares, ainda não existente na Vila.

Os serviços se instalariam na MC e as atividades produtivas seriam a base da economia local. Assim, possibilitando transformações na estrutura urbana e a Vila que se tornou Município construir sua própria rede relação com a capital Manaus sem depender de Tefé.

## 1 FORMAÇÃO TERRITORIAL DO BRASIL

Escrever sobre a Formação Territorial do Brasil é voltar-se no tempo, é descrever a formação deste território de acordo com seu descobridor, neste caso a Coroa de Portugal. A formação dos povoados coloniais foi decorrente das primeiras missões de descoberta de novas terras. Estas missões logo se tornaram fortes que abrigavam o povoado, via de regra, formados por índios “escravos”, soldados e comandantes.

Assim, de acordo com a descoberta das riquezas naturais, mais se dispersavam as colônias ou vilas ao longo do litoral do Brasil. As vilas formadas no século XVI no Brasil eram para ser passageiras. Sérgio Buarque de Holanda (1987), afirma que “a colônia é simplesmente um lugar de passagem” (HOLANDA, 1987, p. 65) e, que o grande objetivo era extrair as riquezas naturais.

As abordagens de que o Brasil seria apenas um lugar a ser explorado começa a ganhar importância quando a coroa espanhola se interessa, também, em seus recursos naturais e deseja colonizar e expressar seu pensamento abstrato na construção de cidades.

As concepções de Renata Malcher de Araújo (1998), ao realizar o trabalho sobre datas e acontecimentos que permearam na formação das primeiras cidades e na transformação da paisagem do território brasileiro são importantes para entender-se a territorialização do Brasil.

A priori, antes da construção das cidades surgiram as fortificações, que tinham a função de proteger o território de “invasores” (indígenas ou não). Com o processo de se fazer fortalezas em várias localidades foram se formando núcleos ao redor das fortalezas e as primeiras moradias foram sendo construídas. “A sombra das fortificações, no território por elas estabelecido, surgiram as primeiras instalações urbanas. Na repetição deste processo funda-se o paradigma inicial do urbanismo da expansão portuguesa, que associa a cidade à fortificação” (ARAÚJO, 1998, p. 25).

Para Araújo (1998) e Oliveira (1983), o Estado sempre esteve presente na formação de novos territórios. As conquistas de novas terras e a expansão de sua fronteira foi um dos objetivos da Coroa Portuguesa. “Aqui se retorna à necessidade de defesa do mesmo território e a fortificação que se faz, a sombra da qual se constroem as suas primeiras cidades” (ARAÚJO, 1998, p. 26). A figura da Coroa Portuguesa era muito bem representada no Brasil por seus líderes, que seguiam à risca suas vontades. Todo movimento era premeditado e

organizado, seguindo estratégias para obtenção de êxito nas missões, ao ponto de seguirem três faces, como afirma Oliveira (1983).

[...] 1) a defesa e a posse do território através de encontro de militares, construção de fortificações e viagens fluviais como a de Pedro Teixeira; 2) a econômica, que, inicialmente tinha suas atividades voltadas ao plantio de cana-de-açúcar e para a extração das chamadas “drogas do sertão” e, depois, foi seguida por uma experiência e pela implantação da pecuária; 3) a espiritual ou religiosa, que se preocupou com o descimento, a catequese e “civilização” dos índios realizada por missionários (OLIVEIRA, 1983, p. 169).

Após conquistadas as terras eram feitos termos de doações na transferência de atribuições de poder aos donatários. Estes donatários tinham o consenso da Coroa para criar vilas e povoações. Como afirma Araújo:

E quanto a criação urbana a Coroa outorgava aos donatários os poderes necessários à sua criação, mas de antemão estabelecia um rigoroso controle na distribuição de terras e na evolução do processo de implantação urbana. A carta de doação privilegiava o povoamento da costa, onde podiam fazer quantas vilas julgasse necessário o capitão (o que estava em correspondência com os interesses da Coroa em policiar o contrabando estrangeiro). Entretanto, a afetiva urbanização do território (no sentido de distribuição da rede urbana) era mantido sob o olhar atento da metrópole (1998, p. 27).

Essa citação demanda cuidadosa reflexão, no que diz respeito à quantidade de vilas, mais intimamente ligadas ao controle de seu território, com dupla intenção: uma de proteger as terras de invasores e a outra relativa à distribuição da rede urbana e a maior exploração dos recursos naturais.

Via de regra, as expedições dos desbravadores e bandeirantes sob comando administrativo da metrópole, sempre contava com militares bem qualificados, ou seja, os engenheiros militares, idealizadores dos primeiros desenhos de fortificações e criadores dos primeiros mapas das formações urbanas (ARAÚJO, 1998).

Estes engenheiros militares fazem parte da cidade. São suas visões futuristas expressadas por seu sentimento de fazer as cidades de acordo com modelos preestabelecidas nas cidades Portuguesas, mas, sempre com traços de como a mesma poderia ser única por suas especificidades, seja por estarem configuradas na beira de rio, ou outrora, sendo banhadas pelo mar. No entanto, somente a partir de meados do séc. XVII e se consolidando no séc. XVIII que houve maior intensificação das cidades. Agora as criações urbanas eram feitas por profissionais qualificados, mostrando que a Coroa Portuguesa tinha interesse no território brasileiro.

A construção das cidades e vilas é carregada de símbolos que expressavam o catolicismo. Um dos dilemas usados pelos colonizados era de que os povos remanescentes no Brasil precisavam ser colonizados e civilizados de acordo com sua cultura. Pode-se ver que:

O processo compositivo da forma urbana é o primeiro e mais significativo dado da identificação simbólica e ritualística. A praça, usada como matriz geradora do desenho e identificada com o centro da cidade, estabelece uma referência simbólica inequívoca, de contornos arquetípicos, de identificação do “centro do mundo”, do berço da vida e da civilização, que a presença do pelourinho só vem reforçar, balizando com os atributos do poder, a carga simbólica do espaço central. Os contornos da praça, marcados pelos edifícios mais representativos (a igreja, a câmara, a cadeia e o palácio dos governadores), assumem o papel de envolventes do símbolo que o espaço-praça significa, e ao mesmo tempo incorpora eles próprios o referencial simbólico das instituições que representam a religião e o Estado (ARAÚJO, 1998, p. 41).

As localidades poderiam ser chamadas de cidade ou vilas e, com o decorrer do tempo, poderiam passar a ser cidades. Alguns dos povoados conquistados por expedições, frequentemente, eram submetidos a sanguinárias batalhas. Pobres eram os indígenas que pouco faziam a comparar suas flechas com armas de fogo. Muitos migraram para outras regiões, ainda perseguidos. Os remanescentes se tornaram escravos ou serviam aos colonos. Batalhas também aconteceram depois, por disputa de território entre os portugueses, espanhóis, franceses, ingleses e holandeses. (ARAÚJO, 1998).

A disputa por território era frequente. Sempre havia interesse no que as novas terras podiam dar, ou seja, explorar em benefício de sua Coroa. O Brasil, após sua descoberta despertou grande cobiça. Navegantes começaram a se instalar nas áreas litorâneas e mais adentro através do estuário. Porém, por meio do Tratado de Tordesilhas de 1494, entre as coroas de Portugal e Espanha, as terras foram divididas. Mas, não dando certo pelo avanço português fizeram um novo acordo, o Tratado de Madri, que trouxe uma nova demarcação. A Espanha ficando com o domínio do Prata e recuperando a Colônia do Sacramento e Portugal perdendo o domínio sobre o sul e ficando com o norte e nordeste onde já detinha poder (ARAÚJO, 1998).

Portugal tinha menor poder bélico e não podia atacar a Espanha que era poderosa. Alexandre de Gusmão utilizou-se de artifícios legais, onde lhe caberia ter novamente o poder das terras. Garantiu o uso do argumento o “*uti possidetis*”, “cada parte há de ficar com que possui atualmente” (OLIVEIRA, 1983, p. 204). Este fez com que os soldados e colonos cassassem com as indígenas para, assim, garantir a posse das terras. Deste modo, Portugal

tomava para si as terras que estavam em poder da Espanha. Porém, antes disso acontecer os expedicionários Pedro Teixeira e Raposo Tavares, já passavam por Mato Grosso onde ia se tornando, também, território português.

O Brasil passa por um processo de reforma nas suas delimitações territoriais, fruto da missão portuguesa, de padres cartógrafos e matemáticos, a partir da necessidade de conhecer a terra para alegar a posse. Para maior certeza das demarcações, técnicos na figura de engenheiros, matemáticos e astrônomos reforçam os dados antes colhidos. “Estes, na prática, realizaram uma nova conquista do território, fundamentado no conhecimento das suas características e potencialidades” (ARAÚJO, 1998, p.105).

Neste mesmo século, chega Francisco Xavier de Mendonça em Belém. Houve grande repercussão pela chegada do décimo nono governador do Estado, que trazia consigo a notícia que a mesma vinha a se tornar capital, papel antes desempenhado por São Luís. Tal acontecimento no primeiro instante gerou confusão, todavia, foi rapidamente solucionado. “Ambas as capitanias seriam divididas e teriam contato direto com a metrópole a partir de seus dirigentes, e não haveria submissão do governador do Pará ao do Maranhão. Entretanto, a denominação do Estado do Norte passava a ser Grão-Pará, em vez do anterior Maranhão e Grão-Pará” (ARAÚJO, 1998, p.106).

Esta nova estrutura, totalmente de cunho político e podendo ser definida como estratégica, resolveu muitos dos problemas enfrentados por São Luís. Trouxe melhor gestão para ambas as capitanias. O território dividido ficou relativamente mais fácil de proteger e de manter melhor relação com Portugal, porque enfrentavam problemas de comunicação.

Passando por período de renovação e adição de novas terras sendo desbravadas, se chega a Amazônia Ocidental com a criação do Forte do Rio Negro. Passo esse muito grande, dado pela Coroa Portuguesa, que desbravou o Rio Amazonas desde a sua montante até a sua jusante. O desenvolvimento das políticas portuguesas de ocupação na Amazônia, onde se destaca o governo do Marquês de Pombal (1750-77), foi um período de profundas mudanças no contexto histórico para a Amazônia, principalmente, por meio da política do Diretório que modificou, substancialmente, a conjuntura social, política e cultural da época. (OLIVEIRA, 2000).

As vilas criadas no século XVIII estavam localizadas em pontos estratégicos às margens do rio Amazonas ou na foz de seus principais afluentes e tinha como funções: defesa, cobrança e controle de tributos, entreposto comercial de produtos extrativos e agrícolas.



(OLIVEIRA, 2000). Esta região começou a ser vista como fonte de riqueza natural e sua exploração se intensificou nos anos seguintes, com a exploração da borracha.

Portanto, a construção das primeiras vilas acontece juntamente com a construção dos fortes, localizados na região litorânea do Brasil. A expansão de crescimento para dentro do Brasil, neste caso para outras regiões só acontecerá no século XVII. Na tabela 1, pode-se ver quais foram as primeiras vilas e cidades criadas no decorrer do tempo.

### 1.1 História da formação das cidades e vilas no Brasil

Um dos grandes dilemas e debates recorrentes na academia é sobre a formação das cidades. Não por falta de referências que tratam sobre a problemática que atravessa contornos históricos desta época que se vive. Mas, talvez, pelo simples fato de se pensar de que forma foram construídas as vilas e cidades no Brasil?

A resposta para esta pergunta espera-se responder na discussão sobre a formação das cidades. Por meio dos textos de Aroldo de Azevedo “Vilas e Cidades do Brasil Colonial” de 1992, Sérgio Buarque de Holanda “Raízes do Brasil” de 1987 e Maurício de Almeida Abreu “Pensando a Cidade do Brasil do Passado” de 1996, mostrar-se-á o Brasil ainda em formação e a construção das primeiras vilas e cidades.

#### Século XVI

##### Vilas:

<b>DATAS</b>	<b>DENOMINAÇÕES (original e atual)</b>		<b>UNIDADE ATUAL</b>
<b>REGIÃO NORDESTE</b>			
1536	1	Iguaçu	Pernambuco
1537	2	Olinda	Pernambuco
1599	3	Natal	Rio Grande do Norte
<b>REGIÃO LESTE</b>			
1535	1	Porto Seguro	Bahia
1536	2	São Jorge dos Ilhéus, atual Ilhéus	Bahia
1536	3	Santa Cruz, atual Santa Cruz Cabralia	Bahia
1551	4	Espírito Santo	Espírito Santo

1551	5	Nossa Senhora da Vitória, atual Vitória	Espírito Santo
1590	6	São Cristóvão	Sergipe
REGIÃO SUL			
1532	1	São Vicente	São Paulo
1545	2	Santos	São Paulo
1558	3	São Paulo de Piratininga	São Paulo
1561	4	Nossa Senhora da Conceição de Itanhaém, atual Itanhaém	São Paulo
1600	5	São João Batista da Cananéia, atual Cananéia	São Paulo

**Tabela 3:** Vilas do séc. XVI.

**Fonte:** Azevedo (1992)

Os dados sobre a formação de cidades e vilas no Brasil estão fundamentados no texto de Aroldo de Azevedo “Vilas e Cidades do Brasil Colonial” de 1992. Azevedo (1992), que relata o processo de construção das primeiras formações urbanas. O autor data, na medida do possível, a criação de vilas e cidades. Porém, em seu texto aparecem lacunas com a falta de nomes de Vilas criadas, sendo que algumas foram somente datadas e mostradas na região que pertencem.

De acordo com Azevedo (1992), poucas foram as cidades criadas após a chegada da Coroa Portuguesa ao Brasil. Conhece-se apenas três, todas elas caracterizadas pelo fato de nunca haverem sido Vilas e, muito menos, Povoados:

1. A cidade de Salvador da Bahia de Todos os Santos, fundada por Tome de Sousa em 1549 e que se orgulha, com toda razão, de haver sido a primeira cidade surgida em terras brasileiras;

2. A cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, fundada em 1565 e definitivamente instalada em 1567;

3. A cidade de Filipéia de Nossa Senhora das Neves, depois Paraíba, hoje João Pessoa, fundada em 1585.

Essa extrema pobreza em cidades, que tão bem caracteriza o Brasil do século XVI, não só correspondia à modéstia de nossa vida colonial, dando então os seus primeiros passos, como também era um reflexo da tradição portuguesa da época e, mais proximamente, resultava do regime dominante das Capitanias hereditárias. Os Donatários não tinham o direito de fundá-las, porque "as cidades, perpetuando em si o antigo Município romano, de natureza independente, só assentavam em terras próprias alodiais". Por isso mesmo, para que pudesse ser fundada a cidade do

Salvador, necessário se tomou que, primeiramente, revertissem à coroa portuguesa as terras da capitania da Bahia, então pertencentes aos herdeiros de seu malogrado Donatário (AZEVEDO, 1992, p. 7).

As Capitánias Hereditárias por obedecerem a padrões ligados ao antigo município romano, seguiam como base sua mesma conjuntura de cidade independente. Talvez este fosse o principal problema enfrentado na colônia naquele momento para criação de novas cidades. Os donatários tinham poder de fundar quantas vilas lhes fosse preciso. Mas, para criação das cidades deveriam obedecer ao processo de reapropriação das terras pela Coroa, e só depois reverter as terras aos cabíveis herdeiros, assim destinados pela Coroa Portuguesa. Esse fato não propicia a criação de cidade no período colonial.

No quinhentismo classificado por Azevedo (1992), no séc. XVI, “[...] a área efetivamente povoada limitou-se à orla litorânea, do Rio Grande do Norte a São Paulo, o que explica a presença das poucas cidades e vilas exclusivamente nesse trecho da costa, salvo uma única exceção: a vila de São Paulo de Piratininga, localizada no Planalto” (AZEVEDO, 1992, p. 8).

O mesmo autor faz uma ressalva ao explicar que as cidades e vilas neste momento tinham uma familiaridade particular entre ambas por estarem intimamente ligadas à beira de mar, e com isso serem classificadas como aglomerados urbanos marítimos.

No séc. XVII, a hegemonia de criação de novas vilas e cidades no litoral acontece com mais força. Realizando demarcações de importância de caráter econômico e paulatinamente já causando uma hierarquia de preferência por melhores lugares ou, melhor dizendo, por vilas e cidades providas de melhores condições urbanas de vida.

No que se refere às vilas, nada menos de 37 foram criadas durante o século XVII, particularmente em sua segunda metade (sob os reinados de D. Afonso VI e D. Pedro II), o que fez com que se elevasse para 51 o total das vilas brasileiras. Registrou-se uma verdadeira proliferação de vilas ao longo do litoral, de maneira especial em dois trechos: entre a cidade da Paraíba e a vila de Ilhéus, como também da vila de Vitória ao extremo norte do atual litoral catarinense. Percebe-se, por conseguinte, que os dois importantes centros econômicos do quinhentismo — Olinda e São Vicente — continuavam a exercer sua hegemonia, reforçado o primeiro pela importância crescente da cidade do Salvador e do Recôncavo baiano. Daí a existência de duas áreas de maior concentração urbana: a) a que poderemos chamar de região baiano-pernambucana, tendo por base a economia açucareira e resultante, em parte, da luta contra os flamengos; b) a região paulista-fluminense, girando em torno da vila de São Paulo e da cidade do Rio de Janeiro, tendo por fundamentos de sua prosperidade econômica dos fatores diversos: a criação de gado e os engenhos de açúcar, no trecho fluminense; e o preamento de índios, no trecho paulista. A par de tais áreas, modestamente esboçavam-se duas outras, onde também se registrava uma certa concentração urbana: a região paraense, mais importante, e a região

maranhense. De qualquer maneira, o fato é que a fachada atlântica, desde a foz do rio Tapajós até a ilha de São Francisco (Santa Catarina), passara a ser balizada por vilas e cidades, numa extensão quase duas vezes maior do que a registrada no século anterior (AZEVEDO, 1992, p. 13).

O novo momento de criação e descobrimento de novas terras propiciou aos desbravadores a fase inicial da conquista do Planalto Brasileiro, refletindo na instalação de novas vilas. Assim, a Vila de São Paulo deixa de ser a única vila em planaltina e, admitindo a esse contexto a planície do médio Paraíba do Sul passa a ser a principal rota dos bandeirantes. Estes também chegaram ao sul, alcançando o Planalto Central e o Planalto de Curitiba.

## Século XVII

### Vilas:

<b>DATAS</b>	<b>DENOMINAÇÕES (original e atual)</b>	<b>UNIDADE ATUAL</b>
<b>REGIÃO NORTE</b>		
1632	1 Vila Viçosa da Santa Cruz do Cameté, atual Cameté	Pará
1634	2 Vila Souza de Caeté, atual Bragança	Pará
1661	3 Gurupi	Pará
<b>REGIÃO NORDESTE</b>		
1627	1 Vila formosa, atual Sirinhaém	Pernambuco
1636	2 Bom Sucesso do Porto Calvo, atual Porto Calvo	Alagoas
1636	3 Santa Maria Madalena da Alagoa do Sul, atual Marechal Deodoro	Alagoas
1636	4 Penedo do Rio de São Francisco, atual Penedo	Alagoas
1637	5 Santo Antônio de Alcântara, atual Alcântara	Maranhão
1700	6 São José de Aquirás, atual Aquirás	Ceará
<b>REGIÃO LESTE</b>		
1608	1 Angra dos Santos Reis da Ilha Grande, atual Angra dos Reis	Rio de Janeiro
1608	2 Cairú	Bahia
1665	3 Santo Antônio da Itabaiana, atual Itabaiana	Sergipe
1667	4 Parati	Rio de Janeiro
1677	5 São João do Paraíba, atual São João da Barra	Rio de Janeiro
1677	6 São Salvador dos Campos dos Goitacazes, atual Campos	Rio de Janeiro
1689	7 Guarapari	Espírito Santo

1693	8	Nossa Senhora do Rosário de Cachoeira, atual Cachoeira	Bahia
1693	9	Nossa Senhora da Ajuda de Jaguaripe, atual Jaguaripe	Bahia
1693	10	Camamú	Bahia
1693	11	São Francisco da Barra do Sergipe do Conde, atual São Francisco do Conde	Bahia
1697	12	Santo Antônio de Sá de Macacú, atual Japuiba	Rio de Janeiro
1697	13	Santo Amaro das Brotas	Sergipe
1699	14	Iguaçu, atual Duque de Caixas	Rio de Janeiro
<b>REGIÃO SUL</b>			
1611	1	Santana de Mogi das Três Cruzes, atual Mogi das Cruzes	São Paulo
1625	2	Santana de Paraíba	São Paulo
1636	3	São Sebastião	São Paulo
1637	4	Exaltação da Santa Cruz de Ubatuba, atual Ubatuba	São Paulo
1645	5	São Francisco das Chagas de Taubaté, atual Taubaté	São Paulo
1653	6	Nossa Senhora da Conceição do Rio Paraíba, atual Jacareí	São Paulo
1653	7	Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá, atual Paranaguá	Paraná
1655	8	Nossa Senhora do Desterro do Campo Alegre de Jundiá, atual Jundiá	São Paulo
1657	9	Santo Antônio de Guaratinguetá, atual Guaratinguetá	São Paulo
1657	10	Nossa Senhora da Candelária do Outú Guaçú, atual Itú	São Paulo
1660	11	Rio de São Francisco do Sul, atual São Francisco do Sul	Santa Catarina
1661	12	Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba, atual Sorocaba	São Paulo
1665	13	Nossa Senhora das Neves de Iguape, atual Iguape	São Paulo
1693	14	Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba, atual Curitiba	Paraná

**Tabela 4:** Vilas do séc. XVII.

**Fonte:** Azevedo (1992).

De acordo com Azevedo (1992), novas cidades vieram a fazer parte do pequeno grupo de cidades formadas no quinhentismo e agora vieram somar quatro novas cidades no seiscentista.

1. São Luís do Maranhão, fundada em 1612 pelos franceses de Daniel de la Touche, por ocasião da fracassada tentativa de estabelecimento da "França Equinocial";

2. Nossa Senhora da Assunção do Cabo Frio, antiga feitoria, elevada à categoria de cidade em 1615, sem razões poderosas que justificassem a medida;

3. Nossa Senhora de Belém, fundada na embocadura do Amazonas em 1616, logo após a expulsão dos franceses do Maranhão, para servir de sinal de posse e como baluarte de defesa da imensidão amazônica; e

4. Olinda, elevada a essa categoria em 1676 como homenagem à sua posição de “célula mater” da zona açucareira do Nordeste, embora estivesse profundamente ferida em consequência das lutas contra os invasores holandeses e tendo já como rival o próspero povoado do Recife.

Diante das Vilas e cidades criadas no seiscentismo de ser caracterizado como o movimento das Bandeiras, nome dado aos bandeirantes, desbravadores de novas terras e da expansão territorial, da conquista e do povoamento e descobridores de riquezas minerais; por este motivo ser considerado também o século do ouro.

Já passando para o século XVIII acontece uma baixa na produção rural ao norte pelo fato do deslocamento das Bandeiras ao sul. Este foi conhecido como século de desenvolvimento das cidades (AZEVEDO, 1992), quando também se fortalece e se estabelece a divisão da nova classe burguesa, já forte o suficiente para confrontar a antiga classe burguesa formada por famílias detentoras de terras.

Ao contrário do que acontecera no século XVII, registraram-se modificações substanciais no panorama urbano do Brasil no decorrer do setecentismo. A obra de urbanização conseguiu libertar-se definitivamente da orla atlântica, em consequência da expansão povoadora e da conquista de larga porção do Planalto Brasileiro e da própria Amazônia. A análise do mapa das vilas e cidades do século XVIII demonstra, de maneira evidente, a penetração do Bandeirismo, o povoamento da Chapada Diamantina e do vale médio do rio São Francisco, a expansão pastoril no sertão do Nordeste, a obra dos missionários na Amazônia e, em menor escala, a influência do chamado "ciclo do luar" e da conquista de caráter militar levada a efeito no extremo sul (AZEVEDO, 1992, p. 19).

Abaixo estão elencadas as vilas e cidades criadas no setecentismo:

## Século XVIII

### Vilas:

DATAS		DENOMINAÇÕES (original e atual)	UNIDADE ATUAL
REGIÃO NORTE			
1752	1		Amapá
1753	2		Pará
1754	3		Pará
1756	4		Amazonas
1757	5		Amazonas
1758	6		Paraná
1758	7	Vila Nova del Rei, atual Cuniçá	Pará
1758	8		Pará
1758	9		Pará
1758	10	São João Batista de Faro, atual Faro	Pará
1758	11		Pará
1759	12		Amazonas
1759	13	Olivença, atual São Paulo de Olivença	Amazonas
1759	14	Ega, atual Tefé	Amazonas
1759	15	São José do Javari, atual Benjamim Constant	Amazonas
1790	16	Vila da Barra do Rio Negro, atual Manaus	Amazonas
1798	17	Vila Nova da Rainha, atual Maués	Amazonas

**Tabela 5:** Vilas do séc. XVIII.

**Fonte:** Azevedo (1992).

Perante a extensa criação de novas vilas foram criadas 118 vilas no século XVIII, estando as mesmas divididas pelo território brasileiro da seguinte forma. Ao Norte: 17 vilas; Nordeste: 28 vilas; Leste: 48 vilas; Sul: 20 vilas; Centro-Oeste: 5 vilas. O quantitativo mais expressivo vai para região Leste com relação as outras regiões. Das cidades do séc. XVIII, apenas três novas foram criadas (AZEVEDO, 1992).

1. São Paulo, em 1711, como reflexo da importância territorial que passara a ter a Capitania em virtude da expansão bandeirante, que lhe assegurara o domínio de quase um terço do atual

2. Mariana, em 1745, em plena área da mineração, três décadas antes transformada de simples arraial na "Vila Leal de Nossa Senhora do Carmo", elevada à categoria de cidade menos por sua importância regional (Vila Rica a sobrepujava), do que pelo fato de haver sido escolhida como sede de um Bispado, o que exigia aquela condição;

3. Oeiras, em 1761, a antiga Vila do Mocha, sede do grande latifúndio pastoril que os Jesuítas haviam recebido por herança de Domingos Afonso Mafrense, o "Sertão", mas, que a dissolução da Companhia de Jesus havia feito passar para o domínio da Coroa, no momento sob a influência do Conde de Oeiras, futuro Marquês de Pombal.

Encerrou-se o século XVIII com a presença de somente 10 cidades em toda a enorme extensão do território brasileiro, cujas fronteiras praticamente coincidiam com as que hoje possuímos.

Em 1822, a situação urbana no Brasil se encontrava ainda bem reduzida contando com apenas algumas cidades distribuídas neste imenso território. O Norte apresentava apenas 1 cidade, o Nordeste tinha 5 cidades criadas em seu território, o Leste possuía 3 cidades e as regiões Sul apenas 1 e Centro-Oeste não tinha nenhuma cidade configurada em seu território. Esta era a configuração urbana do Brasil até 1822, mostrando que as áreas primeiramente povoadas pela Coroa Portuguesa tiveram o maior número de cidades e vilas criadas.

Bastante significativa, parece-nos, tal relação. Note-se, antes de tudo, a ausência da Região Norte, o que confirma o artificialismo (ou a malícia) da política urbanizadora registrada no século anterior, que elevou à categoria de vilas quase uma vintena de povoados insignificantes, que positivamente não mereciam receber tal honraria. Por outro lado, fere nossa atenção o absoluto equilíbrio entre o Nordeste e o Leste, ao contrário do que aconteceu no setecentismo, demonstrando a ocupação efetiva da área sertaneja da primeira dessa região; Pernambuco aparece, afinal, numa posição de destaque (com 6 novas vilas), da mesma maneira que, no Leste, o atual Estado do Rio de Janeiro viu-se aquinhoado com 9 vilas novas, patenteando sua importância demográfica e econômica, que o ciclo do café ainda mais acentuou nos anos que se seguiram. Minas Gerais, vindo a ter apenas 2 novas vilas, refletia o marasmo e a decadência econômica em que mergulhara após o fastígio da mineração. Na Região Sul, São Paulo não apresentava nenhum destaque (2 vilas novas), ao passo que o Rio Grande do Sul assistiu a uma verdadeira floração urbana, pois passou a contar com 5 novas vilas, quando no século anterior possuía apenas uma. Já o Centro-Oeste, com sua população rarefeita e economicamente decadente, em virtude do rápido esgotamento da riqueza aurífera, somente viu acrescentarem-se-lhe duas novas vilas — uma em Goiás, outra em Mato Grosso (AZEVEDO, 1992, p. 32).

De acordo com o estudo realizado por Azevedo (1992) sobre a criação de Vilas e Cidades, chega-se ao ano de 1823 com dados urbanos no Brasil que indicavam que a região Norte não apresentou mais nenhuma Vila criada durante este período, ficando com o total de 20 vilas em seu território.



Na região Nordeste foram acrescentadas mais 17 Vilas em 1823, chegando ao total de 54 vilas. O Leste do Brasil foi quem apresentou a maior taxa de dispersão de Vilas ao chegar no total de 85 vilas, sendo 17 criadas em 1822. A região Sul do país em 1823 apresentou mais 8 vilas em seu quadro, e contabilizou o total de 47. E a região Centro-Oeste onde houve menos povoação de colonização apresentou apenas a criação de 2 vilas em 1823, tendo um total de apenas 7 vilas em seu território.

A dispersão portuguesa acontece primariamente pelo litoral brasileiro, pois se julgava ser mais fácil conquistar e ficar sempre na região da costa marinha. Nesse sentido, evitavam qualquer tipo de prejuízo incluindo o adentramento das terras firme no Brasil.

No Brasil a exploração litorânea praticada pelos portugueses encontrou mais facilidade no fato de se achar a costa habitada de uma única família de indígenas, que de norte a sul falavam o mesmo idioma, prontamente aprendido, domesticados e adaptados em alguns lugares, pelos jesuítas, às leis da sintaxe clássica, de que há de servir para o intercurso com os demais povos do país, mesmo os de casta diversa. Tudo faz crer que em sua expansão ao largo litoral, os portugueses tivessem sido sempre antecidos, de pouco tempo, das extensas migrações do povo Tupi e o fato é que, durante todo o período colonial, descansaram eles na área previamente circunscrita por migrações (HOLANDA, 1987, p. 71).

Os índios amedrontados com tanta destruição de seus espaços de morada foram expulsos de seu habitat natural, outrora construído e preservado por seus antepassados e agora sendo reconfigurado de acordo com as necessidades portuguesas. Depois de serem expulsos, foram mais tarde caçados para serem catequizados e trabalhar como escravos a serviço da Coroa Portuguesa.

Ao se olhar a história com outra vertente, ver-se-á que os primeiros moradores foram os indígenas e, também, foram os primeiros construtores das vilas e cidades contra vontade dos mesmos, já que eram escravos. Porém, nem por isso se ousa dizer que os lugares foram construídos sem qualquer estudo ou, como até mesmo afirma Holanda (1987), como “desleixo”.

A cidade que os portugueses construíram na América não é produto mental, não chega a contradizer o quadro da natureza, e sua silhueta se enlaça na linha da paisagem. Nenhum rigor, nenhum método, nenhuma providência, sempre esse significativo abandono que exprime a palavra desleixo (HOLANDA, 1987, p. 76).

A resposta para nossa pergunta, ainda não se satisfaz nessa afirmação de Holanda (1987). Se sabe que as expedições que passavam pelo Brasil traziam consigo pessoas cultas a

exemplo dos padres matemáticos citados por Araújo (1998). Essa mesma autora também cita em seu trabalho militares engenheiros, destinados a planejar e construir as fortificações.

A palavra “desleixo” utilizada por Holanda (1987), foi devidamente refutada por Abreu (1996), ao afirmar que:

A afirmação de que as cidades brasileiras foram obras do acaso e da imprevidência também vem sendo posta à prova. E ao contrário do que sustentam certas explicações consagradas, o que vem aflorando dessas análises é que o Estado Português teve papel muito mais importante na organização do territorial e urbana da colônia do que aquele papel que é geralmente admitido. A fundação de núcleos urbanos nas áreas de fronteira com a América Espanhola durante o século XVIII, por exemplo, sempre foi explicada pela historiografia brasileira como evidência da adoção de critério nitidamente geopolíticos na orientação do processo de ocupação do território. O que só se ficou sabendo mais recentemente, entretanto, é que essa estratégia foi muito mais planejada do que se pensava. Nela estiveram envolvidos diversos engenheiros militares, que pensavam a cidade não só em termos logísticos militar, mas como elementos de um sistema urbano maior (MACHADO, 1989; DELSON, 1979; FLEXOR, 1988), confirmando assim o que Nestor Goulart Reis já havia indicado há algum tempo, ou seja, de que tanto a criação de cidades e vilas no Brasil colonial, como a elevação de vila à categoria de cidade, obedeceram a um projeto de política territorial muito mais abrangente do que aquele que é geralmente admitido (REIS FILHO, 1968). A atuação dos engenheiros militares não se restringiu ademais, às áreas de fronteira. Ele se fez sentir também no planejamento e embelezamento de outras cidades e vilas, o que nos permite caracterizá-los como grandes pensadores urbanos do Brasil colonial (UNDERWOOD, 1988; DAL BRENNNA, 1990) (ABREU, 1996, p.150-151).

Acredita-se com o devido rigor e respeito a publicação de Sérgio Buarque de Holanda, por ter sido importante estudioso para literatura brasileira a realizar um estudo aprofundado do texto “O Semeador e o Ladrilhador”. Mas, há ressalvas nesta publicação e pelos textos mais atuais. A arqueologia atual mostra o quão grandes eram os aglomerados humanos indígenas na Amazônia – os sítios arqueológicos como o de Tefé (ALBUQUERQUE, 1942, p. 38).

É, portanto, a história da formação do Brasil sendo reescrita e ganhando novos traços na escrita de Abreu (1996).

É, entretanto, no que diz respeito à organização interna dos núcleos urbanos que as revelações têm sido mais contundentes. Durante muitos anos tornou-se um axioma repetir a afirmação de Sérgio Buarque de Holanda (...). Vista sim como produto de imprevidência, as cidades brasileiras contrastariam flagrantemente com aquelas da América Espanhola, onde a implantação de núcleos urbanos foi prevista rigorosamente pela Coroa, que impunha a adoção do plano em grelha, do tabuleiro de xadrez, e que chegava a detalhar os locais onde seriam construídos os edifícios da administração, as igrejas, os conventos, e mesmo as residências da elite da terra (...) (ABREU, 1996, p. 151).

As construções e organização das Vilas e cidades no Brasil foi papel militar em pensar a forma de construção das primeiras cidades e vilas. Os lugares foram construídos de acordo com as condições geográficas de cada localidade. Todavia, sempre utilizando as cidades europeias como modelos de construção.

[...] As cidades reais, ou seja, aqueles núcleos urbanos que foram fundados diretamente pela Coroa. Com efeito, mapas antigos de Salvador, do Rio de Janeiro, de João Pessoa, de São Cristóvão e de Cabo Frio indicam que nas cidades reais foi geralmente adotado um plano geométrico, cujas irregularidades, como bem lembrou Morse, são comparáveis aquelas que a topografia e as fortificações impuseram a diversas cidades portuárias hispano-americanas (MORSE, 1975, p. 156 apud ABREU, 1996, p. 152).

De fato, da comprovação e evidência *a priori* da interferência da Coroa Portuguesa na construção das cidades no Brasil, tinha a preocupação de como seriam feitas e projetadas as cidades, onde futuramente viria a ser morada da classe dos nobres de Coroa Portuguesa. Abreu vai mais além e afirma que:

Sabe-se que a fundação da primeira capital brasileira, em 1549 foi detalhadamente planejada pelo governo português, que enviou à Baía de Todos os Santos o “arquiteto” Luiz Dias com a incumbência específica de dirigir a construção da cidade do Salvador, segundo plano geral elaborado diretamente pela Coroa e que, infelizmente não chegou aos nossos dias. A presença de um mestre de obras, responsável pela medição de terrenos e pela construção de edifícios e fortificações, também confirmado no Rio de Janeiro desde 1567, datas em que a cidade foi transferida do arraial inicial fundado por Estácio de Sá para o seu sítio definitivo no Morro do Castelo (REIS FILHO, 1968, p. 68 apud ABREU, 1996, p.153).

Portanto, diante dos fatos explicitados, deixou-se claro que as cidades construídas, ainda no Brasil colonial, foram planejadas antes de serem feitas. Assim, responde-se à pergunta do começo do texto com Abreu (1996), “(...) O que não pode ser encontrado – ou não existiu – foi um código específico sobre este assunto” (1996, p. 153). Os documentos enviados a Coroa e, as plantas de cidades e vilas são evidências suficientes para compreender a respeito da construção urbana no Brasil. É evidente que a postura urbana rígida do Reino não contemplou todos os lugares. Tampouco, foram deixadas de ser seguidas no decorrer da construção de novas Vilas e Cidades no Brasil.

No século XIX e XX, o cenário de criação de Vilas e Cidades se inverte no Brasil, sendo agora deliberada a criação dos interessados por meio das legislações, em especial o Art. 18 e §4 da constituição de 1824, nos quais se faz referência à criação ou elevação de povoados em Vilas e Cidades.

## 1.2 Legislação

Antes da apresentação do campo da Legislação Brasileira condizente a respeito da criação de novos municípios ou até mesmo de novos distritos, que por ventura podem a vir se tornar municípios nos dias atuais. É preciso retornar à história e reiterar mais sobre a criação de cidades e vilas a partir de 1822<sup>2</sup>. Quando “[...] ainda em julho de 1822 as doações tenham sido suspensas, manteve-se o reconhecimento daquelas sem título, caso os posseiros pudessem comprovar cultivo antigo” (FRIDMAN, 2006, p. 134).

A partir de 1822, quando o imperador Dom Pedro I, determina o cancelamento das sesmarias ou concessão de terras, tributo legal destinado, principalmente, aos colonos que por ventura se casaram com índias, que tinham direito participativo da terra, por meio de cargos, com funções de supervisionar as fazendas de gados, lavouras de cana-de-açúcar e sendo responsáveis por essas concentrações que se alastravam até chegar em Vilas e Cidades (AZEVEDO, 1992; REIS, 1953).

No entanto, a partir de 1822 e, mais intensamente, depois da Lei de Terras de 1850, lotes urbanos começaram a ser vendidos pelas Câmaras e pelos particulares que “passam a reinar absolutos” (FRIDMAN, 2006).

[...] verificamos que estes particulares eram a “nova classe empresária”, isto é, fazendeiros que também exerciam funções comerciais e/ou bancárias que compravam as posses ou pequenas e médias propriedades como parte de sua estratégia capitalista (...) (FRIDMAN, 2006, p. 138).

Os particulares ou também conhecidos como nova burguesia trataram com muita rapidez de regularizar suas propriedades, onde resolvem estabelecer um título legal e fundamentado nas atribuições legais da lei. Tal atitude repercutiu como forma de estratégia para expulsar os posseiros, que por ventura se tornaram meros agregados das fazendas ou tiveram que migrar para outras localidades.

Desta forma, no que se refere na criação de novas vilas e cidades na passagem da última etapa do período colonial no Brasil, foram criadas as seguintes Vilas: na região Norte não foi elevado nenhum povoado à categoria de Vila. O Nordeste teve 17 novas vilas criadas; o Leste apresentou 17 novas vilas; o Sul teve 8 novas vilas criadas e o Centro-Oeste 2 novas vilas.

---

2 Dia 7 de setembro de 1822, ocorreu a Independência do Brasil.

Nos primeiros 22 anos do século XIX, que podemos considerar a derradeira etapa do período colonial, fez-se mais, no que concerne à urbanização, do que em todo o século XVII: duas novas cidades e 44 vilas novas surgiram no panorama urbano do Brasil. As duas novas cidades, que vieram totalizar o número de 12, situavam-se na Região Centro-Oeste e foram ambas elevadas a essa categoria no ano de 1818, época em que o nosso país já ostentava o título do Reino, unido e Portugal e aos Algarves (AZEVEDO, 1992, p. 29).

Enfim, ficam restituídas e criadas na categoria de cidades:

1. Cuiabá, a antiga Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, que conseguiu, por sua situação geográfica, ofuscar a própria capital da capitania de Mato Grosso — Vila Bela;

2. Goiás, a antiga Vila Boa, capital da capitania de Goiás, surgida como a anterior em consequência do Bandeirismo minerador, havia menos de um século.

Cabe ressaltar, que a vila de Porto Alegre foi elevada a categoria de cidade no ano de 1822, sendo está constituída ainda sob a forma de Império. De acordo com Azevedo (1992), está nova dispersão de povoamento para a região sul do país, possibilitou um novo território a ser povoado com novas cidades.

Em 1823, o Brasil se encontrava distribuído geograficamente da seguinte forma:

Localização	Número de Cidades
Região Norte	1
Região Nordeste	7
Região Leste	6
Região Sul	3
Região Centro-Oeste	2

**Tabela 6:** Distribuição das Cidades no Brasil em 1823.

**Fonte:** Azevedo (1992).

Por fim, o período colonial de criação de vilas e cidades no Brasil passa a se cumprir o regime de criação de vilas e cidades no Brasil perante a Constituição Federal de 1822, sendo estabelecido e obedecido os atributos legais da Lei a respeito da criação de vilas e cidades, onde cada região criada deveria ser composta de seus governantes, nomeados por Governadores das Capitais.

Na região Norte e, em especial, a Cidade de Tefé do século XX fica marcada pela forma de administração política, estabelecida de 1897 a 1925. A administração do município era feita pelo Superintendente e Intendentes. Em 1926 ocorreu a mudança do nome dos cargos que administravam o município de Tefé, de acordo com a Constituição Federal do mesmo

ano. O Superintendente passou a ser chamado de Prefeito e os Intendentes passaram a ser chamados de Vereadores (SOUZA, 1983).

De acordo com os procedimentos sobre a criação, incorporação, fusão e o desmembramento de Municípios, embasados nos termos do § 4º do art. 18 da Constituição Federal, fica publicado que:

§ 4º A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei (CONSTITUIÇÃO, 1988, p. 11).

A seguinte formulação da criação de Municípios está enquadrada na Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988, a qual vem sofrendo modificações em suas atribuições legais da lei a respeito da criação de Municípios. O caso da Lei complementar Nº 137, de 2015.

O Congresso Nacional decreta que os procedimentos para criação, incorporação, fusão e o desmembramento de municípios ocorra da seguinte forma:

**Art. 5** O procedimento para a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios terá início mediante requerimento dirigido a Assembleia Legislativa do respectivo Estado e subscrito por no mínimo:

I – 20% (vinte por cento) dos eleitores residentes em cada área geográfica que se pretenda emancipar, em caso de criação de Município, ou na área geográfica que se pretenda desmembrar, em caso de desmembramento de Município preexistente para integra – se a outro; e

II – 3% (três por cento) dos eleitores residentes em cada um dos Municípios envolvidos, em caso de fusão ou de incorporação dos Municípios.

Parágrafo único. A base de cálculo dos eleitores residentes será o cadastro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) referente ao número total de eleitores cadastrados na última eleição.

**Art. 6** Constitui condição necessária para a criação de Município a comprovação:

I – de que tanto os novos Municípios quanto os Municípios preexistentes que perderem população possuirão, após a criação, população igual ou superior aos seguintes quantitativos mínimos e regionais:

a) Região Norte e Centro-Oeste: 6.000 (seis mil) habitantes;

- b) Região Nordeste: 12.000 (doze mil) habitantes; e
- c) Região Sul e Sudeste: 20 (vinte mil) habitantes;

II – de que a existência de número de imóveis superior à média observada nos Municípios que constituam só 10% (dez por cento) de menor população no Estado; e

III – de que área urbana não esteja situada em reserva indígena, em área de preservação ambiental ou em área pertencente a União, suas autarquias e fundações.

§ 1º O limite populacional mínimo estipulado no inciso I do **caput** será reajustado sempre a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) publicar resultado de censo demográfico e de contagem populacional, reajustando-se o limite de cada Região pela taxa de crescimento da respectiva Região entre o ano de 2010 e o ano do censo demográfico ou de contagem populacional mais recente.

§ 2º Em caso de desmembramento, aplicam-se os requisitos deste artigo aos Municípios envolvidos que perderam população.

§ 3º O cálculo de população do Município a ser criado e dos demais Municípios envolvidos será realizado com base em dados de população apurados no último censo ou a contagem indispensável para a realização dos Estudos de Viabilidade Municipal (EVMs) e para o prosseguimento do processo de criação e de desmembramento de Municípios.

Perante as considerações da Lei Complementar 137 e embasada no termo do § 4º do art. 18 da Constituição Federal. São estes os principais meios legais para criação de Municípios. Sabendo que para criação de quaisquer Municípios, o local de criação deve se fazer reconhecido pela lei Orgânica Municipal. Ao criar o “Distrito”, que atuará como sede da localidade a que pertence.

A criação do Distrito é feita na Câmara Municipal, onde são nomeados vereadores, os quais serão responsáveis pela comissão de avaliação do relatório da localidade, que deve se tornar Distrito. Mediante o parecer do relatório, a Câmara Municipal deliberará pela votação para criação do Distrito ou não. Se criado pode contar com ajuda do IBGE para definir a posição geográfica dos limites interdistritais e intermunicipais.

Após a criação dos limites interdistritais e intermunicipais deverá conter, também, um memorial descritivo contendo mapa de todo distrito e um mapa da área urbana. Toda documentação deve ser enviada ao chefe da unidade do IBGE, onde dará o parecer e enviará ao Rio de Janeiro, onde fica situada a sede geral do órgão.

A partir da homologação pelo IBGE, o distrito terá seu próprio setor censitário, onde serão avaliados todos seus campos de pesquisa, sejam eles por exemplo: educação, saúde, população rural, população urbana e entre outros. Contará com sua localização e terá banco de dados disponível no site do IBGE.

A apresentação sobre a criação de novos Municípios do Brasil é importante para dar ênfase sobre a apresentação da Vila de Caiambé. A Vila de Caiambé já é reconhecida pelo Município de Tefé como sede distrital (Lei Municipal nº 075/2014). Mas, está faltando o reconhecimento pelo IBGE, pela falta de coordenadas geográficas evidenciando os limites interdistritais e intermunicipais e da falta de mapas do Distrito e da área urbana (Entrevista cedida em 2017, pelo senhor Neto – Base Territorial do IBGE Manaus).

Em reunião realizada no IBGE verificou-se que o IBGE já realizou todo o processo de mapeamento da localidade do Caiambé. Este material foi enviado à Prefeitura de Tefé para saber do limite determinado do distrito e dar o parecer do aceite final para ser enviado a documentação ao Rio de Janeiro. Mas, desde 2010 o IBGE não tem nenhuma resposta a respeito da documentação enviada a cidade de Tefé.

Cabe ressaltar a Lei Municipal Nº 075/2014, de março de 2014, através da qual fica criado no Município de Tefé, o Distrito Administrativo de Caiambé, com sede na Comunidade de mesmo nome.

Assim, a discussão sobre a Vila de Caiambé, palco principal desta dissertação estará presente com foco maior no segundo capítulo, onde será realizada a apresentação da mesma. A Vila tem importância na Microrregião onde se localiza e atribui-se a Caiambé as funções de cidade.

### **1.3 Território**

Diante da abrangência da temática “FORMAÇÃO TERRITORIAL DO BRASIL” buscou-se referencial que trata do contexto territorial do Brasil. As publicações voltadas ao estudo do território possibilitaram mostrar o real quadro do tamanho populacional, a posição hierárquica na rede urbana do país, as características inerentes da posição geográfica da cidade e as características internas estabelecidas pela socioeconomia da cidade (BITOUN, 2009).



O trabalho de pesquisa desenvolvido pelo Observatório Pernambuco de Políticas Públicas e Práticas socioambientais (Observatório PE), estabeleceu uma tipologia de divisão territorial do Brasil. O estudo possibilitou apresentar 19 tipos de cidades, sendo atribuído valores tais como população, espaços prósperos, dinâmica, renda, estagnação econômica.

O estudo ocorreu em 2005 a convite do Ministério das Cidades em ajudar na formulação de uma política nacional de desenvolvimento urbano, que levasse em conta o andamento dos esforços governamentais para implantar a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), a cargo do Ministério da Integração Nacional.

O estudo desenvolvido pelo Observatório PE é de grande relevância em mostrar as diferenças entre as regiões no âmbito nacional e de contribuir com o PNDR em demonstrar as disparidades urbanas, de notar o território brasileiro pela ótica que vai desde os grandes centros urbanos até pequenas cidades.

Neste âmbito de discussão sobre o território, as áreas metropolitanas são classificadas como prósperas por Bitoun (2009) e fazem parte do seletivo grupo que dita a economia de cada região em possibilitarem meios de compra de produtos, que não são produzidos nas pequenas cidades. Trazendo essa discussão para o contexto regional é possível observar a importância que a Cidade de Manaus tem para a estrutura de rede urbana construída com as cidades do interior do Estado do Amazonas.

A influência da Capital Manaus com os demais municípios do interior do Estado do Amazonas acontece desde o período da borracha, quando Manaus passa a ser a principal fornecedora de produtos alimentícios, roupas, ferramentas de trabalho e entre outros produtos comercializados para o interior do Amazonas.

Com a expansão territorial urbana de Manaus e a oferta de trabalho nos seringais, Manaus começa a despontar nas demais regiões ao apresentar construções elegantes, exemplo desta hegemonia foi a construção do Teatro Amazonas e a própria organização que a cidade estava vivendo pela forte produção dos seringais no interior das cidades (OLIVEIRA; SCHOR, 2008).

As cidades do interior do Amazonas, em especial Tefé, começa a receber uma grande demanda de trabalhadores interessados em trabalhar, exclusivamente, na extração do látex produzido pela seringueira. Várias embarcações navegaram pelo Rio Solimões trazendo pessoas de várias partes do Brasil. A cidade de Tefé abrigava todos estes viajantes antes de partirem para os seringais localizados nos rios Juruá, Jutaí e Japurá.

Com relação ao período da extração do látex no Amazonas é marcado pela formação de povoamento no território tefeense. Os núcleos de povoamento ou comunidades formadas basicamente para abrigar os trabalhadores após o dia de trabalho foram se tornando cada vez mais populosas. Com o passar dos anos mantiveram estes povoamentos ativos ao ponto do desmembramento do território tefeense e criação de sete novos municípios, descritos por Pessoa (2005).

1º – No ano de 1848 foi feito o primeiro desmembramento, e criação do município de Coari.

2º – Deu-se em 1882, a criação do município de São Paulo de Olivença.

3º – Em 1891, ocorre o terceiro desmembramento e a criação do município de Fonte Boa.

4º – O quarto desmembramento aconteceu em 1894, com a criação do município de Eirunepé.

5º – No ano de 1911, foi criado o município de Carauari.

6º – O maior desmembramento do território de Tefé aconteceu em 1955. Quando o Governador Plínio Coelho cria os municípios de Maraã, Japurá e Juruá.

7º – O último desmembramento ocorreu 1981. Envolveu os municípios de Tefé e Fonte Boa, sendo que os mesmos sofreram redução de seus territórios para criação dos municípios de Uarini e Alvarães.

No decorrer da criação de dez novos municípios desmembrados do município primaz Tefé, a história evidência que a borracha exerceu papel fundamental para criação dos municípios citados anteriormente. Estruturas urbanas fixadas na história ainda nos dias de hoje proliferaram bem mais articuladas e desenvolvidas a partir do trabalho desenvolvidos na Vila, sendo o trabalho peça chave para divisão de trabalho e mostrando ser aspecto central na dinâmica urbana (FERNANDES, 2009).

Em decorrência da busca das seringueiras chega a Tefé dois irmãos destinados a trabalhar com o látex. Diferente de outros trabalhadores compraram lotes de terras onde puderam explorar da melhor forma possível as riquezas naturais em suas propriedades. Assim, dá-se início a formação da história que se conhece da Vila de Caiambé.

### 1.3.1 A história da Vila de Caiambé

Para entender a formação da Vila de Caiambé os dados geo-históricos possibilitaram mostrar os primeiros passos desta pesquisa em traçar um perfil de compreensão, que envolveu a região Norte em uma potência pelo seu poderio de recursos naturais, classificado por Browder; Godfrey (2006), como: “*boom-bust*”, que faz referência sobre os ciclos de mercadorias primárias, tipicamente, conhecidas como: drogas do sertão, látex da borracha, ouro, diamantes e madeira de lei.

Compreender este momento da história talvez seja fundamental para se captar a organização dos lugares que giravam em torno das grandes potências do Norte, Manaus e Belém; criou-se um abismo separando as duas grandes metrópoles dos assentamentos menores do interior, marcando a paisagem e evidenciando as contradições que ocorrem no tempo-espaço dos lugares.

Até 1960, apenas 22 cidades em toda a Região Norte do Brasil possuíam população excedendo 5.000 habitantes. Apenas duas dessas cidades (Belém e Manaus) tinham mais de 100.000 habitantes. Porém, já em 1991, o número de cidades maiores do que 5.000 habitantes, havia crescido para 133, oito das quais excediam 100.000 habitantes de acordo com estimativas oficiais. Embora a economia regional ainda seja dependente dos ciclos econômicos de *boom-bust*, um sistema urbano mais extensivo e diversificado tem surgido nos últimos anos. Os programas contemporâneos de integração econômica, patrocinado pelo Estado em conjunto com capital privado, têm encorajado a migração em massa para cidades insulares. Estes movimentos populacionais têm transformado a estrutura das ocupações tradicionais da Amazônia, estreitando o amplo abismo entre níveis superiores e inferiores da hierarquia urbana regional. Pela primeira vez, a população urbana tende a assenta-se principalmente em pequenas e médias cidades (BROWDER; GODFREY, 2006, p.23).

As cidades do Amazonas recebem influência direta da Capital Manaus; a dinâmica das cidades pode ser estabelecida pelo rio ou por rodovias que ligam as mesmas à capital. O comércio é o principal setor aquecido por esta rede de transporte que vem desenvolvendo maiores facilidades de acesso com a capital e possibilitando maiores redes de conexão com os lugares.

Assim, onde as estradas nos levam a lugar nenhum, os rios assumem papel fundamental na vida de milhares amazonenses ao assumir papel principal nesta rede fluxo de abastecimento no Rio Solimões. O transporte empregado, tanto para a condução dos moradores, quanto para o escoamento da produção é feito pelos rios, utilizando barcos, navios, lanchas e canoas.

O Rio Solimões possibilita a dinâmica de transporte entre a Vila e outras cidades e até com o centro maior, no caso a capital Manaus. O transporte fluvial garante, assim, a ocorrência dos fluxos de mercadorias, bens, serviços e pessoas.

O movimento de dispersão urbana pode ser caracterizado a partir das estradas para algumas cidades; já para outras cidades são os rios que vão proporcionar o contato com o urbano; as perspectivas apresentam diferentes cidades, mas, todas elas tendo centros urbanos e caracterizando o olhar da urbano-diversidade proposta de Trindade (2010).

Os textos de Roberto Lobato Corrêa sobre a periodização da rede urbana expõem nuances sobre o modo espacial da desigual e afirma que:

Na Amazônia, esta diferenciação de tempos espaciais é muito marcante no âmbito da rede urbana. Tão marcante que se pode falar em segmentos velho, que possuem um tempo espacial longo, e segmentos novos, como explica as cidades ribeirinhas, de um lado, as cidades e os embriões urbanos, de outro que surgiram recentemente ao longo dos grandes eixos rodoviários que rasgaram a Amazônia (CORRÊA, 2006, p.184).

A respeito do surgimento de novas cidades e embriões urbanos pode-se citar Bertha Becker (1975), quando escreveu sobre o processo de construção da rodovia Belém – Brasília, e ressalta as mudanças estruturais, a migração impactando na mobilidade dos fatores e da resposta do crescimento regional.

A resposta é o “desenvolvimento regional, que decorre de uma mudança na estrutura das relações inter-regionais e deve ser, portanto, avaliado em termos de uma mudança da posição relativa da região no sistema espacial nacional” (BECKER, 1975, p.34).

Os grandes projetos destinados para qualquer parte do Brasil sempre chamam atenção de nova perspectiva de vida, porém, as construções não são as únicas formas de imigração. As regiões onde está havendo uma ascensão econômica, sempre gera uma imigração em massa; assim foi o caso do período da borracha onde se teve várias pessoas vindas, principalmente, do nordeste em direção ao norte do Brasil (OLIVEIRA, 1983).

José Aldemir de Oliveira, afirma que o período áureo da borracha no Amazonas, onde ocorreram mudanças significativas, principalmente, Manaus.

(...) em meados do século XIX, vários acontecimentos contribuíram para a modificação da paisagem da região e determinaram, em linhas gerais, o arcabouço do que viria a ser a malha urbana do Amazonas. Dentre os acontecimentos estão: a elevação do Amazonas a categoria de província em 1850, a introdução da navegação a vapor em 1853, a exploração extensiva (e intensiva) dos seringais e o movimento revolucionário dos cabanos. Quando foi instalada a Província do Amazonas em 1852

havia uma cidade, Barra do Rio Negro, capital da nova província, 28 freguesias 31 povoados (OLIVEIRA, 2000, p.197).

A exploração do látex e a interiorização da navegação a vapor foram os que tiveram maior relevância na configuração da malha urbana, especialmente, na Amazônia Ocidental. A explanação sobre o processo de urbanização da Amazônia, citando, principalmente, o período da borracha, foi sem dúvida, o período importante para a constituição do que se tem hoje.

Oliveira; Schor (2011), salientam que:

No período da borracha, apesar de ter sido construída importante infraestrutura urbana de transporte, de energia e de saneamento, ou seja, as mais avançadas técnicas urbanísticas da época; e estas serem vendidas como sinais de progresso e de crescimento, a maioria da população não teve acesso a elas e nem mesmo teve suas necessidades básicas atendidas. Na maioria das vezes, de maneira desordenada, as políticas públicas urbanas conseguem estabelecer as condições de produção e de reprodução da cidade, para o atendimento dos interesses hegemônicos. Na Manaus do fausto, o espaço urbano é sempre apresentado como um largo cenário onde só a elite tem rosto e se destaca na paisagem (OLIVEIRA; SCHOR, 2011, p.08).

A Manaus do apogeu da Borracha, período feito para poucos apreciarem as belezas do rio até as encantadoras arquiteturas, que formavam um mosaico de arte vinda de várias partes desse globo terrestre.

O período da borracha no Amazonas espalhou-se para os interiores. A cidade de Tefé foi também contemplada com este período, e com a liberação da navegação no Rio Amazonas; muitos imigrantes chegaram e constituíram residência, modificando a estrutura social formada, principalmente, de indígenas.

A história da cidade Tefé está escrita em algumas obras, entre elas: Protásio Lopes Pessoa, autor do livro “História da Missão de Santa Tereza D'Avila dos Tupebas” (2005), Augusto Cabrolié, autor do livro “Síntese da História de Tefé”(1983), Kristian Oliveira de Queiroz, autor do livro “A Formação Histórica do Território Tefeense”(2015). E as dissertações de Eubia Andréa Rodrigues “Rede Urbana do Amazonas: Tefé como Cidade Média de Responsabilidade Territorial na Calha do Médio Solimões” (2011) e Sandrielle Pessoa dos Santos “Tempo e Espaço na Amazônia Colonial: Da Vila de Ega à Cidade de Tefé Séculos XVIII e XIX” (2016); estas obras exaltam períodos da formação do espaço geográfico tefeense.

A história deste lugar começa por volta dos anos de 1686 e 1688, quando o Padre Samuel Fritz, começa a fundar suas missões<sup>3</sup>. Segundo Queiroz (2015), Fritz fundador de várias povoações ou missões, que vieram futuramente a se tornar cidades no Rio Solimões.

A conquista se inicia com as missões espanholas no século 17, consolidadas como trabalho do padre jesuíta Samuel Fritz, que em 1688 fundou a missão de Santa Tereza D'Ávila dos Auxiaris, na barra do rio tapi (Tefé). Logo a seguir vieram os carmelitas portugueses para disputarem o território com espanhóis, foram combatidos por estes sob o comando do jesuíta João Batista Sanna, até, que finalmente em 1910, o governador do Pará mandou uma tropa para expulsar os missionários espanhóis da região (PESSOA, 2005, p.07).

Nota-se o processo de colonização e conquista realizada pelos religiosos organizados em missões, levando novas culturas e catequizando os indígenas que ali moravam.

A luta entre espanhóis e portugueses por território trouxe agravantes com intensas batalhas e muitos nativos morreram, algum dos poucos que sobreviveram, foram acolhidos, como afirma Pessoa (2005):

Foi o carmelita Frei André que, reuniu os sobreviventes das aldeias e missões destruídas e os trouxe para o lugar onde fica hoje a cidade, fundando em 15 de outubro de 1718 a Missão de Santa Tereza D'Ávila dos Tupebas, que se desenvolveu e originou a cidade de Tefé (PESSOA, 2005, p.07).

Esta é parte da história tefeense, que referencia o carmelita Frei André, como uma pessoa importante para a fundação da cidade de Tefé, onde afirma Pessoa (2005), que:

No ano, 1855, o deputado João do Rego Dantas apresentou á Assembleia Legislativa Provincial o projeto de Resolução propondo a evolução com o nome de cidade de Nova Teresina. Após discussão votação, foi aprovado a Resolução no 44, em 15 de junho de 1855, elevando Ega a categoria de cidade, com o nome consagrado de Tefé, originário do Topônimo, Tupebas, numa variação sucessiva para Tepé, Tephé, Teffé e Tefé (PESSOA, 2005, p.07).

Antes de se chegar ao território em que se encontra a cidade de Tefé, houve algumas mudanças no sítio de ocupação. De acordo com Santos (2016), a cada mudança de lugar, provocada eventualmente por medo do ataque “ (...) insegurança e perigo aos índios aldeados que estavam sob ameaça de ataques das tropas de resgate, dos comerciantes de escravos e sertanistas que assolavam o rio Solimões” (SANTOS, 2016, p. 51). Quando em 1712 o padre Frei André da Costa resolveu deixar a Missão de Santa Teresa D' Avila dos Axiuaris, na barra do rio Tapi, no lugar conhecido como Tambaqui-Paratu (atual Vila Bastos) e se instala,

3 De acordo com Cabrolié (1983) a sua 1º missão a fundar foi São Joaquim de Omaguas, depois foram fundadas entre outras Nossa Senhora de Guadalupe de Omaguas de São Pedro, São Paulo dos Ticunas (hoje São Paulo de Olivença) e, em por fim, Tefé de Azures.

definitivamente, em 1718 na antiga aldeia indígena dos Tupebas ou Tapibás, que ainda na passagem de Fritz em 1688, chamou o lugar de Missão de Santa Tereza D'Ávila dos Tupebas ou Tapibás (RODRIGUES, 2011).

Quando Frei André trouxe habitantes indígenas da região para este território, talvez pensou nas facilidades que teria sobre o olhar geográfico da facilidade de acesso das águas do Rio Solimões, de adentrarem o seu território que se chama Rio Tefé e também dispõem do Igarapé Xidarinin, sendo estas facilidades para o transporte fluvial e de acesso mais imediato para, talvez, em alguma necessidade. Hoje se sabe que:

A cidade de Tefé, pela sua localização estratégica no epicentro da Amazônia Internacional e, concomitantemente, no centro geográfico do Estado do Amazona, está destinada, até pelo privilégio de situação geográfica, a ter participação ímpar na história econômica e cultural do Estado (PESSOA, 2005, p.07 e 08).

A passagem da categoria de vila à cidade se deu a partir de alguns pressupostos, sendo um deles, a importância da posição estratégica e por ser grande interposto comercial no Rio Solimões, como afirma Pessoa (2005):

Economicamente, porque o município com 150 anos de existência e com área abrangente gigantesca, ocupando originalmente todo o lado direito do Solimões, da fronteira com a Colômbia e o Peru até o rio Tefé, incluindo os vales dos rios Javari, Juruá, Purus, foi no passado um grande produtor do extrativismo in natura. E esses produtos caracterizam a primeira fase dos nossos ciclos econômicos, com a borracha, castanha e outros destinados à medicina. Sendo um entreposto para região do alto Solimões, Juruá, Purus e Tefé, contribuía de forma majoritária para o PIB da Província da época (PESSOA, 2005, p.08).

Pode-se notar a real importância de Tefé neste período, que abarcava uma imensa região e colhia resultados no seu território por meio de seus produtos *in natura*, sendo estes significativos na parcela de contribuição de renda no Produto Interno Bruto, pois, segundo Pessoa (2005).

O município de Ega, era sem dúvida um dos maiores da Capitania, pois tinha 500.000 km<sup>2</sup>, tendo limites o rio Purus pela margem esquerda e o rio Solimões subindo pelo Pará do Copeá, atingindo o rio Castanha, lago do Amanã, subindo pelo Coraci, até o rio Japurá, subindo este rio pela margem esquerda até Pedreiras, limites como o Peru e Colômbia na cabeceira do Japurá (PESSOA, 2005, p.26).

A cidade de Tefé exerce importância pelo seu vasto limite territorial, logo ficando responsável por parcelas de mercadorias naturais que seguiam diretamente para Manaus e Belém, e só depois para fora do Brasil. Todo esse percurso era feito por via fluvial.

Os produtos vendidos pelos ribeirinhos eram comprados na casa comercial, que também disponibilizava aos vendedores mercadorias de consumo diário como: arroz, macarrão, açúcar, café, charque, fumo, roupa, munição, calçado, etc. Logo, era um serviço rendoso, pois, ao mesmo tempo em que compravam o coro de jacaré, o látex e as drogas do sertão, vendiam seus produtos e o dinheiro voltava novamente ao caixa da casa comercial.

As casas comerciais foram construídas nos rios Tefé, Japurá, Solimões e Juruá, mas, se encontravam distante de alguns de seus consumidores e fornecedores de matéria-prima<sup>4</sup> e acaba se tornando um problema.

O comércio na região para solucionar o problema se reinventa, e entram em cena os regatões<sup>5</sup>, que tinham a mesma função da casa comercial e podiam chegar nesses lugares distantes e comprar e vender os produtos. Esse era o único modo de venda de produtos em plena selva amazônica por via fluvial.

Segundo Pessoa (2005), "Era o comerciante ambulante", essas casas de aviamento que podem ser comparadas aos grandes supermercados, onde se concentrava todo o armazenamento da produção da borracha e onde se localizava a compra de produtos destinados a alimentação, ao vestir, calçar, materiais de trabalho e entre outros utensílios. O produto em alta era a borracha, pela grande quantidade de seringueiras e por que poucas pessoas que colhiam látex, logo se beneficiavam de algum dinheiro de sua venda.

Na cidade não havia trabalho. Quando o seringueiro retornava para casa, ao acertar a conta, tirava um saldo irrisório. Muitas vezes não tirava saldo, porque, ao se aviar, levava seu rancho para o seringal e a família, para não sofrer necessidades, tirava na loja aviadora gêneros de primeira necessidade (PESSOA, 2005, p.69).

Os trabalhadores deviam aos coronéis mais do que tralhavam, pelo alto preço dos produtos de consumo serem caros. Por esse motivo, alguns cortadores de seringa resolveram ficar na cidade de Tefé para desempenharem outro tipo de trabalho, pois, a referida cidade vinha sofrendo constantes modificações em sua paisagem e viram que poderiam trabalhar nas construções iniciadas (PESSOA, 2005).

O município passou por diversas transformações em sua estrutura, com afirma o Padre Manuel Rebouças e Albuquerque, C. S. Sp. que no livro "Tefé e os Missionários do Espírito Santo", sendo publicado no ano de 1942, relata as construções feitas:

---

4 Coro de jacaré, látex e as drogas do sertão.

5 Era o comerciante ambulante. Se aviava em uma das casas aviadoras e ia vendendo ou trocando com produtos do beiradão. Entregavam mercadorias, na subida da viagem, na volta recebiam a produção. Pessoa, 2005.



Os prédios que mais avultam pela forma airosa de construção e pelos cômodos que oferecem são os seguintes: o Seminário dos Padres do Espírito Santo, anexo ao Prédio da Prefeitura Apostólica, que é o melhor edifício de toda cidade, e também mais belo, o Convento das Irmãs Franciscanas, não simpatia de aspecto, mas forte de construção, e muito confortável, o edifício da Prefeitura Municipal, ainda não concluído, o sobrado onde funciona os Correios e Telégrafos, a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, edificada no alto de uma colina e o Mercado Público, a Igreja Matriz, sendo a primeira Igreja consagrada em todo Estado do Amazonas (ALBUQUERQUE, 1942, p.39).

Sendo estas algumas das construções feitas na respectiva cidade, que lhe propuseram um destaque urbano no interior do Estado do Amazonas. Logo, a cidade de Tefé, por sua grande porção territorial, chamou atenção de pessoas que se propuseram a visitar o município, na sua grande maioria, missionários e viajantes, que descreveram a exuberante paisagem, como afirma Albuquerque (1942):

Maior é o prazer, mais suave é a impressão em clara manhã de verão, quando tão agradavelmente se casam o azul diáfano do céu, o verde macio da campina, o branco das fachadas, o vermelho carunchento dos telhados, a alvura da imensa praia e as fulgurações das águas da baía, suavemente encrespadas pela brisa do lago (ALBUQUERQUE, 1942, p.51).

Muitas eram as belezas encontradas nesse tempo, mas, com o passar dos anos foi sofrendo modificações políticas, sociais e culturais. Com o processo evolutivo da cidade e a modernização dos transportes começou a aparecer os primeiros navios na Amazônia.

Já existiam nos EUA e na Europa barcos movidos a máquina. Com a invenção desses barcos movidos a roda, chega o primeiro à cidade de Manaus no dia 25 de dezembro de 1833, com destino a cidade de Nauta localizada no Peru. Teve como passageiro, o pesquisador e engenheiro João Rowastock, que tinha a missão de levar a publicação do Decreto Imperial 1037, de 10 de agosto de 1852, que dava o direito da Companhia de Comércio e Navegação da Amazônia, fazer o transporte de passageiros e mercadorias pelos rios Amazônicos (PESSOA, 2005).

A máquina a vapor, ou seja, barcos movidos a pressão que impulsionava as rodas, trouxe mais rapidez no comércio e nas entregas de correspondência, sendo que os regatões continuaram, normalmente, os seus trabalhos de venda e troca de produtos e levar e trazer correspondências.

Segundo Pessoa (2005), o primeiro navio passou por Tefé em 23 de setembro de 1833; era movido por rodas, sendo este navio chamado de Gaiola Marajó. É importante frisar que

Tefé, por uma localização estratégica, se tornou rota de navios que começaram a fazer linha constantemente pelo rio Solimões e Juruá, trazendo mercadorias e passageiros.

Assim, logo foi criada uma empresa de transporte fluvial da região que pertencia ao Barão de Mauá, e com a intensificação do transporte fluvial começaram a surgir novos navios, que passavam, constantemente, pela cidade de Tefé. Sendo eles “[...] o Inca, Tupy, Moray, Cuiabá, São Pedro, Aimoré, Uruguaiana, Aripuanã e Vitória” (PESSOA, 2005, p. 46).

Com tantas viagens efetuadas por estes navios, logo chegaram muitos imigrantes vindos de outras cidades a procura de trabalho. É nesse período de 1877, quando os seringais do Pará estavam fadados a acabar, descobre-se no Alto Solimões grandes quantidades de seringais ainda virgens, logo a notícia se espalhou e as viagens dos navios traziam cada vez mais gente a procura da extração do látex, Pessoa (2005) afirma que:

A partir de 1877, vieram milhares de imigrantes para o Amazonas, particularmente para Tefé. Devido a sua posição geográfica privilegiada, os nordestinos viram para os seringais de Tefé, Juruá, Japurá, Solimões e Acre, impulsionados pela seca que grassava no Nordeste. Entre eles, vieram Sírios, Turcos, Judeus, Libaneses e Portugueses. Muitos destes últimos fixaram residência na cidade (PESSOA, 2005, p.65, 66).

A sede municipal faz parte deste movimento migratório que aconteceu para a Região Norte. A cidade ainda com pouca estrutura urbana começa a abrigar migrantes vindos de todas as partes, que ficavam pouco tempo e partiam em direção às vilas e povoados formados em função da borracha.

A atividade desenvolvida no período da borracha deu certo impulso na criação de vilas e povoados. Entretanto, não significou quantitativa e qualitativamente um processo de surgimento de cidades similar à importância econômica do período. Ao contrário, determinou a existência de poucas cidades, dispersas e com pouca importância regional em termos populacionais e econômicos (OLIVEIRA, 2006, p.07).

Já existiam pequenas cidades com baixa infraestrutura e contendo condições mínimas urbanas, via de regra ficavam localizadas nas margens do rio, onde havia pouca comunicação entre si, decorrente do tipo de atividade desenvolvida no lugar, baseada, principalmente, no extrativismo vegetal.

Este tipo de atividade não contribuiu para a criação de infraestrutura visando à transformação da matéria-prima na própria Região. Em decorrência, tampouco havia a criação de atividades urbanas complementares à transformação da matéria-prima que exigisse concentração de mão-de-obra, o que poderia ensejar a criação de novas vilas (OLIVEIRA, 2006, p.08).

A riqueza localmente produzida poderia ter impulsionado significativa na melhoria da educação, saúde e na economia. Mas, a riqueza produzida nos seringais ficou retida nas mãos de uma minoria, os exportadores da borracha, as casas de aviamento e os importadores da borracha, sendo o destino final da matéria-prima os mercados americanos e ingleses e uma pequena parte destinada ao mercado consumidor Centro-sul do Brasil (Oliveira, 2006).

As casas de aviamento no interior e, especificamente, onde se localizava, gerava empoderamento apresentado pelo potencial de venda e compra de produtos, e compra de matérias-primas. Em entrevista cedida em 2015, o senhor Leopoldo afirma que:

[...] as pessoas vinham com a intenção de melhorar de vida com a produção de farinha e a colheita de castanha que na época era muito forte na vila. Faziam suas casas cobertas de palhas outras de alumínio e começavam a produzir. O tempo para os negócios era bom, toda produção de farinha era comprada aqui mesmo, o dinheiro circulava na vila, os comércios eram similares aos de Tefé, não era preciso sair da vila para comprar alimentos e roupas, as casas comerciais eram bem surtidas, já haviam pessoas que já moravam aqui a mais tempo já tinham um poder aquisitivo melhor (Leopoldo, 62 anos, Entrevista/2015).

O panorama onde se encontrava a Vila de Caiambé era propício para a exploração da força de trabalho, facilitada pela abundante concentração de caboclos e migrantes, enquanto nos seringais os meios de trabalho utilizados pelos seringueiros eram tão somente seus corpos.

Ao analisar a vila em parte, para se entender o todo, parte-se de Monbeig (1908-1987), o qual nos mostra que o solo acaba se tornando o principal meio de apropriação do homem e privatização do mesmo, tornando este lugar propriedade privada, pertencente à Família Lima.

Entretanto, indagações surgem, “zonas pioneiras encontramos-nos diante de organismos já formados” (MONBEIG, 1908-1987, p.278). Vestígios deixados pelos antigos moradores talvez “indígenas” na vila ainda podem ser encontrados, mas, rastros de seu povo não se encontra mais, tornando difícil saber quem foram esses homens? (MONBEIG, 1908-1987).

As questões históricas levantadas por Monbeig (1908-1987), desta terra entram em cena com a posse do solo o qual “o homem escolhe, depois utiliza o local preparado pela natureza” (MONBEIG, 1908-1987, p.279).

Desta forma, o papel do homem se alia a vontade de posse de trabalhar com o concreto, em que a massa humana se dispõe em volume, composição e localização; esses três pontos dão a dimensão de escala de tempo.

Segundo Pierre Monbeig (1908-1987), todo trabalho geográfico de caráter urbano deve-se levar em conta o aspecto natural de quem nasceu e cresceu no lugar; comparativos de passado e presente podem ser feitos de acordo com o estudo do local.

O “local” apresenta-se com o nome Caiambé<sup>6</sup>, vem de um cipó chamado **Ambé**. Esse cipó era encontrado com bastante frequência na região; os nativos dessa região retiravam o cipó Ambé para confeccionar paneiros, peneiras, tipiti, que ainda é utilizado para produzir farinha de mandioca, goma, tapioca e o tucupi.

O nome da vila surge naturalmente exaltado por muitas pessoas sem que ao menos soubessem, que uma brincadeira se propagaria na história. No momento da derrubada do cipó diziam “cai – ambé”, com isso se originou a palavra Caiambé.

O volume citado por Monbeig (1908-1987) fica marcado como período áureo<sup>7</sup> da borracha, durante o qual o Estado do Amazonas recebeu imigrantes, em sua maioria, Nordestinos para trabalharem na região. Entre tantas pessoas vindas para Tefé em busca de riqueza para melhores condições de vida, destacam-se os senhores: Henrique Lima e seu irmão Luiz Lima, vindos do Ceará, especificamente, do município de Aracati.

Logo após a chegada em Tefé realizaram investimento na compra de lotes de terras e um desses se chama até hoje de Caiambé<sup>8</sup>. Esta compra aconteceu no dia 05 de agosto de 1905; assim como esta compra outros lotes foram comprados no lago de Caiambé e em terras nas margens do Rio Solimões, sendo todos estes lotes lavrados em cartório.

O objetivo dos irmãos era estritamente explorar o látex das seringueiras, que culminava no período como a principal matéria-prima e fonte de renda local e nacional, o “*El Dorado*, o ouro negro” (OLIVEIRA, 1983, p. 224), como também foi conhecida a borracha, bastante explorada até o período de sua desvalorização e estagnação dos seringais.

A estagnação dos seringais começa a partir de 1910 e finaliza por volta de 1920. Na Região Norte, a crise aconteceu, mas, sem afetar o todo pelo fato do ciclo da borracha não apresentar melhoria significativa em nível de renda local (OLIVEIRA, 2006).

---

6 No livro: *As Viagens do Ouvidor Sampaio* (1985), relatou que navegou no Rio Caiamé, parado para descansar no povoado chamado Caiamé.

Pessoa (2005), também utiliza o nome Caiamé como nome de uma aldeia indígena, devido sua chefe se chamar Caiamé.

7 O *boom* da borracha perdurou até 1912 e havendo estagnação por volta de 1920 (SCHOR; OLIVEIRA, 2008).

8 A Vila de Caiambé tem 111 anos, desde de sua homologação em cartório.

Em segundo plano, a crise ocasionou o refluxo dos migrantes nordestinos para a região de origem, ocasionando a diminuição da pressão sobre as fontes de alimentos escassos vindos, principalmente, de Belém e Manaus.

Com o trabalho da borracha sendo deixado de lado, começa o interesse por outros produtos extrativos, especialmente, a castanha e madeira que supostamente possibilitou o retorno dos trabalhadores da mão de obra liberada dos seringais (OLIVEIRA, 2006).

Os anos se passaram e com eles levaram os Senhores: Henrique e Luiz Lima. Vinda do Nordeste, a Esposa de Henrique Lima e o seu Filho Doutor Rossini Barbosa Lima<sup>9</sup> chegaram em Caiambé para dar continuidade aos trabalhos deixados por seus familiares no extrativismo de produtos *in natura*.

O trabalho de colheita de castanha aos poucos foi ganhando cada vez mais força, até atingir o ápice e substituir o extrativismo de látex e de se empenharem exclusivamente na colheita dos ouriços de castanha.

Houve outras atividades econômicas como o plantio de cana-de-açúcar<sup>10</sup>, que produziam aguardente, fabricação de açúcar preto, também conhecido como rapadura, mas, não tiveram êxito. Por outro lado, mantiveram-se com a colheita da castanha e começaram a produção de farinha de mandioca.

A castanha continua sendo para muitos agricultores o seu décimo terceiro; os frutos ajuntados anualmente são bastantes apreciados pela população local e já são comercializados para fora da cidade de Tefé.

Em entrevista como o senhor Roberto (2015), que relata sobre a colheita da castanha, que era comandada pelo Doutor Rossini nos negócios da família, todas as castanheiras pertencentes ao seu lote foram demarcadas e distribuídas aos castanheiros, que realizavam o trabalho de limpar em volta das castanheiras, retirando os cipós que estava no tronco.

No mês de dezembro todos os castanheiros iam em direção ao castanhal, onde cada um tinha sua casa para pernoitar e ficar até o final do período da castanha, ou seja, meados de dezembro até meados de maio.

---

9 O Dr. Rossini Barbosa Lima, era cirurgião dentista, foi o 1º Prefeito nomeado de Maraã e também Deputado Estadual por 3 mandatos. Veio a falecer em 29-06-1988. Deixando sua esposa Leovigilda da Costa Lima e seus três filhos: Henrique Lima Neto, Roney Rodrigues Barbosa Lima e Rossini Augusto Barbosa Lima, sendo os atuais herdeiros dos lotes de terras.

10 (...) Henrique Lima e Alceu Gama proprietários de grandes produziram e exportaram aguardente e açúcar para muitos municípios da região e modernizaram a frota das lanchas para transporte de cargas e passageiros. Monsenhor Barrat comprou uma turbina e instalou-a para produção de açúcar além de incentivar a plantação de canaviais (QUEIROZ, 2015, p. 80).

Se antecipavam em limpar seus piques ou caminhos por onde percorriam cada castanheira. O transporte da castanha era realizado por um barco comprado pelo Dr. Rossini para facilitar o escoamento da produção. Desta forma, os castanheiros poderiam permanecer em suas colocações ou casas.

A casa de aviamento ou casa dos aviados era uma casa grande onde se tinha uma gama de produtos alimentícios, de limpeza, fumo, ferramentas de agricultura, entre outros, o comércio funcionava da seguinte forma.

A compra podia ser realizada em dinheiro ou debitado na conta, porém, essa segunda opção era somente liberada para seus aviados que trabalhavam na colheita de castanha; assim, descontava no ato do pagamento pela produção entregue.

A casa de aviamento ficava situada na entrada do Lago de Caiambé para facilitar a ida para os castanhais, onde pegavam seus mantimentos e na volta para acertar suas contas e receber seu dinheiro.

Outro aspecto de comércio foi a utilização do motor como regatão, que além de trazer a produção, abastecia quem estava na mata, via de regra a casa dos trabalhadores ficava próximo as margens do rio para facilitar o embarque da produção.

A Amazônia cheia de rios e de matas, com núcleos de povoados ilhados muito distantes de um centro abastecedor, propiciou o surgimento, na região, de um comerciante, inicialmente caboclo ou português, que em troca de quinquilharias, instrumentos diversos, roupas e gêneros alimentícios recebia o produto do trabalho indígena ou caboclo. Como se ele visasse o máximo de lucros, regateava o preço da mercadoria comprada, procurando desvalorizá-la, ao mesmo tempo que enaltecia a excelência, a utilidade ou a beleza do que vendia. Por causa disso, ele ficou reconhecido com regatão (...) (OLIVEIRA, 1983, p. 235).

Havia na Vila de Caiambé dois paióis onde ficavam estocadas as castanhas. Nesse local era feita toda seleção de castanha; esse trabalho era realizado, principalmente, pelas mulheres que verificavam castanha por castanha, separando as estragadas das que não estavam boas (Roberto, 72 anos, entrevista/2015).

Porque alguns moradores utilizavam suas colocações de terras para coletar a castanha, o senhor Rossini disponibilizou terras para plantarem mandioca, já que a maior parte da farinha que abastecia a população que vinha do Pará. Como afirma o senhor Roberto (72 anos) quando relata que:

[...] eu sofri muito ainda, comi farinha veia feia, está vinda do Pará e aqui faziam somente aqueles pedacinhos de roças e logo acabava, neste tempo eu morava com

seus pais na comunidade Severino e meu pai e outro amigo vinham em Caiambé comprar farinha e voltavam com oito litros (Roberto, 72 anos, entrevista/2015).

Com o tempo as famílias começaram a morar nas terras para dentro do lago e começaram a formar as comunidades e aumentar a produção de farinha, permanecendo na coleta da castanha que “[...] sua exploração decaiu durante o período áureo da borracha, voltando a crescer com a desvalorização dessa goma elástica na área Amazônica cuja cotação caiu no mercado internacional (...) (OLIVEIRA, 1983, p. 250).

Por volta de 1980, a castanha passava por seu período áureo em Caiambé, e precisava ficar evidenciada e marcada na história por se ter tantas árvores na região e sendo a principal fonte de renda dos moradores; os castanheiros mais antigos, em uma prosa, pensaram em idealizar algo comemorativo com relação a castanha.

Os senhores Cabral, Adalberto, Anísio, Francisco Dias tiveram a ideia de comemorar o excelente período que passavam por causa da castanha. Ainda sem saber como realizar esta festa, eles conversaram com Senhor Rossini a respeito do bom momento que estavam passando de colheita e de preço pago pela produção e pensaram em realizar uma comemoração por este momento. O Senhor Rossini formalizou a Festa da Castanha lhes dando o apoio que necessitavam e coordenando os afazeres.

A primeira Festa da Castanha foi realizada em 10 de maio de 1983, em Caiambé, por ser o maior produtor do Médio Solimões. A festa ficaria marcada na história por ter recebido ilustre presença da Miss Amazonas, Messoíde Serrúia e de autoridades de Tefé, Alvarães e a presença do professor Joaquim Gonçalves e o senhor Cunha dono do lote das terras do Jutica.

A festa atraiu moradores das comunidades vizinhas para assistir ao desfile das rainhas da Castanha de Caiambé, da Cidade de Alvarães e do Jutica. O locutor e, também, músico Teixeira, vindo de Manaus para abrilhantar ainda mais a noite com os solos de seu saxofone (Leovigilda da Costa Lima, 60, entrevista/2016).

Alguns moradores relatam parte desta geo-história, como fato marcante em suas vidas, por ter sido tão emblemática comemoração, com comidas típicas regionais, em que o tempero principal era a castanha.

A arte empregada ao cipó ambé dava forma aos objetos decorativos, que rapidamente foram comprados pelos visitantes. A senhora Ana lembra do esforço de alguns moradores ao decorar uma pequena castanheira retirada da mata e plantada com muitos ouriços.

Durante nove anos a Festa da Castanha foi comemorada em Caiambé; a cada ano apareciam pessoas interessadas em conhecer a cultura, os costumes do local, proporcionando renda ao comprar o artesanato do cipó ambé, de comidas e doces com o ingrediente especial de castanha.

No ano de 1988, que se comemoraria o décimo ano, veio a falecer o senhor Rossini Lima, o percussor do festejo. Em respeito e luto a festa não foi realizada. Durante alguns anos não teve a comemoração da Festa da Castanha.

Na gestão do Prefeito Téo Cellani em 1993, a Secretaria de Cultura organizou a 1ª Festa da Castanha na cidade de Tefé. Desde de então acontece todos os anos. Pela dimensão e conhecimento desta festa no Amazonas, é possível notar-se perdas substanciais à Vila de Caiambé, por não mais sediar a Festa da Castanha, ofuscando a Vila do Caiambé em um jogo econômico-político que mantêm as relações desiguais.

Portanto, parte da história da Vila de Caiambé fica esquecida na história, por não se exaltar o local de origem da Festa da Castanha. Desta forma, a Cidade de Tefé passa a reescrever uma nova história com a transferência da festa da castanha para a cidade.

#### **1.4 Cidade pequena**

O tema sobre pequena cidade, é um assunto que ganha força, talvez pelo desconhecimento das mesmas, pela potencialidade em serem importantes para a rede urbana, pela dinâmica de relações econômicas com centros maiores e por sua capacidade de produção de produtos *in natura*. Estas e outras questões estão sendo discutidas em torno do papel das pequenas cidades no âmbito nacional.

A pauta sobre centros menores ganha força em publicações para tentar se compreender a organização destas cidades. Como interagem com outras cidades, e como acabam se tornando parte de uma rede. De acordo com Soares (2009).

Entretanto, só recentemente as pequenas cidades têm sido pauta de reflexões em eventos científicos, trabalhos de dissertação e teses de Geografia. As dificuldades apresentadas à análise dessa temática são muitas, passam pela diversidade da realidade socioespacial brasileira e das próprias pequenas cidades como pela carência de parâmetros de definição e metodológicos (SOARES, 2009, p.117).

Esta temática é trabalhada por alguns autores brasileiros, entre os quais se destacam Milton Santos (1979), ao utilizarem cidades locais em vez de cidade pequena, para explicar a



funcionalidade de relações, e se desprender da noção de quantidade demográfica que caracterizam as cidades (IBGE).

Corroborando com a temática, Roberto Lobato Corrêa (2006), contextualiza sobre a caracterização da rede urbana na Amazônia por meio de segmentos velhos e novos, onde as cidades ribeirinhas são *locus* de pesquisa.

José Aldemir de Oliveira (2000), ao escreveu o livro “Cidades na Selva”, que contempla modos de vida de um povo, trazendo à tona história, costume e tradição do povo amazonense.

Os trabalhos desenvolvidos pelo NEPECAB sobre as cidades na Calha do Rio Solimões e relacionadas ao estudo sobre “Reflexões metodológicas sobre o estudo da rede urbana no Amazonas e perspectivas para a análise das cidades na amazônia brasileira” desenvolvida por (SCHOR; OLIVEIRA, 2011).

Ainda nesta linha de pensamento Tânia Maria Fresca (2001; 2010) vem desenvolvendo pesquisas direcionadas a cidades pequenas, onde mostra a importância para o ensino de Geografia e a diferença entre cidade pequena e locais.

As cidades pequenas têm suas funcionalidades mediante a rede urbana em que está inserida, o carácter de atividades urbanas acima do nível mínimo pode ser considerado “Centro Local”, por apresentar produção específica de quaisquer produtos de consumo (Fresca, 2010).

Fresca (2010) discorre sobre pensamentos miltonianos e afirma sobre.

A denominação centro local refere-se ao menor escalão das cidades no Brasil - termo este difundido a partir dos estudos sobre redes urbanas tendo na teoria das localidades centrais seu referencial analítico - considera o papel dos centros urbanos de uma rede na distribuição de bens e serviços. A centralidade dos núcleos deriva de seus papéis na distribuição de bens e oferta de serviços, sendo este considerado como o elemento para a análise e o estabelecimento de sua hierarquia (FRESCA, 2010, p. 77).

A teoria está sustentada à base de demandas de bens e serviços produzidos por uma cidade pequena, na qual os produtos e serviços podem alcançar cidades médias ou grandes; o diferencial encontrado nestes centros é justamente a capacidade de produção em larga escala, em alguns lugares são especializados em um só tipo de produção ou plantio.

As cidades locais, segundo Santos (1979) estão voltadas principalmente às questões econômicas, onde prevalece, segundo Castells (2000), questões capitalistas por meio da

indústria, sendo essencialmente voltada ao crescimento da economia, e a maximização da produção.

Neste sentido,

O que importa é preservar o papel das cidades locais, sem, todavia, consagrar e conservar disparidades, e integrar essas cidades em um mecanismo de crescimento que seja geral e não seletivo. É uma questão de planejamento, sem dúvidas, mas somente depois de ter sido um tema de pesquisa no plano das disciplinas inseparáveis da economia do desenvolvimento, da economia espacial e da organização do espaço (SANTOS, 1979, p.74).

A análise realizada por Santos (1979), em optar em utilizar cidades locais, vai de encontro a noção de volume da população.

Aceitar um número mínimo, como o fizeram diversos países e também as Nações Unidas, para caracterizar os diferentes tipos de cidades no mundo inteiro, é incorrer no perigo de uma generalização perigosa. O fenômeno urbano, abordado de um ponto de vista funcional, é antes um fenômeno qualitativo e apresenta certos aspectos morfológicos próprios a cada civilização e admite expressão quantitativa, sendo isto outro problema (SANTOS, 1979, p.69-70).

A maneira como se definem as cidades no período estudado por Santos, contemplou a diferença no que se vive atualmente, depara-se e esbarra-se, ainda, em questões burocráticas sobre a classificação das cidades brasileiras.

A população pode e deve aparecer, mas somente como dado e não como divisor hierárquico entre cidades; deste modo, as cidades se tornam mais visíveis pelos seus papéis desempenhados na rede urbana por meio das suas características (SCHOR; OLIVEIRA, 2011).

Não se classificar uma localidade como cidade pelo número de habitantes, mas sim, por exercer funções de centralidades na sua localização, pelo papel de articulação com localidades menores e dinâmica de relações com cidades maiores.

Até então, fez-se um retrospecto sobre a classificação de cidade, mas, ainda, não se contextualizou a respeito do que viria a ser realmente a cidade?

O uso da palavra “cidade” carrega consigo um forte pensamento vinculado, principalmente, ao urbano e a questão demográfica, via de regra os textos sobre rede urbana podem estar tratando de relações sobre cidades, sendo imprescindível, também, analisar-se a quantidade populacional, para se poder classificar qual o tipo de cidade.

Cada modo de uso da palavra cidade pode ter inúmeras ramificações a sua utilização, de acordo com Sandra Lencioni (2008).

Gramaticalmente a palavra cidade é um substantivo, ou seja, uma palavra que serve para nomear um objeto determinado e possui várias acepções na língua portuguesa. Pode significar aglomeração humana de certa importância, localizada numa área geográfica circunscrita e que tem numerosas casas, próximas entre si, destinadas à moradia e/ou a atividades culturais, mercantis, industriais, financeiras e a outras não relacionadas com a exploração direta do solo (LENCIONI, 2008, p. 113).

Na contextualização da palavra cidade utilizada por Lencioni (2008) faz-se uso do dicionário Houaiss, para descrever sobre a cidade e retratar se o papel do Estado em apoio à administração pública, e também, para se atentar sobre as variações do conceito de cidade, que parecem ser comuns, mas, exige que se tenha cuidado quanto ao seu uso.

Inicialmente queremos chamar atenção para a seguinte afirmação: a ideia de cidade é clara para todos, diferentemente da ideia de urbano. No entanto, o conceito de cidade é obscuro. Como um conceito pode abrangar desde cidades pequenas, de 2.000 habitantes, até cidades que abrigam milhões e milhões de habitantes? Como pode se referir a um objeto que se apresenta com características bem distintas e, que por isso, exige, frequentemente, o complemento de um adjetivo, a exemplo de: cidade de fronteira, cidade grega, cidade colonial, cidade medieval, cidade portuária, cidade turística, cidade mineradora, cidade industrial? Como pode se colocar como conceito, o que implica ser reflexo de um objeto – segunda observação – quando esse objeto se apresenta múltiplo e variável? (LENCIONI, 2008, p. 114-115).

Nos estudos sobre cidades, via de regra, utiliza-se uma palavra que complemente sua função. Neste texto se utilizará “Cidades Ribeirinhas”, classificação feita por José Aldemir de Oliveira (2004), onde classifica as cidades as margens do rio, como ribeirinhas. A hierarquia sobre cidades é forte, porque separa as cidades e as define de acordo a função onde se localizam.

A autora Doralice Sátyro Maia (2009) descreve que ao se adjetivar a palavra “pequena”, o pensamento de tamanho está em uma hierarquia de lugares maiores e afirma.

[...] O tamanho da cidade normalmente, é medido através do contingente populacional, ou ainda através do número de habitantes. Comumente, classificam-se as cidades em pequenas, médias e grandes a partir de seus contingentes populacionais, e para a classe de cidade pequena insere-se aquelas que possuem até 20 mil habitantes. Acima desse montante seria classificada como cidade média, e aquelas com mais de 500 mil habitantes seria considerada cidades grandes. Esse critério tem sido adotado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e pela maioria dos estudos que versam sobre o assunto. Realmente não se pode deixar de considerar a contagem populacional quando se quer pensar sobre o domínio de pequenas cidades, por outro lado, não se pode partir unicamente deste lado. Pois mesmo que se enquadrem dentro de uma faixa de número de habitantes, há ainda muita discrepância sobre esses espaços (MAIA, 2009, p. 145).

A respeito das últimas afirmações sobre o número de habitantes considera-se ser um dado importante para ser observado, analisado e se tirar resultado do porquê do crescimento

ou do retrocesso, seja ele ocasionado pela chegada da indústria ou da evasão da mesma, da modernização na agricultura ou pela instalação de construtoras.

O ritmo populacional pode subir ou descer, mas, de forma alguma não se menospreza lugares onde a população pode variar de 2 a 4 mil habitantes, porque talvez não venha a ser o seu contingente populacional o principal fator, porém, a sua importância para rede urbana em possibilitar uma maior extensão para malha urbana.

Sem dúvida os lugares têm suas próprias demandas e funcionalidades. De acordo com Roberto Lobato Corrêa (2003) três pontos são destacados para diferenciação do estudo da rede urbana: origem, tamanho e funções.

A origem inclui o contexto econômico e político e os agentes sociais da criação urbana. O tamanho varia de acordo com o número de habitantes e as funções são agregados econômicos distintos, como o valor da produção industrial e da receita do comércio e serviços e a renda de seus habitantes (CORRÊA, 2003).

Este processo de construção teórica e metodológica sobre as pequenas cidades têm crescido no Brasil; o olhar para esses pequenos aglomerados urbanos têm sido palco de discussão no âmbito acadêmico; os geógrafos têm colaborado para a expansão da temática com publicações a respeito do papel desenvolvidos nas cidades pequenas e tem contribuído para o entendimento das funções desenvolvidas na rede urbana.

As cidades pequenas talvez sempre existiram quando se compara a dados populacionais. Desta forma, podem ser tidas como velhas, por outro lado, pode-se chamá-las de novas por causa de seus estudos terem sido mencionados, por Milton Santos (1979), Corrêa (1999), Tânia Fresca (2001, 2010), Schor & Oliveira (2011).

São autores contemporâneos, reconhecidos e deram sua parcela de contribuição para o estudo em questão e de acordo com:

As dificuldades no estudo das pequenas cidades passam por algumas questões fundamentais, dentre as quais a fragilidade na elaboração de um arcabouço teórico metodológico para o estudo de tais espaços; a importância dada ao tema, já que os principais estudos sobre o fenômeno urbano brasileiro versam sobre as grandes cidades; além da grande diversidade e heterogeneidade regional brasileira (BEZERRA; LIMA, 2011. p.44).

A diferença entre regiões possibilita haver maior campo de estudo a respeito da mesma temática, todavia, com metodologias diferentes, e, com o propósito único de saber a importância da pequena cidade no contexto local, regional e nacional.

De certa forma, o debate de opiniões sobre as pequenas cidades vai existir, como é o caso das pequenas cidades da Amazônia. As pesquisas realizadas pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas das Cidades da Amazônia Brasileira – NEPECAB dão ênfase ao estudo sobre cidades e de como se estabelecem na rede urbana.

Por meio de pesquisas na região da Amazônia o NEPECAB formulou suas próprias metodologias para classificar uma tipologia para as cidades na calha do Rio Solimões, classificando as cidades por sua importância para rede urbana e função que estabelece perante a rede (SCHOR e OLIVEIRA, 2011).

Na classificação feita pelos autores, que afirmam existir em cidades pequenas de responsabilidade territorial.

Tal qual as demais cidades de responsabilidade territorial, estas cidades desempenham um papel importante na manutenção da rede em uma escala diferenciada. Exercem uma função intermediária, entre os fluxos de transporte e comercialização, entre as cidades médias e as demais cidades pequenas e aglomerados humanos. Estas cidades têm um relevante papel na organização das diversas etnias que habitam e se deslocam pela região do alto Solimões. Transformam-se em nódulos das diversas redes que perpassam territórios indígenas. As cidades de fronteira também devem ser consideradas nesta tipologia de forma diferenciada, pois exercem um papel específico e constituem redes de relações próprias de abrangência internacional (SCHOR & OLIVEIRA, 2011, p. 20).

Entre as definições sobre cidades pequenas talvez esta se assemelhe melhor as funções desempenhadas pela Vila de Caiambé ao desenvolver papel de centralidade ao possibilitar as comunidades de seu lago e do Rio Solimões, condições de atendimento à saúde, educação, oferta de comércio de venda e compra de produtos, que se classifica como Microrregião do Caiambé.

O fluxo de transporte, comércio e serviços acompanha o padrão das Cidades Ribeirinhas, que interinamente está ligado ao rio e a floresta (OLIVEIRA, 2004). O rio acaba ganhando destaque pela funcionalidade empregada pelo porto.

Desta forma,

O porto é o intermédio entre o rio, a floresta e a cidade como lugar privilegiado dos enigmas da Amazônia transfigurados em enigmas do mundo a nos oferecer interrogações sobre origens e destinos. O rio, a floresta e a cidade têm no porto a fronteira entre o real e o imaginário, possibilitando-nos leituras múltiplas de ritmos de tempos diversos. A interpretação que podemos dar às pequenas cidades muitas vezes nos foge, pois buscamos parâmetros lógicos que nem sempre são capazes de explicá-las. Porém, apesar de todas as limitações que podemos ter, o importante é perceber desde a chegada que nessas pequenas cidades estão os mais preciosos arquivos culturais do mundo amazônico, os igapós simbólicos de nossa cultura, as raízes submersas da alma de um povo (OLIVEIRA, 2004, p.02).

A funcionalidade atribuída ao porto ganha destaque ao se tratar, algumas vezes, como porta de entrada e saída de algumas cidades na Amazônia; esta situação ocorre na Vila de Caiambé, que foi mencionada anteriormente.

A circulação e consumo dos próprios centros muda e a distribuição intra-regional ganha cada vez mais força por meio da produção rural.

Por fim, mediante as relações de hierarquia a Vila de Caiambé já possui uma estrutura urbana que lhe permite condições de compra e venda de excedente produzido por centros menores, no caso as comunidades\aglomerados rurais e, também, lhes dá meio de obtenção de serviços tais como energia, água, educação e saúde, assim, se estabelece a Microrregião do Caiambé por seus serviços e atividades produtivas. Tema que será discutido ao longo desta dissertação.

## 2 CARACTERIZAÇÃO DO PERFIL DA MICRORREGIÃO DO CAIAMBÉ E A VILA DE CAIAMBÉ COMO SUA CENTRALIDADE

Construir a Microrregião do Caiambé (MC) só foi possível pela estrutura formada desde 1905, quando Caiambé já era um povoado e passou a ser um dos principais pontos comerciais do Médio Solimões. A centralidade e hierarquia de Caiambé na região do médio Solimões vem desde o período de sua criação, ou seja, quando passa a ser propriedade privada da família Lima.

Neste capítulo, além de elaborar teórico e empiricamente a Microrregião do Caiambé serão apresentados os resultados obtidos, por meio da coleta de dados primários em extensos trabalhos de campo.

### 2.1 Localização

De acordo com a classificação proposta pelo IBGE (1985), o Estado do Amazonas foi dividido em Mesorregiões do: Norte Amazonense, Sudoeste Amazonense, Centro Amazonense, Sul Amazonense, sendo os municípios divididos em treze Microrregiões Geográficas; a área de estudo pesquisada pode ser vista na Tabela a seguir.

<b>MESORREGIÃO CENTRO AMAZONENSE</b>	
<b>Microrregião de Tefé</b>	<b>MUNICÍPIO</b>
	Alvarães
	<b>Tefé</b>
	Uarini
Microrregião de Coari	Anamã
	Anori
	Beruri
	Caapiranga
	Coari
	Codajás
	Autazes
	Careiro

Microrregião de Manaus	Careiro da Várzea
	Iranduba
	Manacapuru
	Manaquiri
	Manaus
Microrregião de Rio Preto da Eva	Presidente Figueiredo
	Rio Preto da Eva
Microrregião de Itacoatiara	Itacoatiara
	Itapiranga
	Nova Olinda do Norte
	Silves
	Urucurituba
Microrregião de Parintins	Barreirinha
	Boa Vista do Ramos
	Maués
	Nhamundá
	Parintins
	São Sebastião Uatumã
	Urucará

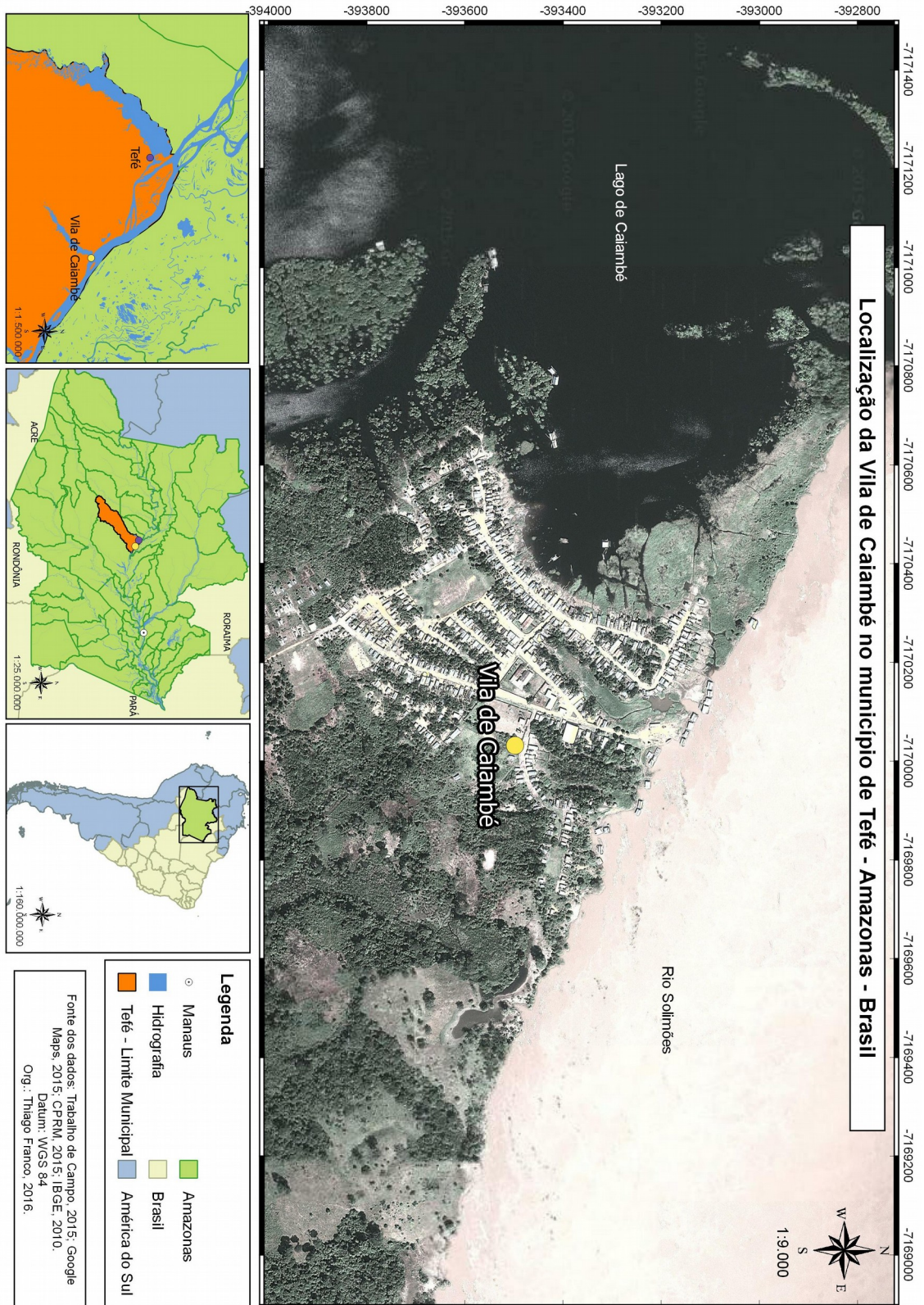
**Tabela 7:** Divisão Regional do Amazonas em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas  
**Fonte:** IBGE, 1985

A Vila de Caiambé por fazer parte do território do município de Tefé, encontra-se inserida na Mesorregião Centro Amazonense. Esta mesorregião é formada por 30 (trinta) municípios, incluindo a capital Manaus.

A classificação de Vila proposta pelo IBGE (1991) diz respeito a localidade com o mesmo nome do distrito que pertence a sede municipal. As vilas podem apresentar dois padrões de acordo com IBGE (1991): o primeiro caso pode ocorrer de serem áreas urbanizadas caracterizadas por construções, arruamento e intensa ocupação humana, sendo, também, áreas afetadas por transformações decorrentes do desenvolvimento urbano e haver áreas de reservas de expansão urbana. No segundo caso, pode-se apresentar como áreas não-urbanizadas, com poucos aspectos urbanos, sendo predominantes características de localidades rurais.



A Vila de Caiambé apresenta as duas características “rural/urbano”; encontra-se localizada geograficamente entre as coordenadas de 03° 31' 49.2” de latitude sul a 64° 24' 34.4” de longitude oeste, possuindo uma extensão territorial de 518,1 hectares e estando distante de Tefé, sede municipal, por 40,11 km de distância rio abaixo (IDAM, 2011).



**Mapa 1: Localização da Vila de Caiambé**

Segundo a Lei Municipal nº 075/2014, de 26 março de 2014, criada no Município de Tefé, o Distrito Administrativo Caiambé, cosede na comunidade do mesmo nome, e aglomera as seguintes comunidades:

I – Solimões de Baixo: Bibiana, Mamuriá, Jutica, Marajó, Bonfim, Santo Eduardo, São Vicente, Porto Nazaré, São João do Catuá, Nossa Senhora de Nazaré, Bela Conquista, Nossa Senhora de Fátima, Santa Luzia do Bóia.

II – Lago de Caiambé: Caiambé, Feliciano, Igarapé Açu, Sacai, Barreirinha, Cairara, Miriti, Severina, Santa Rosa, Tucumã, São José do Macaco.

III – Solimões de Cima: Curiá, Genipaua, Nova Sião, São Francisco do Mirinin.

Por meio desse decreto municipal é possível perceber o grau de importância que a Vila tem na estrutura urbana no Médio Solimões. Com autonomia em poder dar suporte educacional, ter o posto de saúde preparado para prestar os primeiros socorros e contar com posto policial que garante a região. Pode-se a partir destas funções institucionais para iniciar a caracterização do que aqui se chamará de Microrregião do Caiambé.

A Vila de Caiambé por fazer parte do território de Tefé e se configurar geograficamente melhor que sua sede municipal, por ter o contato eminente do Rio Solimões na borda de seu território, uma vez que a Localização de Tefé está restrita, recuada, fora do Rio Solimões e estando às margens do Rio Tefé, no Lago de Tefé.

Desta forma, a localização estratégica da Vila atrai a rede polarizada por Tefé. Rede que em primeira instância pode ser considerada, principalmente, no âmbito econômico com os fixos e fluxo oriundos de atividades comerciais (SANTOS, 1988) de Tefé. Deve-se compreender a centralidade da Vila, devido a estruturação da rede de transportes consolidada por Tefé. O intenso volume de embarcações que trafegam no Rio Solimões em que todas as embarcações passam pela frente da Vila, está aí o fato geográfico de Caiambé de ser beneficiado pela rede de Tefé.

Portanto, a rede de transportes que abrange a cidade de Tefé é a mesma onde a Vila de Caiambé está inserida; ambas usam o serviço hidroviário para se conectar com a capital Manaus. Porém, na frente de Caiambé, também, passam as embarcações que não adentram o Lago de Tefé, o que permite, pelo menos em tese, que o Caiambé faça parte de outras redes de transporte mais diversificadas e complexas do que simplesmente as que articulam a cidade de Tefé com a capital do estado, Manaus. Neste sentido, tem-se uma dinâmica própria que

permite construir, analiticamente e empiricamente uma microrregião que tem na Vila do Caiambé seu nóculo de interações.

## 2.2 Da população

As informações disponibilizadas pelo (IBGE) permitem reconstruir uma série histórica com os dados populacionais dos censos demográficos do município de Tefé nos anos de 1970, 1980, 1991, 2000, 2010.

<b>ANO</b>	<b>POPULAÇÃO TOTAL</b>	<b>URBANA</b>	<b>RURAL</b>	<b>PERCENTUAL DE CRESCIMENTO (%)</b>
1970	19.173	7.822	11.351	-
1980	30.736	15.797	14.939	62,00 %
1991	53.970	39.057	14.913	56,00%
2000	64.457	47.698	16.759	20,00%
2010	61.453	50.069	11.384	-5,00%

**Tabela 8:** Série Histórica da População de Tefé.

**Fonte:** IBGE, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010.

A análise dos dados de Tefé mostra crescimento e decréscimo na populacional total. Em 1980 houve um crescimento de 62% em relação ao ano anterior. Em 1991, 2000 o crescimento populacional representou, respectivamente, 56% alcançado o maior índice populacional entre os censos e uma queda no crescimento de 20% na década seguinte.

Já em 2010, houve decréscimo populacional de -5% considerando percentual negativo de crescimento no período de 10 anos.

Os dados secundários referentes as Vilas são encontrados por meio do código setor “outros” na plataforma do IBGE. No caso da Vila de Caiambé, o IBGE ainda não reconhece a Vila como distrito. Este fato se dá pela falta de reconhecimento legal por parte do município de Tefé das coordenadas geográficas do limite distrital. Apesar deste fato foi possível, graças ao apoio recebido pelo IBGE, agência de Tefé, que auxiliou nas coletas de dados.

Os dados apresentados são do censo de 2010, realizado pelo IBGE na Vila de Caiambé, totalizando uma população 1810 habitantes. Mas, ressalta-se que a sistematização dos dados referentes a Caiambé só foi possível pela colaboração da Agência do IBGE, localizada em Tefé, em ceder dados que não estão em sua plataforma.

A base de dados sobre residências é apresentada como domicílios particulares e domicílios coletivos na Vila de Caiambé, considerando que domicílio é o local estruturalmente separado e independente, que se destina a servir de habitação a uma ou mais pessoas, ou que esteja sendo utilizado como tal (IBGE, 2010).

Tipo de Domicílios	Características
Domicílio Particular	Onde o relacionamento entre seus ocupantes é ditado por laços familiares, sendo construído para servir exclusivamente a habitação (com ou sem banheiro, cozinha, tanque, cômodos). Caracterizando o domicílio como parte de um grupo de casas com acesso único a logradouro. As casas estão geralmente agrupadas umas juntas das outras, cada uma delas possui uma identificação na porta em forma de numeração.
Domicílios Coletivos	Considerado um estabelecimento onde a relação entre as pessoas que nele se encontram podendo ser familiar ou não, sendo considerado como habitação alugada de casas de cômodo, caracterizando instalações hidráulica e sanitária (banheiro, cozinha, tanque), utilizando o mesmo ambiente para diversas funções (dormir, cozinhar, fazer refeições, trabalhar).

**Tabela 9:** Tipos de casas na Vila.  
**Fonte:** IBGE, 2010.

No que se refere sobre a sistemática dos dados que viram a ser apresentados sobre o total de residências na Vila, são de origem do censo demográfico do IBGE de 2010. E fazemos uma ressalva de que o total de habitantes na Vila em 2010 foi de 1810. Sabendo que a média de habitantes para cada casa do Amazonas é de 4,5 pessoas por casa. Reafirmo que se utilizou dos dados do censo de 2010 e que a pesquisa não tinha por objetivo realizar censo demográfico na Vila. E se aconteceu alguma falha na coleta de dados pelos recenseamento não cabe a esta dissertação realizar correção de dados do IBGE.

No ano de 2010, a Vila de Caiambé tinha um total de 1047 residências particulares administradas por: pais, mães, sobrinhos, netos, sogros, avôs, avós, irmãos e irmãs, chegando ao percentual de 50% da população.

A pesquisa censitária revelou que 554 domicílios eram administrados por homens, chegando a 26% das casas, enquanto que as mulheres alcançaram 493 domicílios, representando 24% sendo elas as chefes de família.

Ainda com relação a domicílios foi observado em campo a respeito das casas com banheiros de fossa séptica<sup>11</sup> e fossa rudimentar<sup>12</sup>, onde grupos familiares utilizam os mesmos locais para realizarem suas necessidades fisiológicas.

[...] A presença de banheiros (fossa séptica) ou não (fossa rudimentar) nos domicílios é um dos principais indicadores de qualidade de vida e condições de moradia, pois está associado diretamente com a renda e as consequências repercutem na variação dos indicadores de como por exemplo, a saúde (MARINHO; SCHOR, 2009, p. 82).

Os domicílios evidenciam uma tendência de vulnerabilidade socioambiental em que a mesma pode ser observada em campo, podendo ser associada a diversas variáveis causadas por segregação socioespacial como: saúde, educação e renda (MARINHO; SCHOR, 2009).

A falta de políticas públicas que possam melhorar os problemas relacionadas as fossas rudimentares é mais um entre tantos que a Vila tem passado. A Vila talvez enfrentasse este e outros problemas com mais eficiência se fosse município. As dificuldades enfrentadas por Caiambé é devidamente a falta de apoio político para organizar a estrutura urbana. Bom seria se os discursos dos vereadores e prefeitos eleitos fossem além de suas palavras. Deveriam mostrar na prática com melhorias na saúde, educação, principais serviços utilizados pela Vila de Caiambé e a MC.

Portanto, a estrutura urbana mediante a organização de atividades na Vila se encontra instalada e funcionando de acordo com suas limitações, chegando a dar apoio a outras localidades por meio de serviços instalados no seu território. Somente por meio dos serviços e atividades produtivas será capaz de mostrar o quanto está rede se articula e se estrutura na Vila na MC.

### **2.3 Microrregião do Caiambé articulada em diversas redes – serviços e atividades produtivas**

Perante as transformações na passagem física, econômica e social vivenciada em Caiambé, estabeleceu-se a demanda de serviços oferecidos a sua população e demais comunidades vizinhas. Por esta perspectiva de importância no Médio Solimões é que a Vila

---

11 Fossa séptica – quando a canalização do banheiro ou sanitário estava ligado a uma fossa séptica, ou seja, a matéria era esgotada para uma fossa próxima, onde passava por um processo de tratamento ou decantação, sendo, ou não, a parte líquida conduzida em seguida para um desaguadouro geral da área, região do município (IBGE, 2010).

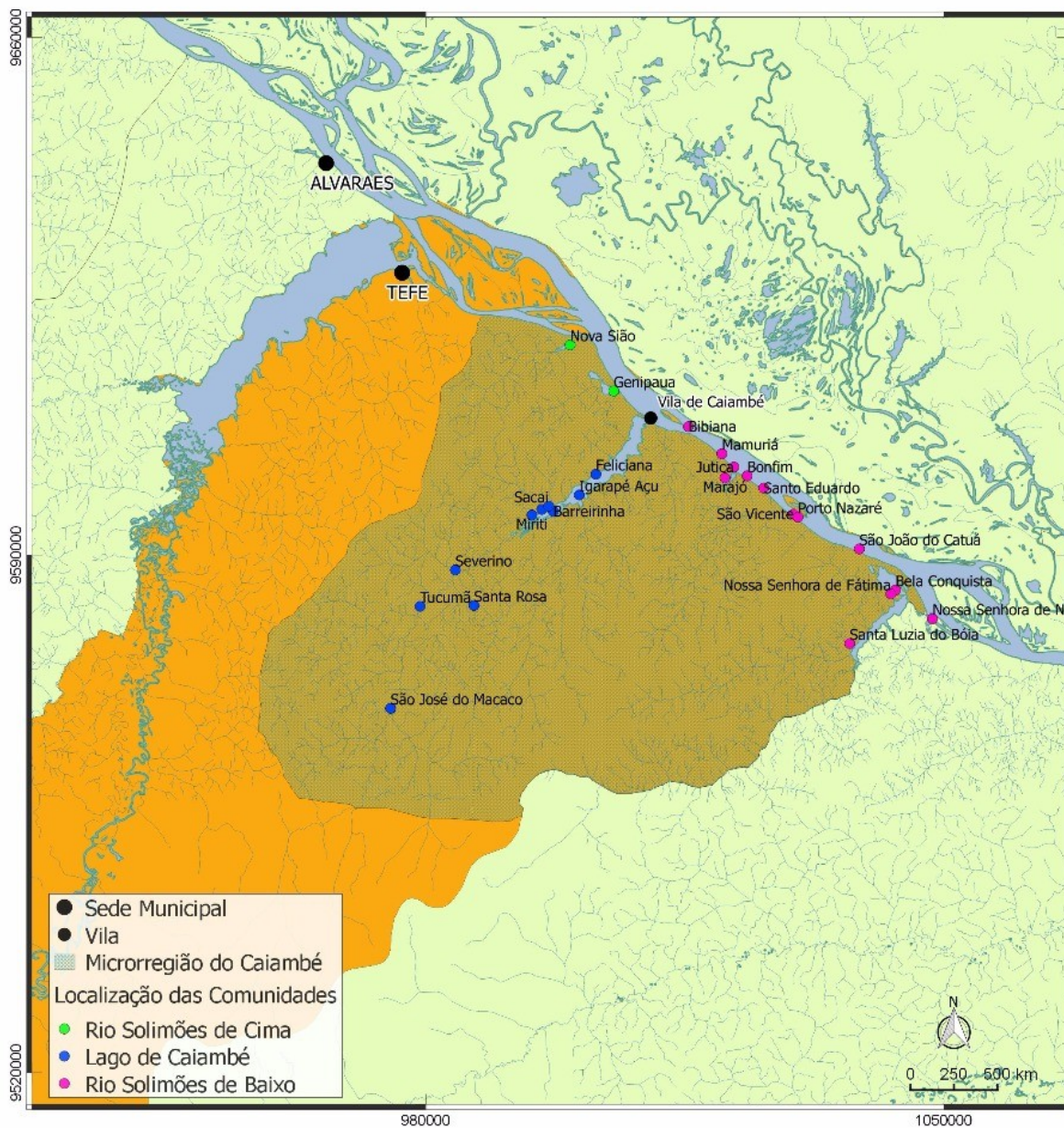
12 Fossa rudimentar – quando o banheiro ou sanitário estava ligado a uma força rústica (fossa negra poço, buraco etc.) (IBGE, 2010).

de Caiambé adquiriu no transcorrer do tempo, a possibilidade de se pensar na Microrregião do Caiambé, que tem na Vila de Caiambé sua centralidade.

Utilizar a classificação proposta por Bitoun (2009), ao escrever sobre a diferença entre as regiões no Brasil, e mais especificamente ao classificar 19 tipos de cidades brasileiras e extrair essa metodologia e aplicar na construção metodológica da MC, é fazer com que esse espaço junto a Vila de Caiambé se faça inserido na discussão local, regional e nacional ao se articular em Microrregião.



## Comunidades de Tefé - Amazonas - Brasil



Núcleo de Estudos e Pesquisas das Cidades da Amazônia - Nepecab

Fonte: IBGE, 2010; CPRM, 2006.

Sistema de Projeção: UTM  
Datum: Sirgas 2000  
Elaborado em 2017, por Thiago Franco.

Mapa 2: Localização da Microrregião do Caiambé.



De acordo com Souza (2009), ao montar grupos de municípios para classificar suas semelhanças e diferenças e utilizar este artifício metodológico não só para municípios, mas também, aplicar nas centralidades onde se configuram as microrregiões. Neste caso a Vila de Caiambé e sua MC, ao apontar as “[...] características semelhantes que se inserem num mesmo tipo de microrregião (com distintos graus de riqueza) e que se diferenciam apenas em função do grau de urbanização” (SOUZA, 2009, p. 130).

Desta forma, ao construir uma tipologia resultante de uma análise multivariada que contou com pesquisa em campo, entrevistas, questionários, conversas informais, pesquisas bibliográficas da referida localidade, que considera ser o cerne para construir a base que sustenta a rede da MC.

A Vila de Caiambé se articula com sua MC de forma mais abrangente, ao proporcionar diversas redes de serviços que lhe dão centralidade, entre as mais requisitadas estão: energia, água, telefonia, educação, saúde e de compra e venda de atividades produtivas: farinha, pesca, açaí e a castanha.

Estes serviços se tornaram a centralidade dos problemas enfrentados pelas comunidades, que Bitoun (2009) utiliza como “isolamento x proximidade”, ao mesmo tempo em que estão distantes da sede municipal “Tefé”. Estão próximas da Vila de Caiambé que lhes dá suporte nas necessidades de serviços. Sendo a distância, muitas vezes, a principal dificuldade enfrentada não só pelas cidades e Vilas da Região Norte, fato que acontece em todo território brasileiro (BITOUN, 2009, p. 31-32). Assim, as dificuldades particulares locais da Vila de Caiambé e da MC são características enfrentadas em todo território do Brasil, sendo os recursos e serviços urbanos as formas de dispersão da população pelo território.

De certa forma, Bitoun (2009) classifica que há vários tipos de cidades e tipologias particulares ou específicas apresentadas de cada cidade e, também, acrescenta-se as Vilas neste universo geográfico que é o Brasil. As Vilas ao apresentarem seus núcleos de povoamento apresenta vários níveis de heterogeneidade, que são apresentados pela óptica, seja da Pesca “Vila de Copatana”, a “Vila de São Francisco de Tonantins” pesquisa de Franco (2016) ao caracterizar a Vila como bairro urbano longínquo da sede municipal, a “Vila de Caiambé” como funções de cidade na MC.

Portanto, analisar o universo geográfico da Vila Caiambé e MC se mostrará a estrutural da microrregião. Os estudos desta microrregião sempre enfrentaram esta dicotomia entre rural/urbano, por não haver uma definição geral para o que pode vir a acontecer. Mas,

sabe-se que estes elementos identificam “[...] objetivos fiscais que enquadram os domicílios, sem considerar necessariamente, as características territoriais e sociais do município e de seu entorno (...) (IBGE, 2017, p. 10). Neste contexto, não prender-se-á a esta dicotomia e vislumbrar-se-á fazer uma descrição que navegue por ambos de forma fluída tal qual descrito por Marinho e Schor (2009) ao analisarem Codajás.

Por fim, a característica da Microrregião do Caiambé está pautada, principalmente, nos serviços e atividade produtivas que dão centralidade a Vila de Caiambé e em administrar essa rede conjuntamente com Tefé, apesar de não ser um município.

### **2.3.1 Serviço de água**

O serviço de abastecimento de água não é cobrado. O funcionamento se dá entre 12:00 às 14:00 horas todos os dias. Este recorte temporal foi a maneira encontrada para evitar o desperdício de água. A grande maioria das residências tem tanques para armazenar água, dado que o serviço de distribuição é racionado, devido ao desperdício de água de algumas residências.

O serviço de água encanada não se expande para MC. Porém, as comunidades da MC têm suas próprias redes de abastecimento de água; algumas comunidades têm poço artesiano, feitos pela sede municipal e também utilizam tanques para o armazenamento de água e via de regra todas têm uma caixa d’água, seja principalmente para abastecer as escolas. Não se cobra pelo serviço e utilizam também o racionamento de água para evitar o desperdício.

Por meio dos dados do censo do IBGE (2010) foi possível estabelecer uma ordem direcionada a partir dos domicílios que recebem água da rede encanada ou de outra forma de abastecimento.

Dos 1047 domicílios construídos em Caiambé de acordo com o censo de 2010, somente 35% dos domicílios tinham água encanada e 65% não eram atendidos com o serviço de água encanada da rede geral, e 0,1% tinham outra forma de acesso água: pelo rio, lago, poço e água da chuva.

Com relação aos domicílios que utilizam banheiro com fossa séptica, apresentaram somente 1% das 1047 residências na Vila e 29% das casas que utilizam fossas rudimentares e 2% dos banheiros se desfazem dos sedimentos por esgoto via vala.

O serviço de distribuição de água encanada é realizado a partir de um poço artesiano que abastece em média 30% da população local. A Vila também é abastecida por uma caixa d'água com capacidade para dez mil litros. O poço artesiano está localizado no centro da Vila, enquanto que a caixa d'água se encontra na região mais alta da Vila, possibilitando melhor escoamento para as casas.



**Figura 1:** Poço Artesiano

**Fonte:** Acervo NEPECAB; Autor: FERNANDES, Sthephano Mhae Alves. Outubro de 2015.



**Figura 2:** Caixa d'água.

O Prefeito Dr. José Antônio Inácio, eleito em 1988 (PESSOA, 2005), mandou que fosse feito um poço artesiano na Vila de Caiambé. A obra municipal foi finalizada no ano de 1990 e inaugurada no mesmo ano. O poço artesiano continua ativo após 27 anos de sua construção, sendo realizado via de regra manutenção do mesmo pela sede municipal.

O Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE), localizado em Tefé desconhece a existência deste poço artesiano, por não fazer parte do seu quadro de manutenção e abastecimento de água.

Na gestão de 2017, o Prefeito Normando Bessa de Sá está desenvolvendo um projeto liderado pelo senhor Raimundo Fernando Santos Araújo, Secretário de Interior do Município de Tefé, destinado à Vila de Caiambé para construção de um novo poço artesiano, que ficará localizado próximo a escola municipal que está sendo construída. A construção de um novo poço possibilitará melhor distribuição de água para casas por ficar na parte mais alta da Vila de Caiambé (Entrevista, Raimundo Fernando Santos Araújo, 41, 2017)

As comunidades pertencentes a área do município estão sendo equipadas com: motor-bomba, bomba submersa de 1 CV, bomba submersa de 1/2 CV, bomba Sapo 650 V. Estes

equipamentos ajudam na captação de água do Rio Solimões, lagos e nascentes. As comunidades de São Vicente e Severina, pertencentes a MC foram atendidas para a substituição de antigas bombas de água.

O sistema de abastecimento de água para as comunidades que não têm poço artesiano é realizado por água canalizada e distribuída a partir das bombas d'água. Nas comunidades que não têm água canalizada, é realizado outra forma de abastecimento mais rudimentar. Nessas comunidades são construídas ou doados tanques para o armazenamento de água captada pelas bombas d'água. A população para fazer uso desta água precisa transportar, manualmente, por meio de recipientes para suas residências (Entrevista, Raimundo Fernando Santos Araújo, 41, 2017).

A utilidade desta água é para ser bebida ou utilizada para fazer as refeições do dia a dia. As outras atividades do cotidiano como tomar banho, lavar roupa são realizadas na beira do rio, lago ou nascente. Em nenhuma das comunidades da MC e na Vila não há água tratada. Na sede municipal Tefé também não há água tratada.

Portanto, é desta forma que está configurada o serviço de água na Vila de Caiambé e na MC. Os dados referentes as comunidades da microrregião são de autoria da Secretária do Interior, que trabalha em prol de atender as demandas das 98 comunidades pertencentes ao município de Tefé (Entrevista, Raimundo Fernando Santos Araújo, 41, 2017).

### **2.3.2 Serviço de energia elétrica**

A Vila de Caiambé e a MC contam com uma usina termoelétrica da empresa Eletrobrás Amazonas Energia, funcionando 24 horas, que foi inaugurada em 02 de agosto de 1986, sendo o primeiro gerente José Ribamar de Oliveira, o mesmo continua trabalhando na usina.

Mas, somente com a implantação do projeto Federal “Luz para Todos” que o serviço foi expandido para todas as comunidades pertencentes a MC, fato que possibilitou a melhoria das condições de vida da população local ao proporcionar, por exemplo, o armazenamento de alimentos agora utilizado com geladeiras e freezers. Antes se utilizava o gelo para conservar principalmente a proteína animal ou a carne era salgada para durar por mais dias.

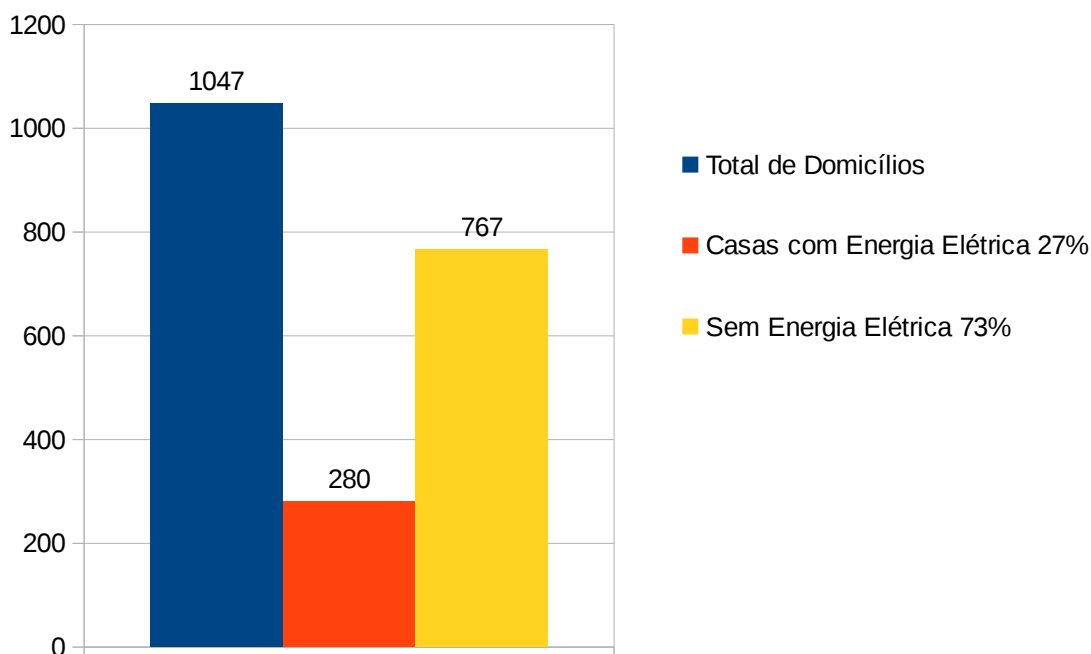
Com relação a temática energia elétrica, em 2014 houve um estudo de iniciação científica – PIBIC, do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. A pesquisa

desenvolvida pela bolsista Verônica Lima Fernando, sob a orientação de Nelissa Peralta e Alex Coelho, teve como foco de pesquisa “A economia da comunidade de Caiambé, Tefé – AM”. A pesquisa traçou o objetivo de realizar levantamento socioeconômico da Vila de Caiambé e fazer o comparativo em paralelo com as unidades de conservação.

Segundo Fernando (2014), todos os domicílios da Vila de Caiambé têm uma geladeira ou um freezer. Este acaba sendo um dado expressivo de sua pesquisa ao apontar esta diferença para a reserva de Mamirauá e Amanã. As Reservas de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá e Amanã apresentaram um percentual de apenas 23% dos domicílios contendo geladeira/freezer.

A questão exposta acima é simples, mas, importante para a construção da MC. As reservas segundo Fernando (2014), não possuem luz elétrica 24 horas, ainda fazem uso de geradores de eletricidade, havendo racionamento de energia. Este sistema de abastecimento por geradores também foi utilizado na MC e substituído pela rede elétrica da Vila de Caiambé.

Os dados abaixo são do censo de 2010, e fazem referência aos dados da Vila de Caiambé.



**Figura 3:** Distribuição de Energia Elétrica.  
*Fonte:* IBGE, 2010.

Apenas 27% das casas estavam regularizadas e tinham energia elétrica. Um problema encontrado pelos recenseadores para o baixo índice de domicílios com energia elétrica regular, foi o uso inadequado de domicílios que sediam energia de seus domicílios para outros domicílios. Por este motivo o baixo índice de domicílios regularizados.

Os 280 domicílios regularizados tinham identificação numérica e pagavam o consumo de energia utilizado mês a mês. Aparecem 767 domicílios não regularizados e sem quaisquer formas de energia elétrica em suas residências.

No ano de 2010 quando realizado o censo demográfico, apenas a localidade do centro da Vila de Caiambé era atendida com o serviço regular de energia e água encanada; os demais bairros afastados não eram atendidos.



**Figura 4:** Usina termelétrica da Vila de Caiambé.

**Fonte:** Acervo NEPECAB; Autor: FERNANDES, Stephano Mhae Alves. Outubro de 2015.

A usina termoelétrica funciona com quatro geradores de 500 kwts. Para que haja o pleno funcionamento destes geradores conta com o seguinte quadro de funcionários: 5 operadores de usina residentes em Caiambé, da empresa Amazonas Energia, 2 eletricitas da Control, 1 eletricitista da Powtec, 1 operador de usina da empresa RJ Engenharia, e um responsável pela coordenação da usina termoelétrica de Caiambé.

Há um grupo de funcionários terceirizados da Amazonas Energia que realizam a coleta da leitura de consumo das residências da Vila e da MC e também fazem a entrega da fatura de

consumo de energia nas residências. Os habitantes sejam eles de Caiambé ou MC têm que se deslocar até Tefé para realizarem o pagamento da fatura do consumo de energia elétrica.

Problema enfrentado, pela Agência dos Correios em Caiambé que não oferece opção de pagar boletos, faturas ou quaisquer contas e não realiza pagamento de salário ou de outra natureza. A função desempenhada pelas duas funcionárias residentes da Vila é fazer o processo de coleta de informações pertinentes para se tirar o CPF (Certidão de Pessoa Física), em que um formulário é preenchido pelo interessado e entregue. No dia seguinte vão a Agência dos Correios em Tefé para realizarem o cadastro do CPF; na Vila as funcionárias não têm computador e nem internet para realizarem este procedimento.



**Figura 5:** Agência dos Correios de Caiambé.

**Fonte:** Acervo NEPECAB; Autor: FERNANDES, Sthephano Mhae Alves. Outubro de 2015.

Outra função desempenhada pelas funcionárias dos correios é o envio de correspondências de Caiambé para outros lugares e a entrega de correspondências. Seria mais eficiente se a Agência dos Correios em Caiambé pudesse oferecer os serviços de pagar tarifas e recebimento de dinheiro. A funcionalidade seria importante para MC em deixar de depender de Tefé para realizar o pagamento de tarifas e o recebimento de salários. Este novo reordenamento faria o fluxo de pessoas em Caiambé aumentar e torna-se-ia mais importante na MC.

### 2.3.3 Educação

A educação é o “locus privilegiado do exercício da crítica, da possibilidade de manifestação do diferente, um espaço da afirmação do conhecimento, de alimentação pela paixão pela descoberta, do estímulo e da reflexão” (CARLOS. 2007, p. 8).

A educação na Vila está dividida em escola municipal e estadual, atuantes na formação social, na erradicação do analfabetismo e voltada ao atendimento a MC na participação das comunidades, na gestão administrativa, financeira e pedagógica das escolas públicas.

As escolas têm como missão assegurar um ensino de qualidade, garantindo o acesso e a permanência dos alunos, formando cidadãos críticos e participantes, capazes de agir na transformação da sociedade, bem como a conscientização para os cuidados com o patrimônio escolar.

Escola	Classificação	Ano de Criação	Educação Infantil	Nº de Alunos	Ens. Fundamental	Nº de Alunos	EJA	Nº de Alunos
Creche Esther Lima	Municipal	2005	Pré-Escola	93	-	-	-	-
Esther Lima	Municipal	2005	-	-	1ª ao 9ª ano	374	1º e 2º Segmento	74

**Tabela 10:** Educação Municipal.

**Fonte:** Secretaria Municipal de Educação – SEMED, 2016.

A creche e a Escola Municipal Esther Lima têm o mesmo nome, mas, funcionam em lugares diferentes e, ambas foram criadas no ano de 2005, pelo prefeito Sidônio Trindade Gonçalves, através do decreto de lei Nº 041/05-25/02/2005, tendo como responsáveis pela criação as professoras Leovigilda da Costa Lima e Raimunda Alice Andrade Rodrigues, tendo como gestora no ano de criação a professora Raimunda Alice.





**Figura 6:** Creche – Escola Municipal Esther Lima.

**Fonte:** Acervo NEPECAB; Autor: FERNANDES, Sthephano Mhae Alves. Outubro de 2015.



**Figura 7:** Escola Municipal Esther Lima e Anexo.

**Fonte:** Acervo NEPECAB; Autor: FERNANDES, Sthephano Mhae Alves. Outubro de 2015.

A Escola Municipal Esther necessita de melhorias em sua estrutura para que possa dar melhores condições aos alunos, professores e funcionários. Infelizmente a escola enfrenta problemas na estrutura física, como cobertura inadequada, paredes improvisadas, algumas salas possuem condicionador de ar, mas, não funciona, algumas salas não têm forro, e a temperatura é amenizada com ventiladores.

O anexo escolar ao lado direito é o mais precário, por ter sua estrutura em madeira, coberta com alumínio, não tem forro e todas as salas, sem exceção, não possuem condicionador de ar.



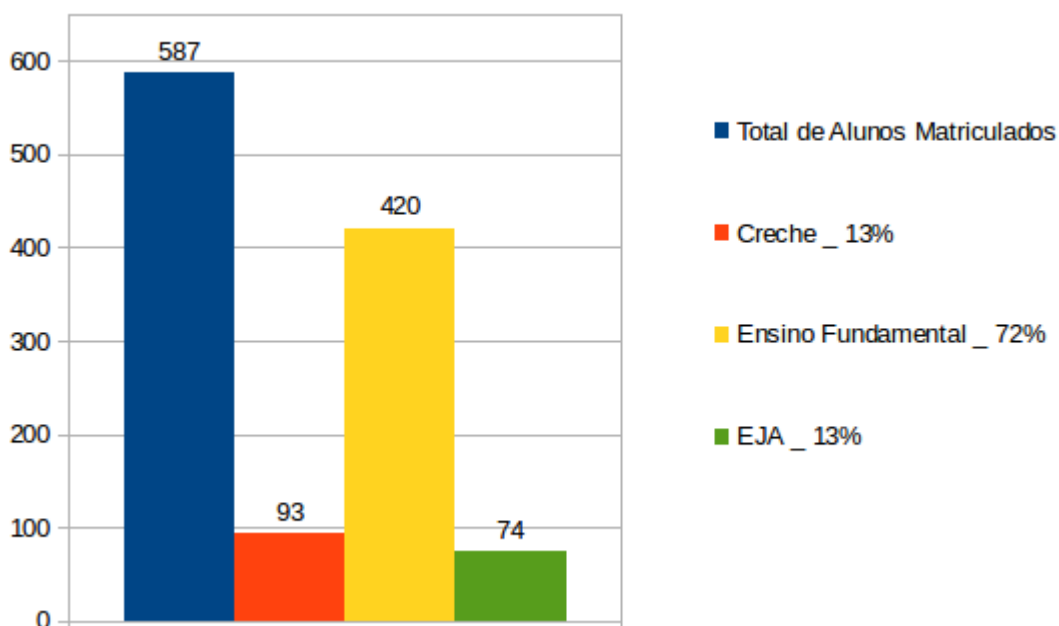
**Figura 8:** Anexo da Escola Esther Lima.

**Fonte:** Acervo NEPECAB; Autor: FERNANDES, Sthephano Mhae Alves. Agosto de 2016.

Perguntas realizadas com os alunos e profissionais da educação sobre o espaço que têm para estudar e trabalhar, responderam ser ruim pelo fato de terem que se adequar às condições impróprias do espaço onde trabalham e estudam. Neste ambiente escolar o sol afeta as salas, a saída para amenizar a temperatura é abrir portas e janelas; as salas têm ventiladores que ajudam a climatizar o ambiente.

A chuva tem sua parcela de contribuição porque torna o ambiente mais agradável climaticamente e possibilita aulas mais tranquilas e o maior aproveitamento no ensino e aprendizagem do tema apresentado. Todavia, só pode dar início a aula após a chuva, pois, como já mencionado o telhado irregular causa barulho impossibilitando a explicação de quaisquer atividades.

A estrutura educacional da Vila pode ser analisada pelos dados relacionados a alfabetização de crianças, jovens e adultos, por meio do censo de 2010.



**Figura 9:** Ensino Municipal na Vila de Caiambé.

**Fonte:** Secretaria Municipal de Educação – SEMED, 2016.

Os dados revelam três perfis sobre a educação municipal na Vila de Caiambé; o primeiro diz respeito aos alunos matriculados na creche e, atuando no ensino: jardim I, II, nos turnos matutino e vespertino, representando 16% dos alunos municipais na Vila.

No segundo perfil estão os alunos do ensino fundamental e, representando as séries de 1º ao 9º ano e, chega a atingir o percentual 72% dos alunos matriculados na rede de ensino municipal da Vila.

No terceiro e último estão os alunos da Educação de Jovens e Adultos – EJA, estudando as séries iniciais por etapas, por exemplo, a primeira etapa corresponde ao primeiro segmento com: 1º, 2º, 3º e 4º séries e a segunda etapa corresponde ao segundo segmento de: 5º, 6º, 7º, 8º séries; estes alunos têm o percentual de 13% dos matriculados no ensino municipal da Vila.

Os dados apresentam melhora no ensino por haver alunos inseridos em todas os campos educacionais na Vila, destaca-se a EJA como um começo ou recomeço de jovens e adultos que estão voltando a frequentar sala de aula após um período de afastamento; seja por motivos de saúde ou de trabalho e outros estão entrando em uma sala de aula pela primeira vez para estudar.

A Escola Estadual Amélia Lima foi a primeira escola construída na Vila, porém, passou por diversas modificações no sistema de ensino e no processo histórico de reforma da sua estrutura física.

A implantação da Escola Estadual Amélia Lima, localizada na Rua João dos Santos, nº 137. Surgiu pela iniciativa do Dr. Rossini Barbosa Lima, proprietário do local, que com ajuda da prefeitura de Tefé construíram uma sala de aula, que recebeu o nome de Amélia Lima em homenagem a genitora do Dr. Rossini e é coordenada pela Secretaria Municipal de Educação de Tefé.

A característica mantida de assegurar o ensino de qualidade aos filhos de seus funcionários, que muitas vezes passavam meses em suas colocações, enquanto seus filhos não realizavam nenhuma prática educacional, porque as escolas mais próximas ficavam em Tefé.

Com o passar do tempo foi construída a primeira escola de madeira, em 1966, pelo então Prefeito Manuel Armando da Silva Retto. No ano de 1987 passou a denominar-se Escola de 1º grau Amélia Lima, e trabalhou inicialmente da 1ª a 4ª séries.

Em 1989 teve como supervisora Leovigilda da Costa Lima. No ano de 1990 a gestora da SEMED em Tefé, a Professora Elizabeth Gama conseguiu a implantação da 5ª a 8ª séries por meio da Resolução nº 009/90-CEE/AM.

Em 1991 a escola foi integrada a Rede Estadual de Educação pelo Decreto nº 13.769/91 de 11 de março de 1999, onde passou a atuar no período matutino com alunos 1º ao 9º ano, no Ensino Fundamental e no período vespertino do 1º ao 3º ano do Ensino Médio e a noite oferecendo Mediação<sup>13</sup> Tecnológica; a tabela 5 demonstra o quadro da estrutura educacional.

Escola	Classificação	Ano de Criação	Ens. Fundamental	Nº de Alunos	Mediação Tecnológica	Nº de Alunos	Ens. Médio	Nº Alunos
Amélia Lima	Estadual	1991	1º ao 9º ano	207	6º ano	5	1º ao 3º ano	60

**Tabela 11:** Educação Estadual.

**Fonte:** Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, 2016.

Com o passar dos anos a estrutura educacional passou por mudanças, a fim de atender a necessidade da população local. Acredita-se que as mudanças ocorridas a partir de 1991 possibilitou maior acessibilidade a escola, com a implementação do Ensino Fundamental com turmas de 1º ao 9º ano, Ensino Médio e a Mediação Tecnológica.

<sup>13</sup> A Mediação Tecnológica, acontece com aulas televisionadas via internet, os professores que ministram as aulas são da capital Manaus, e contando com auxílio de um professor em sala de aula.





**Figura 10:** Escola Estadual Amélia Lima.

**Fonte:** Acervo NEPECAB; Autor: FERNANDES, Stephano Mhae Alves. Junho de 2016.

A Escola Estadual Amélia Lima tem hoje o total de 272 alunos; a grande maioria é do ensino fundamental. O Ensino Médio apresenta baixo percentual de alunos matriculados no ano de 2017, a resposta para este *deficit* é a transferência para sede municipal.

As entrevistas relacionadas sobre a perspectiva do ensino empregado nas escolas, os pais acreditam que a educação hoje é o futuro do amanhã, com seus filhos fazendo faculdade, e pensando na melhoria da Vila. O Senhor Leopoldo (62 anos), relata que:

(...) é gratificante ver nossas crianças se formando e entrando na faculdade e algumas delas voltando para casa e nos ajudando na educação ou na saúde, porque eles sabem o quanto foi difícil e só eles conhecem os anseios e angústias que a gente passa, mostram aos nossos jovens que é possível ter um futuro diferente (Leopoldo, 62 anos, Entrevista/2015).

Na Vila está sendo construída uma nova escola. Segundo a Senhora Leovigilda da Costa Lima, gestora da Escola Esther Lima, as obras deram início em 07/08/2013 com data de término da obra em 07/06/2014. Mas, a escola municipal não ficou terminada e quem enfrenta as consequências são as crianças por estarem estudando em locais improvisados pelo poder público. Foi realizado o acompanhamento desde o mês de junho de 2016, quando retornaram

novamente as obras, onde surgiram indagações por parte dos moradores locais a respeito do retorno do trabalho na escola.

Levantou-se a hipótese de que as obras só tinham dado início novamente por causa das eleições municipais, que ao fim das eleições dependendo se o candidato atual se reelegesse talvez os trabalhadores continuassem com o trabalho.



**Figura 11:** Primeira Placa Construção.

**Fonte:** Acervo NEPECAB; **Autor:** FERNANDES, Sthephano Mhae Alves. Junho de 2016.

A obra estava neste momento orçada em R\$ 1.211.684,45, para ser feito um prédio contendo apenas seis salas de aulas, porém, as únicas construções feitas foi o levantamento de algumas paredes e outros espaços que ainda não saíram da planta; o que se nota são apenas varas de ferros expostas.



**Figura 12:** Foto Panorâmica da Obra.

**Fonte:** Acervo NEPECAB; Autor: FERNANDES, Stephano Mhae Alves. Junho de 2016.

Uma nova placa mostra o reajuste de 817.100,00 na obra somado ao anterior perfazendo um total de 2.028.784,45 e ocorrem algumas ações duvidosas como a data de início das obras, pelo fato de só começarem a trabalhar no mês de junho. Foi realizado acompanhamento desse processo de construção, evidenciando o progresso da obra com registros fotográficos mês a mês.

Acredita-se que será um avanço na educação municipal ao se comparar as escolas atuantes com a nova estrutura da escola municipal que está em construção.

De acordo com as observações realizadas durante a pesquisa com relação a obra da nova escola, os registros fotográficos demonstram que a obra não terminou, sendo a paisagem real da escola inacabada.





**Figura 13:** Mosaico de Fotos da Obra.

**Fonte:** Acervo NEPECAB; Autor: FERNANDES, Sthephano Mhae Alves. 2015-2017.

A construtora Vila Engenharia Ltda. é a responsável pela construção da nova escola municipal, que deveria ter sido entregue no dia 05 de fevereiro de 2017, conforme a placa de obra, figura 10.

A obra mais uma vez está parada não se sabe quando voltará a ativa novamente, mas, se tem a plena certeza de que as aulas continuam e os problemas mencionados anteriormente continuam acontecendo e prejudicando quem depende do espaço privilegiado, que é a sala de aula.

A sociedade que deseja trilhar um caminho de igualdade, sem dúvida, precisa ser transformada pela educação (FREIRE, 1989), e além dos professores e salas de aula, esse processo também passa por meio de cursos extra educação básica, bibliotecas populares, ciência, música.

Definitivamente, a educação é um instrumento de libertação (VESENTINI, 2007) podendo contribuir para aprimorar ou expandir a cidadania, para desenvolver o raciocínio, a criatividade e o pensamento crítico entre as pessoas, sem os quais não se constrói qualquer projeto de libertação, individual ou coletivo.



Portanto, esperava-se poder concluir este trabalho expondo a nova escola e retratando sobre as possíveis melhorias no espaço físico, que traria mudanças e que, possivelmente, seria desativado o anexo visto na Figura 7, onde as condições de ensino e aprendizagem são desfavoráveis e inadequado para sala de aula.

### **2.3.4 A geografia da saúde na Vila de Caiambé**

O estudo da saúde urbana envolve múltiplas disciplinas. Na geografia tem-se amadurecido as discussões acerca desse tema por meio da Geografia da Saúde, campo reinserido na geografia brasileira (GUIMARÃES, 2001). O desenvolvimento da vida urbana pode acarretar danos sociais, econômicos e ambientais de grande impacto, e o papel dos atributos físicos e ideológicos relacionados a saúde, presentes nas cidades é fundamental para a vida humana.

A temática da saúde pública é sem sombra de dúvida um elemento importante para se compreender a dinâmica urbana da cidade e do município, pois é na cidade que se encontram todos os fixos relacionados a saúde. A geografia da saúde nos dá diversos elementos para a análise desta temática, mas, é na interface entre esta área e a geografia urbana que devemos transitar. O cotidiano da população do interior do Amazonas é marcado pela precariedade do acesso a serviços básicos de saúde e é pelo cotidiano que se realiza na cidade que se pode compreender a diversa e complexa urbanização da Amazônia (SCHOR, 2013, p.70).

A geografia da saúde vem aos poucos ganhando espaço e relevando perfis populacionais das cidades, mostrando a relação homem-natureza e que se traduzem em dados substanciais a respeito da migração de indivíduos potencialmente infectados com alguma doença.

De acordo com Browder; Godfrey (2006), a nova realidade urbana da Amazônia atraiu problemas pela falta de organização de um crescimento acelerado, e tem tido deficiente na infraestrutura, serviços de saúde e serviço social.

Em relação aos indicadores epidemiológicos regionais, a Amazônia apresenta algumas diferenças importantes se comparada com o resto do país (Sudam, 2000). Para o ano de 1996, a região apresentou alto índice de internação hospitalar por doenças infecciosas e parasitárias (12,7%), bem acima da média nacional (8,3%). Embora tenha havido uma redução na morbidade por esse tipo de agravo, na Amazônia, o mesmo não pode ser dito das nas taxas de mortalidade por essas doenças (ULISSES, 2005, p.224).

Ações políticas devem ser realizadas para sanar os problemas relacionados a saúde e, sendo uma saída o investimento de pesquisas direcionadas a doenças contraídas, localmente, e o desenvolvimento de remédios com recursos ambientais e utilizando as culturas populares como fonte de pesquisa para a produção de remédio (ULISSES, 2005).

Porém cada vez mais se reconhece a importância que a saúde tem no cotidiano das pessoas que habitam os centros urbanos e se reconhece que a análise epidemiológica das populações urbanas, é uma importante variável para se compreender de forma mais abrangente a multiplicidade do processo de urbanização (RIBEIRO; SCHOR, 2011, p.109).

De acordo com Ribeiro; Schor (2011), no campo da geografia da saúde é classificada como Geografia da Saúde ou Médica e, atribui-se esta visão ao geógrafo em entender processos que estão implícitos na relação homem-natureza e que se traduzem em dados de saúde.

Com base em Schor (2013), uma das variáveis mais importantes para se analisar o local é referente as funções ligadas a área da saúde. A Vila de Caiambé conta com o Centro de Saúde Rossini Barbosa Lima, que está situado na rua Gilberto Mestrinho; atualmente a responsável pela coordenação é a senhora Iracélia da Silva.

As informações que serão apresentadas foram todas coletadas em campo. Foram realizadas entrevistas nos anos de 2016 e 2017 na Secretária de Saúde, onde não foi cedido nenhum dado com relação a pessoas acometidas com malária e diarreia, doenças mais comuns na Vila.

Segundo a coordenadora do posto de Caiambé, todas as informações sobre o atendimento e prontuário são encaminhadas a Secretária de Saúde de Tefé, onde não se teve êxito na coleta de informações. O DATASUS não dispõem de nenhum dado referente a Vila de Caiambé e das comunidades da microrregião.

A estrutura física do posto está dividida em: 1 recepção, 1 sala de observação, 1 sala de parto, 1 consultório odontológico, 1 sala de endemias, 1 sala de laboratório, 1 sala de vacina, 2 consultórios médicos, 1 sala de enfermagem, 1 sala de curativos, 1 sala de teste do pezinho, 1 sala para guardar materiais de limpeza, cozinha e banheiro.



**Figuras 14, 15:** Centro de Saúde Rossini Barbosa Lima.

**Fonte:** Acervo NEPECAB; Autor: FERNANDES, Sthephano Mhae Alves. Junho de 2016

O quadro de funcionários soma 27 e está subdividido da seguinte forma: 1 coordenadora, 1 enfermeira substituída a cada 14 dias por outra, 1 dentista e 1 médico que passam 14 dias trabalhando na Vila e folgam sete dias e são substituídos por outros profissionais. Há 3 técnicos de enfermagem, 4 agentes de saúde, 2 serviços gerais, 1 recepcionista, 1 atendente na farmácia, 1 auxiliar de dentista, 2 parteiras, 2 microscopista, 3 vigias, 1 responsável por trabalhar com fumacê, responsável no combate aos mosquitos.

Vem sendo realizado o trabalho da “Equipe Itinerante”, formada em 2017 por 2 médicos, 2 dentistas, 2 enfermeiros, 3 técnicos de enfermagem e 1 auxiliar de dentista, que atuam em todas as comunidades pertencentes ao município de Tefé, realizando consultas e tratamento odontológico.

É importante também salientar que o Posto de Saúde é encarregado pela Microrregião do Caiambé. Todas as comunidades do lago de Caiambé e do Rio Solimões, contam com um agente de saúde que responde pelo Posto de Saúde Rossini Lima. Todos os levantamentos realizados pelo agente de saúde são repassados ao posto de Caiambé e só depois são enviados a Tefé, para a Secretaria de Saúde, por estar mais perto e preparado ao pronto atendimento médico.

A senhora Iracelia da Silva coordenadora do posto de saúde relatou a respeito das doenças mais frequentes tratadas no centro de saúde, entre as mais comuns: malária, diarreia.

Ao afirmar que “o vetor da transmissão da malária prefere águas limpas, por isso grande parte dos casos de malária acontecem nos bairros de ocupação recente na fronteira da cidade com a floresta” (RIBEIRO; SCHOR, 2011, p. 111).

Os casos de malária têm um aumento maior no período de seca na Vila de Caiambé, sendo feita a coleta de material para ser realizado o teste para saber se está infectado e, se estiver é disponibilizado aos pacientes medicamentos em combate a doença. Enfatiza-se<sup>14</sup> que não foi disponibilizado nenhum dado referente a saúde. E que todo material referente a saúde foi por meio somente de entrevistas e nada foi repassado sobre os casos de malária e diarreia.

Os casos mais reincidentes tratados durante o ano de 2016 no posto foi “diarreia”, por não haver estudo relacionado a questão sobre a qualidade da água, não se pode afirmar se água consumida na Vila é adequada para o consumo, pois a água consumida não tem estação de tratamento.

Os agentes de saúde realizam distribuição de hipoclorito de sódio para ser colocado duas gotas a cada litro de água e orientam a população a ter cuidado com a higiene pessoal e medidas simples que deveriam ser realizadas no cotidiano, como lavar alimentos e mãos antes de fazerem as refeições.

Os agentes de saúde e técnicos realizam trabalhos com as gestantes; envolve práticas físicas, questões de prevenção contra o uso de drogas e o acompanhamento do pré-natal. O acompanhamento realizado pelo posto de saúde tem o objetivo de garantir partos sem complicações.

As atividades com idosos e gestantes são feitas três vezes na semana, sendo no período da manhã que ocorrem atividades com os idosos e na tarde com as gestantes.

O Posto de Saúde Rossini Lima contou em 2017 com a parceria da Igreja Batista do Brasil. A Igreja Batista do Brasil destacou dois missionários (Gabriel Fonseca dos Santos, Marckson Baltar Silva, provenientes do Rio de Janeiro), para realizarem diversos trabalhos sociais na Vila de Caiambé, entre os quais fazer atividades com idosos e crianças.

Dois dias da semana desenvolvem trabalho com idosos da Vila que são hipertensos e diabéticos. Este projeto em parceria com o posto de saúde, realiza a aferição da pressão dos idosos, vê o nível de glicose, mas, antes, os missionários fazem exercício de alongamento para melhorar as articulações e prevenindo o atrofiamento do corpo.

---

14 A referida nota é de caráter de hipótese a respeito sobre dados da saúde. Grande parte do efetivo trabalhador da Prefeitura de Tefé são funcionários de processo seletivo, ou seja, contratados. Os funcionários do Posto de Saúde de Caiambé também se enquadram neste grupo de trabalhadores. Assim, por medo de repassarem dados que possam comprometer a estrutura política. Na verdade temem por seus empregos, principalmente entre 2016 e 2017, crise que passa o Brasil. Pesquisas em outras instâncias como DATASUS, MDS, foram feitas mais sem êxito.



**Figuras 16, 17:** Atividades físicas realizadas no posto de saúde e a caminhada.

**Fonte:** Acervo NEPECAB; Autor: FERNANDES, Sthephano Mhae Alves. Julho de 2017.

No dia seguinte dão continuidade com trabalho com os idosos, desenvolvido no prédio da ação social; pela manhã realizam o alongamento e saem pela estrada realizando caminhada às 6:00 da manhã e vão até o lixão onde realizam novamente alongamento e retornam.

Em conjunto com o posto de saúde realizam o Projeto Novo Sorriso da Amazônia e por serem missionários e fazerem parte da junta das missões nacionais, junta que é coordenada pela Igreja Batista, que tem como objetivo a erradicação da cárie.

O projeto visa a geração dessas crianças reeducando-as em parceria com seus pais, em cuidar dos dentes para que mais tarde não tenham que extraí-los, porém, realizar a prevenção contra problemas futuros.



**Figura 18:** Entrega do kit bucal.

**Fonte:** Acervo NEPECAB; Autor: FERNANDES, Sthephano Mhae Alves. Julho de 2017.

Os missionários<sup>15</sup> realizam a triagem de 60 crianças e realizam o acompanhamento durante o período em que não são atendidas pelos dentistas, realizam aplicação de flúor e distribuição do kit bucal (creme dental, escova e fio dental). Ministram palestras como devem escovar os dentes e como utilizar o fio dental da forma adequada.

Uma equipe de dentistas vindos de Manaus os (Missionários Dentistas), veem de três em três meses para fazer o atendimento em todas as comunidades onde os missionários estão atuando. No território de Tefé a Vila de Caiambé é a única atendida com este projeto<sup>16</sup>. Os dentistas realizam o atendimento no Posto de Saúde de Caiambé; os primeiros pacientes a serem atendidos são crianças do projeto e, depois a população da Vila de Caiambé

A Vila de Caiambé por meio do Posto de Saúde é central na Microrregião do Caiambé; o pronto atendimento de quaisquer pacientes, sejam vindos do seu lago, do Baixo Solimões e Alto Solimões, os prontuários obedecem a divisão entre ruas da Vila e das comunidades vizinhas para se ter um controle de atendimento; realizam a triagem de saúde das crianças cadastradas no Bolsa Família, os prontuários contêm peso, altura e vacinação. Estes dados são encaminhados e entregues a SEMED e repassados ao CRAS, onde atualizam o cadastro dos beneficiários.

O atendimento de saúde realizado na manhã é destinado as comunidades de fora da Vila, por questões de logística de serem medicados ou realizar a consulta e poder retornar as suas casas. Os atendimentos são realizados mediante marcação de consulta e, de acordo com a ordem de chegada dos pacientes; a tarde os atendimentos são voltados aos moradores da Vila; a noite o médico e enfermeiro ficam de sobreaviso caso haja alguma ocorrência. Dormem em alojamentos no próprio posto de saúde.

---

15 Os missionários antes de serem destacados para as comunidades onde atuaram por certa de um ano e nove meses, passam três meses de capacitação em Manaus, estudo sobre os costumes locais e são inseridos a se alimentarem com os as comidas locais. Para não terem dificuldades de adaptar quando estiverem nos locais.

16 Este projeto desenvolvidos por sempre dois missionários, está em funcionamento além de Tefé em: Alvarães, Manaus, Manacapuru, Codajás, Coari, Capiranga.





**Figuras 19, 20** – Prontuários das Ruas e Comunidades Atendidas em Caiambé.

**Fonte:** Acervo NEPECAB; **Autor:** FERNANDES, Sthephano Mhae Alves. Junho de 2016.

A carência no Centro de Saúde Rossini Barbosa Lima é notório pela falta de profissionais especializados para atender com qualidade a população e de equipamentos e materiais hospitalares que ajudariam nas consultas; os diagnósticos mais graves são encaminhados para o Hospital Regional de Tefé.

Diante de tais acontecimentos ocorridos na feira de Iranduba, Ribeiro e Schor (2011), apontam a seguinte solução:

Diante deste quadro e diante da falta de acesso a hospitais públicos que atendam com qualidade, uma forma de melhorar o perfil epidemiológico dos entrevistados é investir fortemente na informação e conseqüentemente na prevenção das doenças. Tal situação resolve parte dos problemas antes mesmo deles existirem, evitando que as pessoas adoçam. Esse posicionamento evita a disseminação de muitas doenças com pouco recurso por parte dos órgãos responsáveis pela saúde, melhorando a qualidade de vida dos moradores (...). A ação preventiva é muito eficaz no combate a doenças como DST's, febre amarela (prevenção pela vacina), raiva, hepatite viral, condiloma a culminado (HPV) e tuberculose, doenças que apareceram ao longo da pesquisa(RIBEIRO; SCHOR, 2011, p.122).

A esperança que move os funcionários e a população da Vila é por dias melhores; esperam por investimentos na infraestrutura e, principalmente, na saúde urbana. Esta é a triste realidade da grande maioria dos municípios brasileiros: o principal problema de saúde urbana é a falta de saneamento, que recebe menos investimento e, com isso, o ciclo saúde-ambiente-cidade gira em torno do mesmo eixo sem nunca sair do lugar (RIBEIRO; SCHOR, 2011).

Portanto, para os problemas observados neste espaço geográfico do Caiambé percebe-se a necessidade da intervenção política. A primeira solução seria a mobilização da população em reivindicar seus direitos com os governantes eleitos por meio de seus votos. A crítica está direcionada aos vereadores eleitos em Caiambé. Esses vereadores deveriam apresentar

projetos que melhorassem as condições, principalmente, das escolas municipais e do posto de saúde. Como por exemplo na contratação de mais médicos, ou seja, de profissionais capacitados em diversas áreas da saúde e a compra de equipamentos para os profissionais utilizarem.

A escola necessita de melhores condições para que alunos e professores se sintam em um ambiente físico agradável de ensino e aprendizagem. A segunda solução seria tornar a Vila de Caiambé independente, ou seja, que houvesse a criação do Município de Caiambé. Sanar todos os problemas seja de muita pretensão, mas, amenizá-los e tornar o posto de saúde mais adequado para atender toda a demanda da Microrregião do Caiambé, seja uma realidade evidente e necessária para melhoria da qualidade de vida de quem depende do serviço público de saúde e educacional.

## **2.4 Atividades produtivas (farinha, pesca, açai, castanha)**

Do outro lado da construção da MC estão as atividades produtivas centralizadas na Vila de Caiambé. A Vila tem um papel central na comercialização de toda produção feita em seu território ou das comunidades pertencentes a sua microrregião.

Assim, movimentando o fluxo econômico e gerando renda e, sendo independente ao ponto de gerar sua própria rede de abastecimento por meio de produtos naturais e beneficiados, parte da população trabalha em algum dos ramos de atividade econômica que serão apresentados como sistema econômico da microrregião.

### **2.4.1 Farinha de mandioca**

A farinha de mandioca, é uma das culturas mais antigas desenvolvidas na região. Pessoa (2005) descreve que os indígenas já fabricavam um polvilho feito da mandioca, que utilizam para se alimentar com o pescado e caça.

A cultura do plantio de mandioca foi utilizada por moradores da Vila e também se tornou um dos principais meios econômicos da Vila e das comunidades pertencentes a Microrregião do Caiambé.

Em entrevista cedida no dia 21/07/2015 pelo senhor Alfredo Kimpiski da Silva, atual esposo da herdeira das terras do Caiambé, a Senhora Leovigilda da Costa Lima. O mesmo relata que:



Há 15 anos atrás, ou seja, em 2002 a produção de farinha chegava por semana em média 40 toneladas enviadas para Manaus, (...) eu mesmo mandava 300 sacos de farinha por semana. Eu tinha uma empacadora de farinha de mandioca em Manaus e comparava muita farinha para ser revendida lá. Os barcos antes chegavam a passar mais de horas, só embarcando farinha. Hoje a produção contínua, mais com menos produtividade, devido a baixa quantidade de roceiros (Alfredo, 60, entrevista/2015).

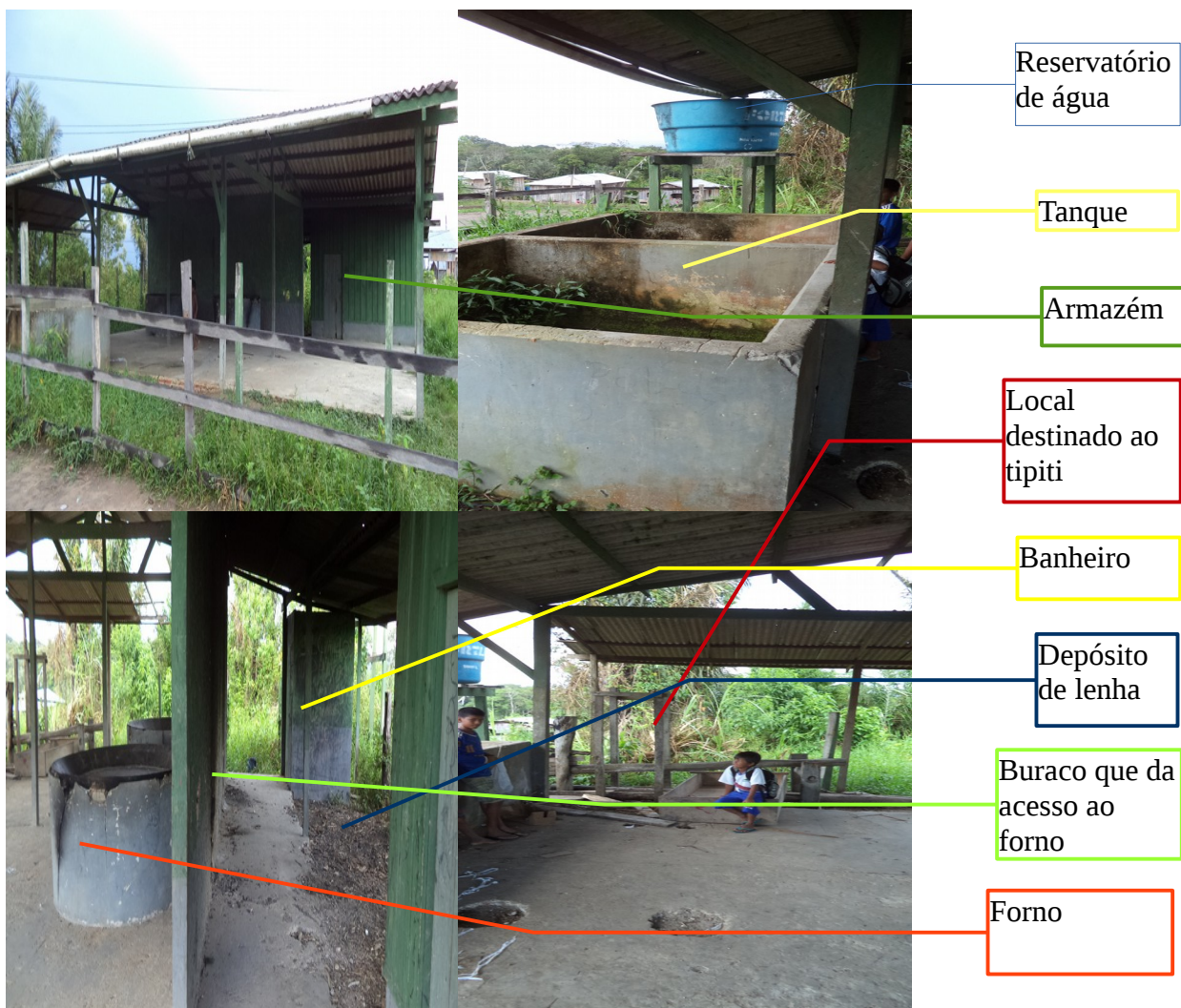
Na tentativa de juntar os agricultores e montar uma Cooperativa ou Associação em prol da produção de farinha, o IDAM em conjunto com o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA construíram uma casa de farinha, que foi entregue a Vila de Caiambé no ano de 2007.

Atualmente o espaço reservado para produção de farinha se encontra desativado, por falta de produto para ser beneficiado. No ano que foi entregue a casa de farinha os roçados ficavam próximos. Mas, com o passar do tempo, as áreas antes de plantio de mandioca deram espaço para as residências e arruamento.

E pelo plantio de mandioca ser uma cultura rotativa, assim manipulada pelos agricultores que em grande parte não utilizam adubo para o plantio, resolvem este problema com a derrubada da mata nativa e depois de um certo tempo fazem o processo de queima desta matéria morta, que adubará a terra por este curto prazo de plantio e colheita.

Por este motivo, de sempre precisarem de novas áreas, foram se afastando do espaço urbano onde está construída a casa de farinha comunitária. Desta forma, trazer as batatas de mandiocas se torna inviável, pela distância que se encontram dos roçados. Por este motivo, preferem plantar, colher e produzir a farinha no mesmo local e trazer o produto final para a Vila somente para vender ou consumir.

Por meio dos campos realizados entre 2015/2017, não se presenciou nenhum agricultor fazendo uso da casa de farinha. Foram realizadas entrevistas com os moradores a respeito do uso do local para produção da farinha; as respostas coincidiam em ser as mesmas, ou seja, “os agricultores não utilizam mais o local”. Algumas ressalvas foram realizadas por meio da observação da paisagem em campo a partir da imagem a seguir.



**Figura 21:** Mosaico da casa de Farinha Comunitária.

**Fonte:** Acervo NEPECAB; Autor: FERNANDES, Stephano Mhae Alves. Outubro de 2015.

A casa de farinha mede nove metros de comprimento e tem seis metros de largura. Este espaço contém dois fornos, dois tanques para a mandioca ficar de molho, água encanada, coleta de água por meio da chuva, lugar para se colocar tipiti<sup>17</sup> e um reservatório de água; a parte detrás fica reservada para o armazenamento de lenha e acesso ao forno, para se colocar a madeira para assar os produtos e ao lado conta com um armazém para guardar a produção e um banheiro.

O desinteresse pelo espaço destinado aos agricultores é culpa dos mesmos. Segundo o senhor Antônio ex-presidente do Sindicato dos Agricultores, a casa de farinha comunitária não tem utilidade por não fazerem uso do local destinado aos agricultores.

<sup>17</sup> Cesto cilíndrico onde se põe a mandioca ralada que se vai espremer.

A coleta de dados a respeito dos Projetos destinados a Caiambé na Secretária do Interior, não havia nenhum projeto destinado a agricultura; o IDAM<sup>18</sup> desenvolveu vários projetos para melhoria da qualidade de vida, por meio de práticas de plantio mais eficazes, e de melhor aproveitamento do solo e dando o apoio técnico.

O projeto de plantio de mandioca adubada realizado no ano de 2012 foi o último projeto na Vila de Caiambé realizado pelo IDAM; um dos motivos do não prosseguimento do projeto está relacionado pela falta de comprometimento dos próprios agricultores com as obrigações a serem realizadas com as etapas do projeto.

Outro fator bastante discutido entre os associados é o que diz respeito ao “dinheiro”; a desconfiança em serem enganados pelos próprios membros do sindicato. Este fator é um dos principais motivos para não participarem desses projetos, preferem continuar plantando e colhendo com seu núcleo familiar.

Desde 2016 o SEBRAE vem desenvolvendo, também, o projeto de mandioca adubada, a insistência desta prática de plantio é por causa do retorno no produto do final.

Para maior entendimento será apresentado o projeto de mandioca desenvolvido pela EMBRAPA em 2013, sendo utilizado como referência pelo SEBRAE.

De acordo com a EMBRAPA (2013), o plantio de mandioca adubada se realizado de forma correta e obedecendo todas as etapas, pode haver um aumento da produção entre 20% a 30% a mais do que era esperado; abaixo estão discriminadas as etapas deste processo.

#### I – Escolha da área de plantio:

As raízes são o principal produto do cultivo de mandioca. Por isso, ao escolher a área deve-se dar preferência aos terrenos profundos, planos ou pouco inclinados. As terras arenosas ou areno-argilosas (mistas) são as mais apropriadas, porque facilitam a passagem da água, favorecem o engrossamento das raízes e permitem que se gaste menos com a colheita, pois é mais fácil arrancar.

Evitar plantar em locais como ladeira, em áreas fracas ou esgotadas por outro cultivo e em terrenos muito argilosos.

#### II – Preparo da área de plantio:

Deve ser realizada a limpeza do local que consiste na eliminação da cobertura vegetal e, podendo ser feita manualmente, com tração animal ou com maquinário “trator”; a limpeza permitirá melhores condições para brotar as manivas e crescimento das raízes.

---

18 IDAM – Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Amazonas.

### III – Adubação e Correção do Solo

O primeiro passo é realizar a calagem<sup>19</sup>, com aplicação do calcário que deve ser feita a lanço, em qualquer época do ano.

Antes da aplicação é necessário realizar análise química do solo, com preferência de 30 a 60 dias antes da calagem. Não deve ultrapassar uma tonelada de calcário por hectare.

A mandioca não requer muito adubo, em geral 300 kg de superfosfato simples por hectare fazem a produção aumentar de 4 a 6 toneladas de raízes. Os adubos minerais, principalmente, fosfatos têm sido indispensáveis para a maioria dos solos cultivados com mandioca, sendo os efeitos mais marcantes quando da presença do nitrogênio e do potássio.

Dentre as fontes disponíveis no comércio, as mais comuns são: ureia e sulfato de amônio (nitrogenados); superfosfato simples e superfosfato triplo (fosfatados); e cloreto de potássio e sulfato de potássio (potássicos).

### IV – Seleção do material de plantio

Use manivas maduras (de plantas com idade de 10 a 14 meses) e elimine as extremidades (pés e pontas), pois, a parte do meio brota melhor e produz mais. Antes de cortar, em pedaços de 15 a 20 cm de comprimento verifique se o material está sadio.

Para saber se as manivas estão com umidade adequada, dê algumas picadas com uma ferramenta cortante (faca ou facão) e observe se o leite (látex) sai rápido e se o miolo (medula) está úmido.

### V – O plantio

O sistema mais recomendado consiste em fazer o plantio em sulcos de aproximadamente 10 cm de profundidade, em solo arado e gradeado com as manivas colocadas horizontalmente (deitadas, com “olho” para um mesmo lado).

Nas pequenas lavouras, o plantio é feito em “cova rasa” (buraco feito a enxada), ou ainda em covetas (montículos de terra afofados a enxada). Em solos muito úmidos ou sujeitos a encharcamentos, recomenda-se plantar em covas fundas.

O projeto de mandioca adubada em Caiambé segue a base desta metodologia de preparação do local onde serão feitas etapas de preparo do local de plantio, adubação e correção do solo, seleção do material de plantio, época de plantio e plantio das manivas.

A Vila de Caiambé tem como característica o tipo latossolo amarelo e apresenta baixa quantidade de nutrientes no solo IDAM (2012).

---

19 Calagem: operação de misturar cal á terra, necessária para certas culturas.

Portanto, os benefícios desta prática de plantio são a colheita mais rápida, ou seja, o amadurecimento<sup>20</sup> em menor tempo, as batatas ou mandiocas crescem mais, levando o produtor a ter melhoras na eficiência da colheita em curto prazo e melhor rendimento da produção, devido ao tamanho do produto.

Com relação ao comércio da farinha, nota-se importante a comercialização da farinha com destino para Manaus. O grande volume ou sacas de farinha de mandioca fica restrito aos compradores localizados na beira do rio, os comerciantes de terra firme compram farinha mais em volumes menores para serem revendidos localmente.



**Figura 22:** Flutuante da Farinha.

**Fonte:** Acervo NEPECAB; Autor: FERNANDES, Stephano Mhae Alves. Julho de 2016.

Sendo a principal potencialidade desenvolvida por parte da população e bastante explorada na Vila de Caiambé e por comunidades pertencentes a Microrregião do Caiambé. Um dos maiores compradores de farinha da Vila se chama Danilson Gonçalves, proprietário da empresa DGS.

O senhor Danilson Gonçalves não mora na Vila de Caiambé, reside em Manaus. Mas, tem um flutuante onde seu funcionário compra farinha e lhe envia para ser comercializada em Manaus e, semanalmente, é enviado todo produto comprado.

---

<sup>20</sup> O amadurecimento pela prática da mandioca adubada acontece em 8 meses, enquanto que o plantio convencional dura 1 ano ou mais para ser feita a colheita.



A quantidade de sacas de farinha compradas varia e não tem o número exato pela grande demanda que varia de 150 a 600 sacas por mês de um único comprador.



**Figura 23:** Flutuante DGS – Comprador de Farinha.

**Fonte:** Fonte: Acervo NEPECAB; Autor: FERNANDES, Sthephano Mhae Alves. Junho de 2016.

A compra da farinha na Vila acontece pelo peso e pela distinção da qualidade da farinha, o que impacta no preço; a farinha amarela custa R\$ 2,00 o kg, a farinha ova R\$ 2,50 o kg, os produtores se empenham em produzir farinha e as vezes a qualidade da farinha é ruim.

O objetivo dos produtores é conseguir o máximo possível de sacas de farinha, os mesmos utilizam o artifício de deixar a farinha ainda com umidade para pesar um pouco mais na pesagem.

No momento da pesagem todas as sacas são abertas e vistoriadas uma a uma, onde vai se estabelecer a qualidade a farinha, e seguem alguns critérios de compra: o primeiro é retirar a farinha para outra saca, com o objetivo de verificar o produto em cima, meio e fim. E se o produto apresentar muito pó deve ser retirado antes de pesar

O senhor Roberval Takafaz, proprietário do barco Monte Sinai é o maior comprador de farinha do lago de Tefé e tinha-se a impressão de que a parada na Vila era para a compra de mais farinha, realizada toda segunda feira, mas, esse barco faz somente o transporte da farinha do flutuante DGS para Manaus.

Outra forma de plantio que tem crescido exponencialmente devido à falta deste produto para venda são as hortaliças. Neste trabalho de observação da paisagem pode-se notar uma demanda de plantio basicamente em quase todos os quintais.

As hortas urbanas podem ocupar diversos tipos de ambiente: nas escolas, lotes, centros de saúde, apartamentos, quintais e outros espaços adaptados. O cultivo pode ser de várias formas no próprio solo, em canteiro suspenso ou vasos. No caso de Lábrea é comum encontrar em canteiro suspenso (SANTOS; COSTA; AMANCIO, 2014, p.138).

A prática de plantio de hortaliças na Vila é bastante comum, por não haver comércio destinado a tais produtos. Desta forma, a solução encontrada foi o plantio nas varandas das casas, no fundo dos quintais, em frente as casas, todo espaço externo das casas podendo ser utilizado como uma extensão do campo no urbano no arruamento da Vila.

Dito isso, observa-se uma mudança no cenário atual da produção do setor primário, a presença da agricultura na área urbana nas zonas periféricas das grandes e médias cidades. Essas práticas agrícolas passam a difundir-se no território urbano, o que era antes característica da área rural (SANTOS; COSTA; AMANCIO, 2014, p.138)

Nessa construção teórica dialogada com o estudo em *locus*, é possível analisar que este trabalho do plantio de hortaliças acaba se tornando mais uma tarefa a ser desempenhada pela mulher (Cruz, 2007), tendo como objetivo o de ajudar nas atividades do núcleo familiar e priorizando um gasto a menos da cesta básica regional (SCHOR; MORAES, 2009).



**Figura 24:** A horta das Irmãs Franciscanas.

**Fonte:** Acervo NEPECAB; Autor: FERNANDES, Stephano Mhae Alves. Outubro de 2015.



O uso da terra no perímetro urbano da Vila, geralmente é utilizado para construção de residências e comércio. As irmãs franciscanas resolveram utilizar todo seu terreno, medindo 10 metros de largura por 25 de comprimento, como horta, sendo a maior área de plantio de hortaliças na Vila.

Parte desta produção é inserida em suas refeições, a outra é doada para alguns moradores e também ajudam como complemento nas refeições oferecidas no prédio da ação social, na alimentação das crianças e idosos.

Ao final das entrevistas, muitas vezes houve convite para tomar um café e a aproveitou-se para perguntar a respeito das hortas; as respostas seguiam padrões diferentes, como por exemplo, “aqui eu não vendo, então se quero comer no dia a dia tenho que plantar”, outro exemplo, vendo as minhas cebolinhas, chicória, pimenta-de-cheiro e coentro, o maço por dois reais.

Os moradores relatam que depois de um certo tempo de plantio é preciso fazer o fortalecimento da terra, utilizam técnicas locais para os canteiros suspensos, com a implementação do paú<sup>21</sup>, esterco bovino e aviário, como nutrientes para suas hortas.



**Figura 25:** Adubo natural paú.

**Fonte:** Acervo NEPECAB; Autor: FERNANDES, Sthephano Mhae Alves. Outubro de 2017.

---

21 O paú é um adubo natural de matéria orgânica proveniente de madeira em decomposição misturado com a terra. Fonte – IDAM.



Utilizam redes de pesca ou telas para protegerem suas pequenas plantações, tentando coibir ações de pragas regionais, tais como grilo, lagarta, mosca branca, formigas e animais aviários<sup>22</sup> mencionadas por Santos; Costa; Amancio (2014).



**Figura 26:** Rede de pesca como protetor da horta urbana.

**Fonte:** Acervo NEPECAB; Autor: FERNANDES, Sthephano Mhae Alves. Setembro de 2016.

O estudo dos autores citados, anteriormente, vem de encontro aos anseios em identificar a diversidade de hortaliças cultivadas, incluído plantas medicinais usadas para remédios caseiros.

Denominação regional	Espécie
Cebolinha	Allium fistulosum L.
Chicória	Eryngium foetidum L.
Coentro	Coriandrum sativum L.
Couve	Brassica oleraceae var. Acephala DC.
Pimenta-de-cheiro	Capsicum chinense Jacq.
Pepino	Cucumis sativus L.
Alface	Lactuca sativa
Tomate	Lycopersicon esculentum Mill.
Abóbora	Cucurbita

22 A criação de galinha na Vila é realizada, mas de forma desordenada pelo fato da maioria dos quintais não haver cerca. Os animais acabam tramitando para fora da área do espaço de seus donos e algumas vezes as hortas desprovidas de segurança das redes -se tornam seu alimento. Não encontramos nenhum criador de grande porte. São apenas criadores de pequeno porte que utilizam a galinha caipira como uma das fontes de alimento.

Maxixe	Cucumis anguria
Hortelã	Mentha s. p.
Pimentão	Capsicum annuum L.

**Tabela 12:** Hortaliças cultivadas na Vila de Caiambé.

**Fonte:** Gercicley, dos Santos, 2012 – Adaptado por Fernandes, Sthephano M. A. 2017.

Quando perguntado aos moradores a respeito de como eles têm acesso as sementes, alguns relataram receber uma cota de semente distribuída pelo IDAM, outros preferem comprar sachês de sementes vendidos no mercado por R\$ 2,00, encontrados somente em Tefé, localidade mais próxima da Vila contendo as sementes.

Segundo o senhor Sidney Souza de Araújo<sup>23</sup>, desde de 2015 que a SEPROR, órgão de fomento não faz o repasse para o IDAM para distribuição de sementes.

O IDAM recebia sementes de hortaliças nas espécies: cebolinha, coentro, couve, alface, repolho, quiabo, maxixe, jerimum; as sementes frutíferas eram maracujá, mamão e melancia e as sementes de grãos distribuídas eram: milho, feijão e arroz.

Para o recebimento das sementes é feito uma ficha do beneficiário contendo o tamanho do território, a quantidade de sementes. Dados técnicos referentes o modo de plantio da devida cultura, a respeito como deve ser feito o plantio, o processo de adubação antes e durante o crescimento da semente plantada. A ficha preenchida segue em duas vias, uma fica com o beneficiário que pode utilizar como comprovante de agricultor para entrada ao processo de aposentadoria no INSS. A outra via fica no IDAM como comprovante de entrega das sementes. Assim, todas as sementes são distribuídas de acordo com sua área de plantio (Sidney Souza de Araújo, 47, entrevista/2017).

As sementes de hortaliças e frutíferas eram distribuídas em quantidades menores; cada pessoa ganhava uma média de 250 gramas de sementes de espécies variadas, as sementes de grãos eram distribuídas por quilo por virem em grandes quantidades (Sidney Souza de Araújo, 47, entrevista/2017).

---

<sup>23</sup> Gerente da Unidade Local do IDAM na cidade de Tefé. O mesmo é Engenheiro Agrônomo – CREA-AM 8302-D



**Figura 27:** Modos de Plantio.

**Fonte:** Acervo NEPECAB; Autor: FERNANDES, Sthephano Mhae Alves. Outubro de 2015.

A cultura e modo de plantio permeia até nos tempos atuais, crenças fortalecidas e passadas como ensinamento para novas gerações; nesta pequena horta o diferencial são as cascas de ovos, que segundo os moradores é utilizado para desviar mau-olhado e evitar a morte das cebolinhas.

A agricultura familiar praticada no Amazonas e, por conseguinte, nesta microrregião, está pautada fortemente na produção de farinha, frutas com destaque para banana, abacaxi e melancia, e algumas raízes tuberosas. O extrativismo e a pesca também contribuem com a cesta de oferta de produtos que são comercializados nas cidades, oriundo da agricultura local (SCHOR, 2015, p. 94).

A Vila não possui feira nem mercado para vender as hortaliças, a produção familiar é vendida em frente as casas, exposta em janelas e portas.



**Figuras 28, 29:** Produção Familiar, Pesca Comercial.

**Fonte:** Acervo NEPECAB; Autor: FERNANDES, Sthephano Mhae Alves. Outubro de 2016.

Parte dessa produção familiar é destinada para autoconsumo e outro montante destinado a ser vendido na Vila ou ser enviado para ser comercializado em Tefé. Os principais produtos comercializados são: cebolinha, coentro, pimenta, macaxeira, abacaxi, abacate, melancia, banana, goiaba, limão, manga.

Portanto, a alimentação na Vila tem uma variedade de produtos consumidos e comercializados, sendo a farinha de mandioca como principal elemento como fonte local mais confiável de energia misturada a outras proteínas, sendo as mais comuns: peixes, carnes de caça e alimentos industrializados consumidos na Vila (SCHOR, 2015).

#### **2.4.2 Pesca**

As Vilas e cidades do Rio Solimões estabelecem estratégias próprias de dinâmica econômica, e atualmente estão interligadas regionalmente e internacionalmente através de um produto amazônico que sustenta os povos e a economia a séculos na região, o comércio do peixe amazônico (MORAES, 2010).

A rede de pescada se estabelece por meio do comércio de exportação de bagres; localmente esta qualidade de pescada aparece poucas vezes na mesa, por ser considerado peixe remoso, ou seja, que fazem mal a saúde. Mas, se apresenta como importante fonte de renda aos ribeirinhos pela intensidade da pesca de bagres nas cidades da calha do Rio Solimões, considerado por Moraes (2010) como uma teia de relações para além do pescada, que necessita de serviços de infraestrutura para sua comercialização, como: fabrica de gelo, frigorífico, energia elétrica, serviços bancários e comunicação para comercialização.

A pesca de peixes lisos ou de bagres no Médio Solimões é compreendida entre dois períodos: o de safra que corresponde aos meses de agosto, setembro e outubro e o período da entressafra que compreende os meses de novembro a junho; cada período de pesca traz suas especificidades e dinâmicas de produção (QUEIROZ, 2012).

Pode-se dizer que os pescadores sejam eles de bagres (pesca comercial) e de peixes de escama (pesca artesanal) moram quase sempre próximo à beira do Rio Solimões ou suas casas têm como quintal o Lago de Caiambé.

O ramo da pesca na Vila é desenvolvido por poucas famílias, onde a maioria do pescada coletado por eles vem maioria de fora do Lago de Caiambé; a pesca comercial do lago resume-se basicamente na captura do mapará (*Hypophthalmus spp.* (7)).

No lago de Caiambé é permitido que qualquer pescador possa utilizar seu material de pesca, ficando restrito a entrada de barcos de pesca e a utilização do arrastão por ser material predatório. Estas informações foram cedidas pelo delegado sindical do Caiambé, pertencente ao SINDPESCA localizado em Tefé.

Para algumas famílias a pesca é principal fonte de renda. A comercialização do pescado de “bagres” acontece nas primeiras horas da manhã (por pescarem a noite e representar o período de entressafra); no período da vazante quando aumenta a capacidade de captura dos bagres, os pescadores pescam durante todo o dia, caracterizando o período de safra e é onde vendem o pescado durante todo o dia.

A maior parte do pescado coletado em Caiambé acontece quando o peixe está de arribação, ou seja, na subida do peixe e ao passar pelo Rio Solimões são capturados; algumas vezes esses cardumes adentram o lago, onde segundo Aroldo se reproduzem.

No campo realizado em outubro de 2015 haviam muitos barcos ancorados nas margens do Rio Solimões e estando bem próximo da Vila à espera dos cardumes passarem para serem capturados; por estar no período de vazante ou de seca (QUEIROZ, 2012) foi possível realizar a contagem de 15 barcos de pesca comercial, que revendem toda produção a capital Manaus e Tabatinga.

A figura a seguir evidencia dois barcos já praticamente carregados com peixe por apresentarem uma baixa substancial de altura, presumindo que boa parte de seus lotes<sup>24</sup> já estarem praticamente cheios e ao fundo, também, é possível notar outros barcos pesqueiros.

---

24 Lote, expressão utilizada pelos pescadores. Que significa local destinado para armazenar o pescado.





**Figura 30:** Pesca Comercial no Rio Solimões.

**Fonte:** Acervo NEPECAB; Autor: FERNANDES, Sthephano Mhae Alves. Outubro de 2015.

O campo de junho/2016, ao observar barcos pesqueiros vistos no período da seca no campo de outubro/2015, pode-se presenciar apenas uma vez os pescadores realizando a prática do lance descrita por (CRUZ, 2007; QUEIROZ, 2012; NASCIMENTO, 2015); ao realizarem o lance, os peixes ficam estaqueados, ou seja, presos na rede onde podem colher a rede ou comercializar os peixes ainda vivos.

A duração de um “lance” é de 15 (quinze) a 20 (vinte) minutos, e pode ser efetivado por vários pescadores ao mesmo tempo, sendo respeitada uma distância de 30m (trinta metros) a 50 m (cinquenta metros) de um arrastão para o outro. Então, o arrastão é recolhido e retirados os peixes capturados; em seguida é procurado outro espaço entre os demais pescadores (QUEIROZ, 2012, p. 76).

A figura a seguir expõe as boias do arrastão suspensas, formando uma grande bolsa onde os pescadores utilizam-se da própria natureza para manter seus peixes conservados e frescos, os mantendo na água, sem terem qualquer contato com o gelo.



**Figura 31:** Pesca Comercial – Lance de Pesca da Espécie Jaraqui.  
**Fonte:** Acervo NEPECAB; Autor: FERNANDES, Stephano Mhae Alves. Junho de 2016.

O aumento da competitividade da pesca de bagres e de peixes de escama só tem crescido regionalmente e localmente e dificultando os pescadores artesanais, figura esta rotineira nos rios da Amazônia, que se encontram com dificuldade em pegar seu pescado pela alta concorrência da pesca comercial.

Já os ribeirinhos, de beira de rio ou de cima d'água são os pescadores que atuam mais próximo às margens, devido utilizarem materiais com menor poder de captura, geralmente produzido de forma artesanal (...). Esses atores utilizam apenas uma boia em uma das extremidades do arrastão (a extremidade voltada para a parte mais profunda do rio) e na outra extremidade acompanham o “lance” em canoas. São responsáveis por toda uma dinâmica local, produzindo representações socioespaciais do lugar em que atuam (QUEIROZ, 2012, p. 72).

A pesca de autoconsumo representa uma cultura regional, sendo o pescado, ainda, a principal fonte de proteína na mesa dos ribeirinhos. Parte da produção, o excedente é vendido em caixas de isopor e oferecido nas ruas em carros de mão.



**Figura 32:** Pesca Artesanal.

**Fonte:** Acervo NEPECAB; Autor: FERNANDES, Sthephano Mhae Alves. Outubro de 2015.



**Figura 33:** Venda de Pirapitinga (*Piaractus brachypomus*) na Vila.

**Fonte:** Acervo NEPECAB; Autor: FERNANDES, Sthephano Mhae Alves. Julho de 2016.

No decorrer dos campos realizados pode-se elencar as principais espécies consumidas e vendidas na Vila de Caiambé.



<b>Nome Popular</b>	<b>Nome Científico</b>
Jaraqui	Semaprochilodus spp.(1)
Tucunaré	Cichia spp.
Cará	Cichlidae (3)
Matrinchã	Brycon cephalus
Pacu	Mylossoma aureum
Traíra	Hoplias gr. malabarius
Aracu	Anostomidae
Jandiá	Leiarius mamoratus
Jeju	Hoplerythrinus unitaeniatus
Piranha	Serrasalmidae (5)
Tambaqui	Colossoma macropomum
Curimatã	Prochilodus nigricans
Jacundá	Crenicichia ssp. (6)
Orana	Hemiodus ocellatus
Pacu-galo	Myleus schomburgki
Sorubim	Pseudoplatystoma tigrinum
Bararua	Uaru amphiacanthoides
Bodó	Liposarcus pardalis
Jatuarana	Brycon cephalus
Mapará	Hypophthalmus spp. (7)
Peixe liso outros	Siluriforme
Sardinha	Triportheus spp. (8)
Pirapitinga	Piaractus brachypomus

**Tabela 13:** Especificação dos peixes mais vendidos e consumidos na Vila.

**Fonte:** Campo realizados entre 2015/2017.

As espécies de bagres são comercializadas no frigorífico e os peixes de escama são comercializados localmente e vendidos principalmente pela manhã e no final da tarde. A maneira como vendem são chamadas de cambadas, contendo entre 7 a 10 unidades de peixes, podendo ser da mesma espécie ou pode ser de distintas espécies.

A cambada possui diferenças entre uma espécie para outra, sendo o determinante a quantidade de peixe e o tamanho da espécie; geralmente as cambadas custavam em média dez reais (R\$10,00).

Mas, a quantidade de pescado, sua massa e preços praticados variam de acordo com a espécie e a sazonalidade. Atingem em média 2,00 kg/cambada, no caso da sardinha (*Triportheus sp.*) contendo quinze exemplares, o tucunaré (*Cichla sp.*) até 5,00 kg/cambada contendo cinco exemplares, a pirapitinga chegando até 7,00 kg/ (*Piaractus brachypomus*), contendo até três exemplares.



**Figura 34:** Cambada de Sardinha (*Triportheus sp.*).  
**Fonte:** Acervo NEPECAB; Autor: FERNANDES, Stephano Mhae Alves, outubro de 2016.

A cambada é um termo utilizado pelos moradores locais e adeptos do Brasil; fora da região Amazônica utiliza-se a palavra sarta que tem a mesma função de explicação da venda

de peixes de espécies homogêneas e mistas, ou seja, possuindo diferentes espécies na composição da mesma sarta.

A sarta é a nomenclatura dada para uma unidade de medida local praticada em Tabatinga/Letícia/Santa Rosa equivalente à cambada utilizada em Benjamin Constant e nas localidades ao longo do rio Solimões. A única diferença é que em Tabatinga toma emprestado o nome utilizado pelos colombianos em Letícia (TAVARES-PINTO, 2015, p. 2015).

De acordo com Tavares-Pinto (2015), a cambada ou sarta pode ser descrita como um agrupamento de pescado amarrados pela guelra/boca por uma linha, palha ou cipó; a utilização de materiais artificiais danifica a qualidade do pescado, onde os compradores de Tabatinga classificam como: as outras queimam a guelra.

A comercialização dos bagres acontece, exclusivamente, a venda ao Frigorífico Neto Soares, veja-se a tabela de preço dos bagres.

<b>Classificação</b>	<b>Denominação Popular</b>	<b>Critério em kg</b>	<b>Preço por kg</b>
Tipo 1	Pintado	Acima de 4,500	R\$ 4,50
	Caparari	Acima de 4,500	
	Piraíba	Acima de 4,500	
	Dourado	Acima de 4,500	
Tipo 2	Pintado	Entre 3,00 e 2,500	R\$ 3,00
	Caparari	Entre 3,00 e 2,500	
	Flamengo	Entre 3,00 e 2,500	
	Melado	Entre 3,00 e 2,500	
	Jaú	Entre 3,00 e 2,500	
Tipo 3	Melado	Abaixo de 2,500	R\$ 2,50
	Pirarara	Acima de 1,00	R\$ 2,50
	Cara de Gato	Acima de 1,00	R\$ 2,00
	Mapará	Acima de 1,00	R\$ 2,00
	Bocão	Acima de 1,00	R\$ 2,00
	Pirabutão/Piramutaba	Acima de 1,00	R\$ 2,00

**Tabela 14:** Classificação dos bagres por kg.

**Fonte:** Campo realizado em 19/07/2017.

A classificação da nomenclatura bagre proposta por Moraes (2012), como:

[...] nome genérico e popular atribuído aos peixes da Ordem Siluriformes, em especial da Família Pimelodidae como Dourada (*Brachyplatystoma flavicans*), Piramutaba (*Brachyplatystoma vaillantii*) e Piraíba (*Brachyplatystoma filamentosum* ou *Brachyplatystoma capapretum*) e regionalmente são conhecidos como ‘peixe de couro’, ‘peixe liso’ ou ‘fera’” (MORAES, 2012. p. 37).

O frigorífico se encontra na frente da Vila e está em atividade desde de 2008, na compra de peixe liso.



**Figura 35:** Frigorífico Neto Soares.

**Fonte:** Acervo NEPECAB; Autor: FERNANDES, Stephano Mhae Alves. Junho de 2016.

Toda a produção é vendida para Tabatinga; ao atingir uma certa cota de peso não revelada, ligam para o comprador que fica situado no município de Uarini. A rede de comércio é extensa ao ponto de sair de Tefé, ir para Uarini e chegar a um terceiro comprador localizado em Tabatinga. Não se acompanhou o destino final deste produto a chegar ao consumidor final, mas, talvez, este pescado pego na Amazônia possa estar atravessando a fronteira e estar sendo comercializado fora do Brasil.





**Figura 36, 37:** Câmara de resfriamento.

**Fonte:** Acervo NEPECAB; Autor: FERNANDES, Sthephano Mhae Alves. Junho de 2016.

Alguns exemplares de peixe chamam atenção pelo tamanho como: surubim, jaú, pirarara, dourado. Os prioritários relatam ser um período de pouco pescado das espécies citadas anteriormente. No mês de julho de 2016 a maior produção quantitativa de pescado, pronta para ser transportada era de mapará, veja-se a figura a seguir.



**Figura 38:** Mapará embalado para ser revendido.

**Fonte:** Acervo NEPECAB; Autor: FERNANDES, Sthephano Mhae Alves. Junho de 2016.

A maior parte desta produção vem toda do lago; existe a potencialidade de fazer deste lago uma fonte de renda primária, mas, é preciso que os habitantes se organizem para que seus sonhos se tornem realidade, com o lago produzindo grandes proporções de variados espécimes de peixes.

O Frigorífico Neto Soares desde de 2016 vem passando por uma série de reformas em sua estrutura proposta pelo IPAAM para se adequar as normas estabelecidas para continuar desenvolvendo o trabalho de comercialização de bagres.

Em 2017 a senhora Regiane da Silva Soares (proprietária), do frigorífico tem o S.I.E (Selo Inspeção Estadual), e estas novas reformas são para admissão do S.I.F (Selo Inspeção Federal).

Por fim, estes dados coletados ilustram a prática de comércio desenvolvido em terra firme e na beira do rio, onde foram realizadas entrevistas semiestruturadas com moradores e empresários locais, mostrando a dinâmica de comércio de pescado na Vila e Microrregião de Caiambé.

### **2.4.3 Castanha**

Outro setor de comércio bastante difundido na região é a venda da castanha. Este potencial chamou atenção GIZ<sup>25</sup>, de uma empresa internacional que realizou diagnóstico do potencial de produção da castanha-do-brasil, no município de Tefé para instalação de uma usina de beneficiamento (BALZON, 2012).

O estudo ocorreu no ano de 2012, o qual contou com o acompanhamento técnico da GIZ e técnico do IDAM no levantamento de dados primários e secundários sobre a castanha, onde obteve-se os seguintes dados.

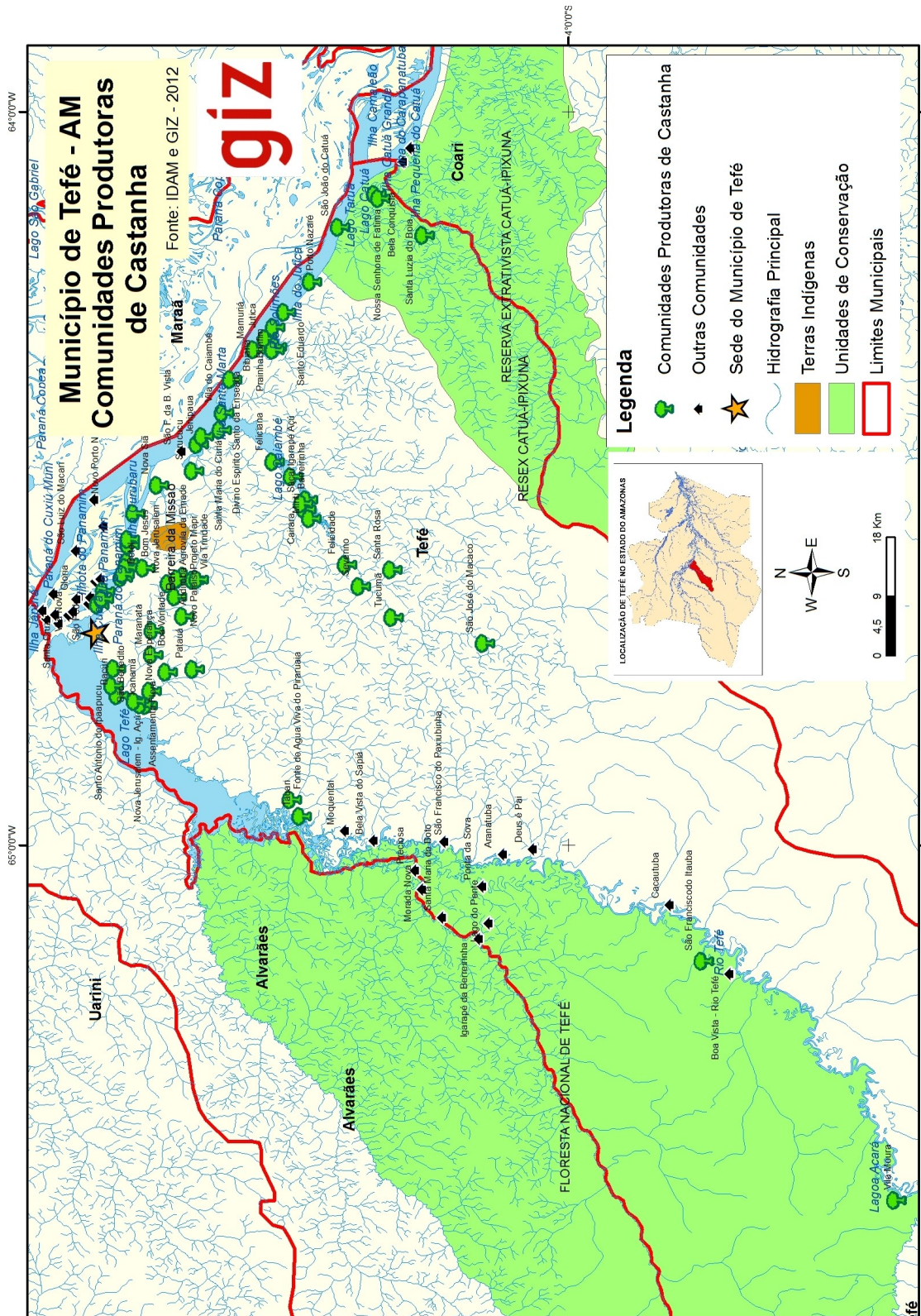
Entre as localidades com potencial de coleta se destacaram – Resex Estadual Catuá/Ipixuna, Comunidade do Jutica, Marajó do Jutica e a Vila de Caiambé. Estas localidades fariam parte de associações e cooperativas de pontos de coleta da castanha para serem enviados para Tefé, onde seria construída a usina de beneficiamento da castanha.

Este Programa para a Proteção e Gestão Sustentável das Florestas Tropicais da GIZ não saiu do papel pela falta de recursos financeiros para compra dos equipamentos; o local funcionaria em um espaço já cedido pela prefeitura de Tefé. Vejam o mapeamento de áreas produtoras de castanha em Tefé, realizado pelo IDAM; GIZ em 2012.

---

25 GIZ – Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (Agência Alemã de Cooperação Internacional).





Mapa 3: Município de Tefé – AM, Comunidades Produtoras de Castanha. Fonte: IDAM; GIZ, 2012.

Foi realizada entrevista com o maior comprador de castanha da Vila, o senhor Juvenal<sup>26</sup>, que informou o preço pago pela castanha na safra de 2016 e 2017, vejam os dados a seguir:

Ano	Preço de compra p/ lata	Preço de revenda p/ lata	Valor da saca de castanha	Total de sacas	Valor total de revenda	Gasto de Compra p/ lata	Lucro
2016	R\$70	R\$130	R\$320	3,600	R\$1,152,000	R\$100,800	R\$1,051,200
2017	R\$140	R\$350	R\$850	600	R\$510,000	R\$33,600	R\$476,400

**Tabela 15:** Tabela de Preço da Comercialização da Castanha na Vila de Caiambé.

**Fonte:** Pesquisa de Campo de 2016/2017.

No ano de 2016 entre os meses de dezembro e maio obteve-se um total de 3.600 sacas de castanha compradas em Caiambé. Tanto em Tefé como na Vila o comprador utiliza, para medir a quantidade de amêndoas, uma lata ou caixa para determinar o valor a ser pago.

A tabela acima expõe alguns dados que precisam ser explicados antes de ser apresentado o quantitativo de castanha entre os anos.

O preço de compra por lata<sup>27</sup> é estabelecido de acordo com a demanda da safra; em anos onde as castanheiras produzem muito o preço é baixo e no ano em que a demanda é baixa o preço tende a subir pela falta no mercado. Este mesmo sistema influencia no preço de revenda para o consumidor final.

O preço de revenda por lata, somente foi exposto para se ter noção do real preço ganho pelos compradores, que compram por lata, mas revendem, o seu produto final por saca e as castanhas são comercializadas ainda com casca.

No ano de 2016 uma caixa de castanha custava R\$ 70,00 e para se encher uma saca de castanha são necessários, em média duas latas e meia, chegando a saca pesar 60 kg, sendo neste ano comercializada por R\$ 320,00 a saca.

Para se chegar ao total de 3,600 sacas foram necessárias 1,440 latas de castanha; sendo que para encher uma lata de castanha se faz necessário quebrar uma média de 110 ouriços, logo, aproximadamente 158,4000 ouriços de castanha foram necessários para se obter o total de sacas em 2016.

26 O senhor Juvenal Corrêa, conhecido localmente como “Cacau”, é uma pessoa influente na Vila por ter estabelecimentos comerciais, ser proprietário da Pousada Vitória, dono da lancha Dona Ruth e por fim, também é vereador em Tefé.

27 Este é o meio de medida estabelecido por este comprador, outros preferem utilizar uma caixa de madeira que comporta a mesma quantidade de castanhas.



O valor total de revenda em 2016 foi R\$1,152,000, sendo descontado R\$ 100,800 com o gasto de compras e gerando um lucro de R\$1,051,200. Toda produção foi vendida para Belém.

Em 2017 as castanheiras pouco produziram, ocasionando aumento do preço dos produtos, observa-se que o preço da lata subiu para R\$ 140,00 o dobro do ano anterior e o preço por lata revendida alcançando R\$ 350,00.

O diferencial do ano de 2017 se reflete no preço pago pelo consumidor final que alcançou R\$850,00, sendo, também, fator determinante o total de sacas que chegou somente as 600 sacas.

Estes números convertidos em dinheiro representam R\$ 510,000 do valor total de revenda e R\$ 33,600 com gastos de compra de castanha dos castanheiros e alcançando um saldo de R\$476,400. Ressalta-se que o principal consumidor deste produto que saí da Vila de Caiambé são os paraenses.

Portanto, a produção de castanha possibilita mais um fator de construção da estrutura da Microrregião do Caiambé. A Vila de Caiambé ao conseguir concentrar a compra da produção de castanha vindo de sua microrregião, centraliza e monopoliza a compra ao ponto de determinar o preço a ser pago pelas amêndoas. Assim, evidencia que a Vila age como papel centralizador perante as comunidades da Microrregião do Caiambé.

#### **2.4.4 Açaí**

Notou-se que além da farinha, castanha e do pescado, recentemente se descobriu a grande demanda de açaí para ser comercializado em Manaus. Foi um avanço para a pesquisa em identificar mais uma fonte de renda e mais um dado para enriquecer a descrição da Microrregião do Caiambé.

Esta atividade possibilita que várias pessoas possam fazer parte desta rede, por ser aberta. Assim, alguns produtores de açaí da região têm grandes açazais e praticam o compáscuo. Campo (2000) define compáscuo como um direito de comunhão de terrenos com diversos proprietários, ou seja, o dono disponibiliza suas “terras”, produção para outras pessoas fazerem a colheita e no ato da venda o dinheiro é dividido.

Os estudos de Marinho; Ribeiro (2009) relatam formas de comercialização do açaí e uma delas é feita por meio de “atravessadores” (terceiros que compram o açaí para revender),

o açaí é vendido no caroço, sem agregação de valor, o “atravessador” vende o produto na capital Manaus, onde é beneficiado e vendido como polpa.

[...]Outro caminho é marcado pela figura do atravessador. Os agricultores levam o açaí in natura, até os atravessadores nos flutuantes (edificações assentadas em grandes toras de árvores que flutuam, são encontradas nas margens dos grandes rios e funcionam principalmente como comércios e atracadouros). O destino desse açaí é quase que exclusivamente a capital do Estado, Manaus (BILLACRÊS; SCHWADE, 2009, p. 6).

Na Vila identificou-se o atravessador que compra o açaí já processado em formato de polpa, são entregues empacotados, contendo cada um litro de polpa, e são armazenados no gelo para serem revendidos em Manaus.

Toda produção de açaí que sai da Vila de Caiambé para a capital Manaus é toda comprada ainda no porto pelo encarregado do barco Estrela de Davi, o senhor Valdecir o (atravessador). Abaixo está a tabela de preço.

Produção de Açaí na Vila de Caiambé					
Nº	Nome	Q. Produz. Semanal	Q. Produz. Mensal	Preço por Litro	Total vendido Mensal
01	Pelé	200 l	800 l	R\$ 2,50	R\$ 2.000,00
02	Okimar	200 l	800 l	R\$ 2,50	R\$ 2.000,00
03	Adelso	400 l	1200 l	R\$ 2,50	R\$ 3.000,00

Q: Quantidade \ Produz: Produzida

**Tabela 16:** Comerciantes de Açaí na Vila de Caiambé.

**Fonte:** Fernandes, Sthephano Mhae Alves Fernandes.

Faz-se uma observação a estes dados elencados na tabela, que são somente os produtores que vendem sua produção com destino a Manaus. Mas, também vendem para os habitantes da Vila; porém, existem outros fabricantes do vinho de açaí.

O açaí é transportado até o comprador em sacas de fibras de 80 a 90 kg, mas, não é comercializado pelo peso, mas sim, por volume em litro, os quais medem em latas<sup>28</sup> de 20 litros. Cada lata custa R\$ 40,00 e comporta em média de 8 – 10 litros por lata.

As sacas de fibras comportam entre 4 a 4,5 latas de açaí. Com relação a produção do vinho, o senhor Adelson relatou que os açaís vindo de terra firme rendem menos, pelos frutos

<sup>28</sup> As latas onde são medidos, são as latas ou baldes de tinta de vinte litros, a qual utilizam como forma de medida para o açaí.

serem mais secos, e por isso, a capacidade de litros é menor; já o açaí apanhado em terras de várzea tem uma proporção maior na quantidade de litros, e têm seus frutos viçosos e melhor qualidade de produção em litros.



**Figuras 39, 40:** Comércio do Senhor Adelson.

**Fonte:** Acervo NEPECAB; **Autor:** FERNANDES, Stephano Mhae Alves. Junho de 2016

Na figura o açaí está exposto em cima de uma lona e lhe foi feita pergunta: qual é a finalidade para estar assim? A resposta do senhor Adelson (40 anos) foi a seguinte:

Este açaí de alguma forma foi molhado, não sei se foi pela chuva ou por outro acaso. E depois de colhido não pode ser molhado, no caso como isso ocorreu com este aqui, tive que botar ele para tentar secar, porque se não secar muitos frutos não vão amolecer e vou ter uma perda substancial na produção (Entrevista/2016).

A resposta do senhor Adelson, simples, mas, contendo entendimentos técnicos sobre a procedência e do cuidado após a retirada do açaí da palmeira, criando métodos para não perder a produção.

As figuras abaixo mostram o senhor Okimar e sua esposa produzindo o vinho de açaí; o local de fabricação fica nos fundos de sua residência.



**Figuras 41, 42:** Produção de Açaí do Senhor Okimar.

**Fonte:** Acervo NEPECAB; Autor: FERNANDES, Sthephano Mhae Alves. Junho de 2016.

Esses dois primeiros fabricantes do vinho de açaí contam com ajuda de suas esposas, no caso do senhor Okimar, sua companheira tem papel fundamental, porque é ela a responsável em bater o açaí, enquanto seu esposo enche os sacos plásticos contendo um litro cada.

Já a esposa do senhor Adelson o ajuda na hora de encher os sacos com açaí já batido. Sendo as mulheres importantes para o processo de feitiço e de término do processo de produção do açaí. Neste caso, podendo ser chamada de família nuclear, onde os pais realizam o trabalho pesado e os filhos ajudam na hora de pegar água e em serviços mais leves.

E por fim, o senhor Pelé que realiza atividade de bater açaí sem ajudante. Mas, nem por isso seu produto deixa de ser um dos mais procurados na Vila.



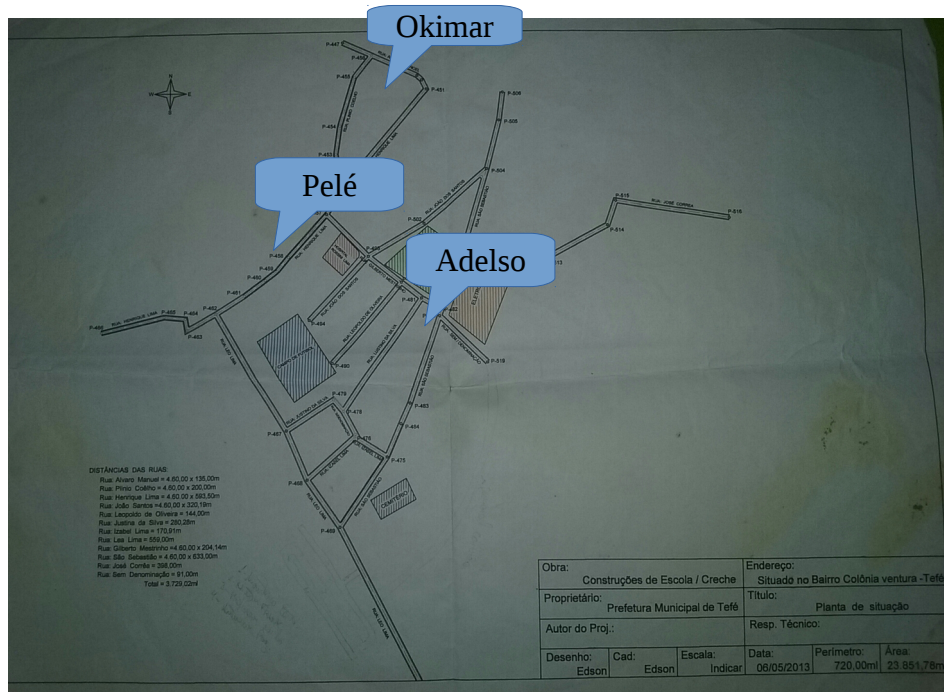


**Figuras 43, 44:** Produção de Açai do Senhor Pelé.

**Fonte:** Acervo NEPECAB; Autor: FERNANDES, Sthephano Mhae Alves. Julho de 2016.

Seu estabelecimento fica ao lado de sua casa, onde o próprio classificou como puxada. Entre os três, o senhor Adelson se destaca por ter um local destinado somente para o processo de fabricação e venda.

A concorrência é pouca por estarem em três pontos distintos e distante, deste modo, cada produtor tem sua clientela; a figura a seguir evidência os pontos onde estão localizados.



**Figura 45:** Localização dos Produtores de Açai em Caiambé.

**Fonte:** Prefeitura de Tefé.

Portanto, a economia da Vila de Caiambé e da Microrregião de Caiambé estão voltadas para ramos de trabalhos apresentados anteriormente. A economia gira em torno de ramos de trabalhos diversificados, sejam eles de trabalho assalariado, comercial e informal. As múltiplas formas somam-se em tentar encontrar formas para se sobressair perante a crise que afeta todo o Brasil.

#### **2.4.5 Condições humanas e sociais da Vila de Caiambé e da Microrregião do Caiambé**

A Vila de Caiambé não somente é articulada na centralidade de serviços ou de atividades produtivas. Do outro lado das características citadas, unidas a MC está o esporte praticado por crianças, mulheres e homens, que atravessa, literalmente, o tempo e espaço por meio dos trajetos entre Vila e comunidade ou vice-versa.

Nas primeiras observações da Vila em outubro de 2015, notou-se que o esporte é uma característica a mais a engrandecer a relação da Vila com a microrregião. No decorrer dos dias da semana acontece a prática de futebol no Ginásio Poliesportivo de Caiambé e nos campos de futebol na Vila.

O ginásio é o mais disputado entre os praticantes. A rotina dos jogos durante a semana serve de treino para serem executados no final de semana. O futebol na microrregião é algo a parte por envolver o encontro de amigos e familiares e de certa forma adversários. Nos finais de semana e feriados, as famílias de Caiambé que praticam futebol realizam visitas para outras comunidades da microrregião para realizarem partidas de futebol. A rivalidade entre a Vila e as comunidades da microrregião é forte, pois, a disputa entre times de homens e de mulheres é acirrada. Via de regra, as disputas são movidas a apostas em dinheiro ou envolvendo bebidas: cerveja, refrigerante.

A partir de 2016 o Ginásio Poliesportivo de Caiambé foi reformado e desde então são feitos campeonatos, torneios, disputas entre escolas das comunidades e práticas de exercícios com idosos. O espaço esportivo segue todo o cronograma cumprido diariamente.

O período da manhã e da tarde é destinado para prática de educação física da Escola Estadual e Municipal. O período da noite é dividido entre os moradores, no qual as mulheres jogam futebol de salão “futsal” das 18:00 às 20:00 horas e das 20:00 horas em diante os homens jogam futebol de salão. Um dia da semana é destinado aos professores para prática

esportiva. O local serve também para realizar as reuniões entre os moradores e como local de festa da igreja e das escolas.



**Figura 46:** Ginásio Poliesportivo 2015

**Figura 47:** Ginásio Poliesportivo 2016.

**Fonte:** Acervo NEPECAB; Autor: FERNANDES, Sthephano Mhae Alves. Outubro de 2015 e Fevereiro de 2016.

A Vila contém dois campos de futebol, um localizado dentro do perímetro urbano e outro bem mais afastado do centro. Na maioria das vezes que estes espaços foram visitados a predominância masculina era evidente.

Esta questão foi levada as mulheres desportistas, que disseram preferir jogar na quadra, por terem horário menos flexível que os homens, devido aos afazeres domésticos como lavar roupa, fazer comida, limpar a casa e esperar que eles voltem para ficar com as crianças, depois de basicamente fazer isso todos dias realizam sua prática desportiva.



**Figura 48:** Intervalo de Jogo Futebol Feminino entre os times de Caiambé x Genipaua.  
**Fonte:** Acervo NEPECAB; Autor: FERNANDES, Sthephano Mhae Alves. Setembro de 2016.

Os moradores nestes dias quando vêm pessoas de outras localidades para jogar bola no ginásio, vão prestigiar a partida e torcer pelo time local; o movimento em torno deste espaço aumenta, as arquibancadas ficam lotadas, espectadores na grade pelo lado de fora, se tornando um evento do espaço familiar e de lazer ao ter pais, mães e filhos se divertindo e encontrando amigos neste espaço social.

Os jogos no campo de futebol da Vila são emocionantes, o confronto entre times masculinos de Caiambé, Genipaua e Santo Isidoro, entre outras comunidades, acontecem com frequência nos fins de semana.

O hábito cotidiano para algumas famílias da Vila é pegar seu rabeta e sua canoa e irem jogar bola no final de semana, seja sábado ou domingo; uma prática bastante peculiar observada é a visita entre comunidades (Jutica, Genipaua, Santo Isidoro, Cairara, Marajó).

A visita funciona da seguinte forma, por exemplo, a comunidade do Jutica vem com dois times para realizar partidas masculinas e femininas na Vila de Caiambé; dependendo de qualquer resultado entre as partidas, a Vila de Caiambé tem por obrigação ética local de retribuir a visita, indo também com dois times para realização de partidas de futebol na



comunidade do Jutica. Utilizam a palavra “visita”, forma encontrada para retribuir o encontro entre duas localidades pelo esporte.

Outro fator que também aglomera muitas comunidades da MC é a festa do divino de São Sebastião, que é padroeiro da Vila e em sua homenagem é realizado um campeonato de futebol. Os habitantes de várias comunidades vêm para prestigiar este dia de comemoração da Vila de Caiambé. Este mesmo tipo de comemoração religiosa realizada em Caiambé, acontece também nas demais comunidades da MC. Assim, mesmo não havendo as visitas entre Vila com comunidades ou entre comunidades, as festas religiosas as unem com os torneios de futebol disputados a conquistar a premiação, que muitas das vezes para o primeiro colocado é um boi e para o segundo e terceiro cerveja.

As visitas entre comunidades acontecem durante todo ano, havendo paralisação quando estão participando dos campeonatos, que por ventura as partidas acontecem final de semana e dias feriado. Os campeonatos tradicionais locais disputados são: A copa do Índio (somente é um nome do campeonato e podem se inscrever quaisquer equipes), o Campeonato da Vila Basto, Campeonato da Missão e o Campeonato de Caiambé.

Portanto, a prática esportiva consegue manter este laço para além das redes de serviço e de atividades produtivas. O convívio social estabelecido pela prática esportiva consegue tirar as pessoas locais condicionadas do seu dia a dia a terem um espetáculo por atores desconhecidos para os leitores. Mas, para os habitantes da MC são as mulheres e homens por meio de cada gol marcado; a cada defesa realizada com sucesso, a cada drible desconcertante, se tornam atores visíveis desta microrregião invisível que é a Microrregião de Caiambé.

### **3 INVISIBILIDADE MUNICIPAL**

O desconhecimento das Vilas no Amazonas é perceptível pela falta de pesquisas direcionadas a entender a funcionalidade das Vilas na microrregião em que estão inseridas. A falta de estudos sobre as Vilas lhes tornar invisíveis e despercebidas pelas funcionalidades que as mesmas desempenham dentro de uma rede maior em que estão inseridas. As atividades desenvolvidas pelas Vilas na rede local é, muitas das vezes, com o objetivo de beneficiar somente a sua população, mas, acabam transformando o entorno como parte de sua extensão em rede.

Espera-se que este trabalho não seja o único a ser desenvolvida com pretensões de entender a dinâmica urbana entre uma vila e a microrregião formada de várias comunidades. Porque este estudo envolve relações do homem e a natureza / o homem e o meio, “Há muito o que se estudar em termos de dinâmica urbana na Amazônia Brasileira e percebe-se, neste contexto, a importância de se trabalhar em uma perspectiva multiescalar, relacionando o intraurbano com a rede urbana” (SCHOR, 2013, p. 83).

#### **3.1 Olhar do Pesquisador “visão de fora” / Olhar do Morador “visão de dentro”**

##### **O OLHAR DO PESQUISADOR “Visão de fora”**

O desconhecimento sobre a Vila do Caiambé pode ser interpretado pelo olhar da paisagem de Schor (2013), ao escrever sobre as cidades invisíveis e ao adensar esta discussão, mostrando que as vilas também são invisíveis. As formulações das hipóteses, *a priori*, no decorrer da pesquisa mostraram-se insuficientes. Neste sentido, a análise dos dados coletados foi pautada nas experiências em campo, nas quais as observações e entrevistas permitiram construir uma nova hipótese de pesquisa, que seria a função de pequena cidade que a Vila desempenha. Assim, se construiu como hipótese que a Vila do Caiambé exerce influência em uma região que abrange as seguintes áreas: Solimões de Baixo, Solimões de Cima e Lago do Caiambé, que formam uma microrregião. Estas três áreas são compostas por diversas comunidades que têm a Vila de Caiambé como sua centralidade. Portanto, denominou-se a vila como nó que une as comunidades e as comunidades pertencentes a Microrregião do Caiambé.

Para se compreender o papel da Vila como pequena cidade nesta Microrregião do Caiambé, buscou-se em primeiro momento compreender o funcionamento da Vila. Na perspectiva geográfica este primeiro momento se deu com a análise da paisagem. Da paisagem buscou-se elementos que permitissem explicar como a Vila funcionaria como uma pequena cidade. Percebeu-se que a análise do cotidiano das pessoas seria fundamental. Partindo deste cotidiano buscou-se analisar as diversas funções, formas e conteúdo que a Vila do Caiambé exerce na sua região de influência.

Os elementos presentes na estrutura física da Vila serviram de referência e sustentaram a hipótese de que a Vila de Caiambé vem desempenhando funções de pequena cidade, mesmo não sendo sede municipal. Percebeu-se que a Vila já estabelece sua própria rede urbana de influência na Microrregião do Caiambé.

A **função** de comércio desempenhada pela Vila tem início em 1905, quando passa a ser local de compra de produtos extrativistas. Os produtos economicamente mais importantes foram a borracha e a castanha. Estes foram os principais produtos de comércio nacional e internacional. Atualmente, a castanha continua desempenhando um papel importante acrescido da produção de farinha.

O comércio em função destes produtos se expandiu com o aparecimento das primeiras casas comerciais. Essas casas comerciais possibilitaram a venda local de produtos destinados ao consumo e objetos de trabalho. Este novo reordenamento comercial intensificou-se com a chegada de novos moradores neste período.

A **forma** de comunidade, aglomerado de poucas casas concentradas na beira de rio e de economia caracterizada de produtos extrativistas, com a intensificação do comércio local e influência nas demais comunidades do lago do Caiambé e da beira próximo do Rio Solimões dá início a um processo de urbanização. A urbanização pode ser vista na mudança nos hábitos da população. Esta mudança se expressa na paisagem com a construção de moradias mais distantes do rio e a chegada de moradores que não faziam parte da comunidade original.

Hoje a **forma** da Vila se apresenta com estruturas urbanas caracterizadas por construções em madeira e em alvenaria, arruamento e instituições públicas como escolas, creches e posto de saúde. A economia já apresenta características urbanas, em especial o comércio, que ainda mantém um forte laço com as atividades rurais e extrativistas vistas no capítulo 2 desta dissertação.

O **conteúdo** urbano da Vila e de sua influência na MC é o produto final nas atividades do cotidiano, estabelecidas por funções de uma pequena cidade. Essas funções são caracterizadas pelos serviços oferecidos a população como Educação, Saúde, Segurança, Energia, Água encanada, Transporte e Comércio.

Todos os serviços citados acima foram desenvolvidos nos capítulos anteriores. Mas, a existência deles não implica num pleno funcionamento. Há carências no seu funcionamento. Entende-se, fundamentados na pesquisa realizada, que por não ter autonomia como município e a Vila como cidade-sede municipal implica numa eterna disputa por recursos com a sede do município Tefé. Assim, a Vila não tem autonomia e nem recurso para construir novas escolas, substituir o posto de saúde por um hospital, pavimentação de ruas, entre outros. Essa carência é sentida em todos os aspectos da paisagem, funcionalidade, forma e conteúdo. Acredita-se que com a autonomia municipal, com todos os seus percalços melhoraria a vida cotidiana dos moradores da microrregião do Caiambé.

Contudo, esta discussão envolve questionamentos políticos sobre a Vila de Caiambé e a microrregião a qual ela influencia. Dado a sua estrutura urbana e sua inserção na microrregião do Caiambé, que abrange, como indicado anteriormente, as comunidades localizadas no Rio Solimões e no Lago de Caiambé, A Vila do Caiambé exerce de fato as funções de uma pequena cidade. A funcionalidade é claramente percebida nos serviços: educação, saúde, abastecimento de energia regular, e outros como: as atividades produtivas.

Para que a Vila de Caiambé tenha autonomia política e mais financeira é preciso que se torne cidade. Porém, na legislação brasileira ela precisa ser sede municipal. Neste caso, seria preciso que houvesse a criação deste município para melhor administração dos recursos daquela microrregião onde está localizada a Vila.

A emancipação da Vila permitiria que os problemas que afligem a vida dos moradores fossem resolvidos pelo prefeito e vereadores desta microrregião e não ficasse na dependência do poder executivo e legislativo localizado em Tefé.

A política dentro da Vila é forte e trabalhada durante o ano inteiro. O último número dado pelo Cartório Eleitoral de Tefé em 2016 foi de 1.479 eleitores aptos a votarem para a eleição de prefeito e vereadores. Para o referido ano de 2016 Tefé teve um total de 39. 531 eleitores aptos para votarem.

A disputa entre candidatos da Vila e de Tefé em conseguir os votos se intensifica no período eleitoral. As visitas, reuniões, comícios, acontecem durante toda semana, ocasião em

que os moradores são “presenteados” com dinheiro, gasolina, forno, motor rabeta, malhadeira, e os mais representativos são os equipamentos esportivos contendo o nome do candidato, onde a população costuma usar no cotidiano se identificando com o candidato.

O olhar da forma política na Vila apresenta alguns atores que manipulam este espaço com jogo político de ajudar as famílias com doações, por meio destas iniciativas os eleitores acabam tendo a sensação de obrigação em retribuir ajuda com o seu voto.

As famílias na Vila são grandes e geralmente acontece de apoiar um determinado candidato que promete benefícios, se por ventura ganharem.

As lideranças como a da senhora Leovigilda da Costa Lima, herdeira das terras do Caiambé, do senhor José Ribamar de Oliveira, conhecido como “Leopoldo”, empresário e funcionário da Amazonas Energia, o senhor Ocimar Souza Andrade ex-presidente do SINDIPESCA e em 2017 vereador de Tefé e o senhor Juvenal Correa Lopes Filho, por ser empresário e vereador de Tefé. As pessoas citadas anteriormente têm importante papel na disputa pelo poder político na Vila de Caiambé.

Estas pessoas são muito influentes na Vila e têm poder aquisitivo para realizar doações aos moradores. No pleito de 2016, a Vila teve três candidatos a vereador em Tefé. Foram eleitos dois vereadores que tem a base política na microrregião do Caiambé, sendo o senhor Ocimar primeiro mandato e o senhor Juvenal reeleito.

### **O OLHAR DO MORADOR “Visão de dentro”**

Após a qualificação em 2016, refleti sobre os questionamentos feitos pela banca e reestruturou-se a metodologia, onde inseriu-se o processo de criação do Município de Caiambé. A questão da emancipação da Vila foi trabalhada durante os campos. A criação do Município de Caiambé foi inserido nas entrevistas e nas conversas informais realizadas em campo.

Obteve-se posicionamentos distintos entre os moradores; como moradores não expressarem opinião sobre a temática de emancipação de Caiambé. Porém, outros levantaram a bandeira em prol da emancipação municipal, tornando aquela microrregião “livre de Tefé” e, assim, andar sozinhos.

Encontrou-se moradores que falavam em emancipação como algo distante e difícil de ser alcançado. Estes relembavam os diversos políticos que já estiveram lá e falaram sobre

este assunto, que ficou somente nas especulações. Estes se manifestaram dizendo, “bom seria termos governantes destinados a olhar por nossas causas, tenho a certeza que as coisas seriam mais fáceis por aqui”.

Nas entrevistas alguns pronunciamentos fugiam do comum, como o de uma senhora em dizer “por tudo que a minha família já fez por esse povo, eu deveria ser a primeira prefeita deste local, é o mínimo que este povo deveria fazer por mim”.

Muitas foram as reclamações deferidas aos prefeitos, que só costumam aparecer lá em período de eleição. “É muito difícil ver o prefeito de Tefé, e as vezes impossível falar com eles”; nossas angústias e necessitadas são repassadas ao Cacau<sup>29</sup> nosso vereador, que nos ajuda e luta pela melhoria da Vila de Caiambé”.

É a percepção dos moradores de que a emancipação tornaria as coisas mais fáceis. Seriam criadas condições para que a infraestrutura e serviços melhorassem e que a prefeitura traria oportunidade de emprego para muitos setores, dinamizando a economia local. Essas modificações fariam a Vila, agora cidade, alcançar outro patamar de vida.

Portanto, ainda há moradores desinformados e que desconhecem a discussão de emancipação de Caiambé. No trabalho de campo não foi possível entrevistar e conversar com todos os moradores, sendo interessante repassar informações para quem não sabia da emancipação e para quem conhecia, saber qual era a opinião sobre Caiambé se tornar município. Mesmo os moradores que desconhecem sobre a emancipação da Vila são cientes de que os serviços de saúde e educação, principais questões citadas pelos entrevistados seriam trabalhadas da melhor forma possível. Os moradores de forma geral acreditam que “o Caiambé pior não ficaria” e pesam apenas em melhorias para a Vila.

### **3.1.1 Transporte: a mobilidade hidroviária**

A descrição da Vila de Caiambé no seu dia a dia só se tornou possível por meio dos trabalhos de campo realizados desde 2015. As primeiras observações foram se aguçando até o último campo realizado em 2017. As primeiras observações começam no porto de Tefé, sobre o tipo de transporte oferecido a Vila de Caiambé.

---

29 O senhor Juvenal Correa Lopes Filho, vereador e conhecido localmente pelo apelido de Cacau.



**Figura 49:** Porto das Lanchas Rápidas.

**Fonte:** Acervo NEPECAB; Autor: FERNANDES, Sthephano Mhae Alves. Junho de 2016.

Em outubro de 2015, quando foi realizado o primeiro campo na Vila de Caiambé, a mesma contava com duas lanchas<sup>30</sup> rápidas, exclusivas, que realizavam o trajeto Caiambé-Tefé / Tefé-Caiambé. Em novembro de 2016, a Vila contava agora com três lanchas rápidas ocasionando a disputa por passageiros. A prática da utilização de lancha rápida ou expresso na Amazônia acontece com muita frequência. Ribeiro (2015) descreve este modo de transporte fluvial utilizado entre as cidades de Tabatinga para Manaus, para assistirem partidas de futebol ocorridas na capital do Amazonas. A pesquisa de Ribeiro (2015) evidenciou a entrada de habitantes sul-americanos, utilizando este modo de transporte fluvial, por ser mais acessível que as passagens aéreas.

Retornando a temática sobre as lanchas rápidas entre Tefé e Caiambé, no ano de 2015, o preço da passagem de Tefé-Caiambé e vice-versa era de R\$ 15,00 (quinze reais), somando um total da passagem ida e volta de R\$ 30,00 (trinta reais). No ano de 2016, houve surpresa na cobrança de R\$ 20,00 (vinte reais) no mesmo trajeto, que ao final do campo somaria R\$ 40,00 (quarenta reais) nas passagens de ida e volta.

---

30 O dono da Lancha Dona Ruth é o senhor Juvenal, da lancha Gaivotinha é senhor Antônio e Rio Mamaia o senhor Moisés.

As lanchas<sup>31</sup> Dona Ruth e Gaivotinha cumprem o horário de saída da Vila de Caiambé às 05:40h (cinco horas e quarenta minutos) e retornam às 11:30h para a Vila; os horários são critérios para atender aos moradores locais.

As lanchas rápidas saem nestes horários, a fim de possibilitar aos moradores da Vila condições de chegarem cedo em bancos, casas lotéricas, correio, hospital e supermercados; estes são os principais locais frequentados pela população da Vila de Caiambé, de acordo com as pesquisas realizadas em Tefé e Caiambé.

A lancha Rio Mamiá, também saía de Caiambé no mesmo horário das outras duas lanchas, mas, voltava em horário diferente, pois, saía de Tefé com destino a Caiambé às 15:00 h (quinze horas) e foi uma das soluções para aumentar a concorrência.

O horário de saída da Vila é criterioso e quem perde as lanchas, tem a alternativa de esperar os barcos de linha que estão vindo de Manaus e passam por Caiambé entre 6:00 e 7:00 horas. Os barcos por trazerem mercadorias para os comerciantes, atracam no flutuante na beira do Rio Solimões. Assim, podem embarcar com segurança nos barcos de linha.

As três lanchas passaram a suprir além da demanda de passageiros por dia; o resultado foi a desistências de uma das lanchas na saída da Vila por não haver passageiros.

A solução criada para atrair passageiros pela lancha Dona Ruth, foi reduzir o preço da passagem de R\$ 20,00 (vinte reais) para R\$ 10,00 (dez reais); a lancha fazia suas viagens lotadas na sua capacidade máxima de 79 passageiros.

No mês de março de 2017 a lancha Rio Mamiá parou de oferecer seus serviços de transporte de passageiros para a Vila de Caiambé, ocasionando a volta da cobrança de preço de R\$ 20,00 (vinte reais) pelas outras duas lanchas.

---

31 Por motivo de segurança sempre prezamos em fazer o trajeto Tefé-Caiambé na Lancha Dona Ruth, por ser a maior lancha entre as outras duas. Não viajamos na Lancha Gaivotinha e nem na lancha Rio Mamiá.





**Figura 50:** Lancha Rio Mamia

**Fonte:** Acervo NEPECAB; Autor: FERNANDES, Sthephano Mhae Alves, novembro de 2016.



**Figura 51:** Lancha Gaivotinha.

O transporte fluvial passou por modificações no que concerne ao deslocamento em percursos maiores utilizando rabeta<sup>32</sup>, um dos requisitos para a interrupção foi o aumento do preço da gasolina nos últimos anos.

A utilização<sup>33</sup> dos motores rabetas Hp de 5.5, 8.0 e 13.00, os mais utilizados na vila, tem sido baixa por causa do preço da gasolina que alcança hoje R\$5,50 (cinco reais e cinquenta centavos) na Vila.

Os garis utilizam este meio de transporte pelo menos uma vez por mês. Se reúnem todos os meses e fazem uma cota para comprarem gasolina para irem a Tefé receber seus salários. O custo da viagem se torna menor quando comparado se fossem pagar, individualmente, nas lanchas. Preferem utilizar a viagem por meios próprios, utilizando uma canoa e o motor rabeta Hp 13.00 para se deslocar até Tefé.

O transporte com motor rabeta começou a ser menos utilizado neste trajeto Vila/sede municipal e tornando mais restrito para o deslocamento entre a Vila de Caiambé para outras comunidades, onde as lanchas rápidas e os barcos não passam. Os motores rabeta Hp 5.5, 8.0 e 13.00, para realizarem o trajeto Caiambé-Tefé leva em média de três a cinco horas, este tempo pode aumentar ou diminuir dependendo da quantidade de peso transportado.

32 Motor de popa, com variações de potência, forma de transporte utilizada por moradores ribeirinhos.

33 As viagens para Tefé continuam acontecem mais com menor frequência. As viagens de canoa são utilização para suprir necessidades de transporte de matérias não transportados nas lanchas pelo tamanho dos produtos. A figura 10 exalta o transporte de caixas d'água, alumínio, produtos grandes que só poderiam ser transportados no barco, que teriam que pagar sua passagem e o frete.



**Figura 52:** Transporte com motor rabeta.

**Fonte:** Acervo NEPECAB; Autor: FERNANDES, Stephano Mhae Alves, outubro de 2015.

Em viagens distantes alguns moradores preferem realizar a troca da gasolina pelo gás, “botija de gás utilizada na cozinha”, nos motores rabeta, segundo os moradores que utilizam esse meio, acreditam que o gás gaste menos que a gasolina e consiga atingir maiores distâncias.



**Figura 53:** Motor Rabeta Movido a Gás.

**Fonte:** Acervo NEPECAB; Autor: FERNANDES, Stephano Mhae Alves, novembro de 2016.

Em 2017 predominam duas formas de transporte mais utilizadas pelos moradores, pelas lanchas rápidas e barcos de linhas que saem de Tefé e passam pela Vila de Caiambé na ida e na volta.

As lanchas têm um diferencial primordial o “tempo” e levam em média uma hora e trinta minutos de percurso entre a vila e a sede municipal.

<b>Embarcação</b>	<b>Nome</b>	<b>Tempo de Viagem entre Tefé/Caiambé</b>
Navio-Motor	Monte Sinai	3 horas
Navio-Motor	Estrela de Davi	3 horas
Navio-Motor	Rei Davi	3 horas
Navio-Motor	Severino Ferreira	3 horas
Navio-Motor	Leão de Judá	3 horas
Lancha	Dona Ruth	1h:30min
Lancha	Gaivotinha	1h:20min

**Tabela 17:** Lista de embarcações da rede de transporte de Tefé que param na Vila de Caiambé.

**Fonte:** Trabalho de campo em 2016.

Os barcos: Monte Sinai, Estrela de Davi, Rei Davi, Severino Ferreira trafegam no Rio Solimões duas vezes na semana, levando e trazendo cargas e passageiros, realizando parada na Vila para desembargar na maioria das vezes cargas. Os barcos não entram no Lago de Caiambé.

Os barcos de linha têm como destino final a cidade de Manaus e Tefé; entre a ida e a volta levam em média três horas para se chegar em Caiambé ou em Tefé. Parte dos habitantes da vila usa esse tipo de transporte para levar produtos duráveis, impossíveis de se levar na lancha.





**Figura 54:** Barco Monte Sinai.

**Fonte:** Acervo NEPECAB; Autor: FERNANDES, Sthephano Mhae Alves, junho de 2016.

Os barcos que saem de Tefé por volta das dezoito horas oferecem o serviço de bordo, os passageiros têm o direito de jantar antes de desembarcar na Vila de Caiambé. Os barcos advindos de Manaus oferecem aos passageiros embarcados em Caiambé o café da manhã, tanto a janta como o café da manhã são cobranças incluídas na paisagem.

A passagem de descida do Rio Solimões custa o valor de R\$ 15,00 a 20,00 , segundo os proprietários por causa da janta oferecida, já a subida do Rio Solimões, ou seja, no trajeto Caiambé-Tefé o preço é de R\$ 10,00.

As vantagens de se utilizar os barcos são: alimentação e a comodidade de se poder atar sua rede e desfrutar da paisagem e das alternativas da área social, onde se encontra o lanche e assistir TV.

A vila possui um porto, mas, não tem a capacidade para ancoragem dos barcos de linha, que atracam geralmente em flutuantes comerciais; as lanchas também fazem uso deste espaço do porto, onde os habitantes embarcam e desembarcam de suas viagens.



**Figura 55:** Porto de Caiambé – Período da Cheia.

**Fonte:** Acervo NEPECAB; Autor: FERNANDES, Sthephano Mhae Alves, julho de 2016.

O porto é o intermédio entre o rio, a floresta e a cidade como lugar privilegiado dos enigmas da Amazônia transfigurados em enigmas do mundo a nos oferecer interrogações sobre origens e destinos. O rio, a floresta e a cidade têm no porto a fronteira entre o real e o imaginário, possibilitando-nos leituras múltiplas de ritmos de tempos diversos. A interpretação que podemos dar às pequenas cidades muitas vezes nos foge, pois buscamos parâmetros lógicos que nem sempre são capazes de explicá-las. Porém, apesar de todas as limitações que podemos ter, o importante é perceber desde a chegada que nessas pequenas cidades estão os mais preciosos arquivos culturais do mundo amazônico, os igapós simbólicos de nossa cultura, as raízes submersas da alma de um povo (OLIVEIRA, 2004, p. 02).

Os portos das cidades Amazônicas acabam sendo o cartão-postal; é a primeira vista da paisagem. Muitas das vezes a passagem dos flutuantes a beira de um rio e casas embrenhadas na floresta, escondidas e mostrando um cenário diferente, onde a cidade se configura como arte principal desta moldura, ficando ao fundo o azul do céu, as laterais a floresta mostrando seu verde e a frente sendo banhada pelo rio.

Chega-se às pequenas cidades amazônicas pelo rio quando o barco que navegamos se aproxima. Se for dia, antes víamos a torre da igreja e hoje a torre da telefônica, como sinal da modernização; se for noite, é o clarão da cidade a que se chega vagarosamente, sem pressa, com tempo para os aconteceres e para a concretização

do SER. Chega-se ao porto, quase sempre improvisado, em que tudo parece temporário e inacabado (OLIVEIRA, 2004, p. 02).

A estrutura do porto ainda falta alguns ajustes, por exemplo, definir um local adequado para ficar nos períodos de cheia e seca, fazer uma passarela dando total acesso ao porto, evitaria o uso de escadas na seca, acredita-se que estes dois fatores poderiam melhorar bastante a utilização do porto.



**Figura 56:** Porto de Caiambé – Período da Seca ou Vazante.

**Fonte:** Acervo NEPECAB; Autor: FERNANDES, Sthephano Mhae Alves, novembro de 2016.

Na figura 55 quando se compara com a figura 56 é possível notar a diferença da localização do porto de Caiambé por não ter uma estrutura metálica ligando o porto com a beira da Vila. A falta de estrutura é visível, mas, com planejamento de sua construção, poderia receber outro público.



Para entender a finalidade por que foi construído o flutuante, que atende em 2017 o Caiambé como porto, foi preciso realizar entrevistas com pessoas que estavam diretamente ligadas e envolvidas nessa discussão.

De acordo com o Secretário de Turismo, Comércio e Indústria – Christophan Aluíno de Souza Mota<sup>34</sup> em entrevista cedida (2017) para explicar a perda do flutuante que atendia as questões turísticas do município de Tefé, declarou que o flutuante foi uma doação feita pelo Governo Federal em 2013, destinado ao turismo em Tefé. Este flutuante foi entregue a Tefé pela Amazonastur que administra o turismo no Amazonas. O flutuante teve um custo de construção de R\$ 250,000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).

O flutuante chegou a Tefé na gestão do Prefeito Antenor Moreira Paz em (2013). O flutuante tinha como slogan “Centro Receptivo Fluvial de Tefé”, o qual funcionou até 2014. Em 2015 o prefeito de Tefé perde seu mandato e assumiu o segundo candidato mais votado. O prefeito em Tefé passou a ser Jucimar de Oliveira Veloso em 2015.

Com a conturbada troca política de prefeito do município, o Secretário de Turismo, Comércio e Indústria perde apoio do atual prefeito em administrar o flutuante e começa a enfrentar problemas por não haver segurança ou vigias para cuidarem do patrimônio do município. A falta de apoio político para manter as instalações do flutuante estavam sendo comprometidas, a estrutura estava passando por depredações e furtos dos objetos do flutuante.

Em 2015, o flutuante é realocado para a Vila de Caiambé. O mesmo passou a ser utilizado como Porto de Caiambé. A estrutura do flutuante possibilitou maior facilidade de ancoramento das lanchas rápidas e mais segurança aos passageiros na hora do embarque e desembarque. A estrutura metálica não dá total acesso do perímetro urbano ao porto, pois seus fins não eram de servir como porto, aí está a explicação de o flutuante não se adequar aos padrões de portos vistos nas cidades de Codajás, Coari e Manaus.

Acompanhar o ritmo de sazonalidade com a estrutura de formato de balsa do porto é difícil. De acordo com o ritmo que da água desce ou sob o porto é deslocado barranco acima ou barranco abaixo.

Com características que vão diferenciar a paisagem do porto é a facilidade ao acesso quando está cheio e quando está seco é preciso subir a escadaria, dificultando o acesso à Vila.

---

34 Christophan Aluíno de Souza Mota, também foi Secretário de Turismo, Comércio e Indústria, nos mandados dos prefeitos: Antenor Moreira Paz e Jucimar de Oliveira Veloso e atualmente, ou seja, em 2017 continua sendo o Secretário de Turismo, Comércio e Indústria de Tefé.

A vila conta com acesso pelo lago de Caiambé, utilizado por agricultores e pescadores, para guardam suas canoas, este lago também possibilita a saída para o Rio Solimões, tornando importante via de escoamento da produção advinda do lago.



**Figura 57:** Lago de Caiambé e Rio Solimões.

**Fonte:** Acervo NEPECAB; Autor: FERNANDES, Stephano Mhae Alves. Novembro de 2016.

A figura 54, imagens feitas embarcada do barco Monte Sinai ao passar pela vila, sendo o período de vazante, caracterizando um cenário de praias no decorrer do trajeto até chegar a Tefé. A figura 57, imagem tirada do alto da caixa d'água, ponto mais alta da Vila.

Portanto, a fluidez e dinâmica gerada pela rede de transporte hidroviária, faz com que a dinâmica urbana de Caiambé permaneça ativa em contato com Tefé e Manaus por meio dos barcos de linha e lanchas rápidas.



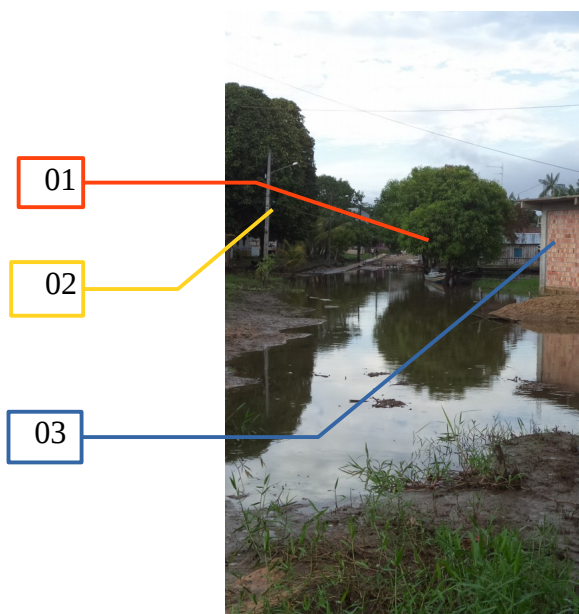
### 3.1.2 Acompanhamento do regime hidrológico da Vila de Caiambé

O acompanhamento do regime hidrológico na Vila aconteceu de 2015 a 2017 com o monitoramento fotográfico do Rio Solimões. Por não haver régua para medir o nível da água em Tefé ou Caiambé, utilizou-se a base dados da estação de convencional de Tefé e a base de dados do INEMET para identificar o período de seca e cheia.

Nascimento (2009), em sua dissertação faz um monitoramento a parti dados sobre condições atmosféricas, voltada para as cidades na calha do Rio Solimões.

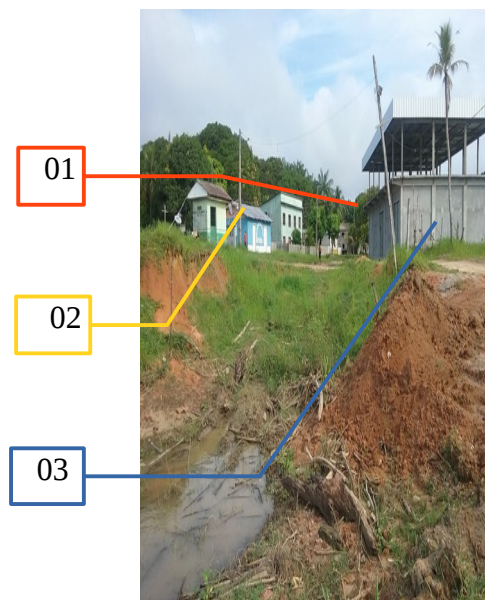
Esta pesquisa teve como objetivo caracterizar a circulação atmosférica dos principais fenômenos de tempo em cidades na calha do rio Solimões-Amazonas, no período de 1991 a 2007, analisados por meio de duas variáveis: precipitação pluvial e vento. As cidades selecionadas foram Benjamin Constant, Fonte Boa, Tefé, Coari, Codajás, Manaus, Itacoatiara e Parintins. Na tentativa de compreender se havia variações nas variáveis meteorológicas por conta do quantitativo populacional afetando as condições do tempo de cada cidade fez-se uma revisão bibliográfica dos principais sistemas precipitantes que atuam na região desde a circulação de grande escala, mesoescala e sinótica (NASCIMENTO, 2009, p.08).

As diferenças entre os períodos de anos relacionada com a cheia/seca na Vila é notável, mesmo localizada na beira do Rio Solimões, ainda sim tem impactos no seu território. Vejamos o mosaico da vazante.



**Figura 58:** Julho de 2015

**Fonte:** Acervo NEPECAB; Autor: FERNANDES, Sthephano Mhae Alves, Junho de 2015 – Junho de 2016.



**Figura 59:** Julho de 2016.

As figuras ilustram o mesmo lugar, mais, com distintas paisagens. As figuras expõem elementos com base de referência na demarcação do local, representados pelo número 01 – a mangueira, 02 – poste de energia, 03 – imóvel.

São comparações de períodos iguais de meses diferentes, mas, paisagens totalmente diferentes, caracterizando impacto na vida dos habitantes, seja na educação, pois, neste período de 2015 a creche municipal alagou, as plantações da várzea foram todas perdidas, causando prejuízo aos agricultores.

Pela excepcional cheia ocasionada em 2015 ocorreu o fenômeno de terras caídas<sup>35</sup> no período de vazante do Rio Solimões. O local de monitoramento fica situado em frente da Vila de Caiambé. O acompanhamento foi feito durante oito campos realizados na Vila. De acordo com Carvalho (2006), ao realizar o estudo sobre terras caídas no Amazonas, considera que:

Como resultado dessa pluralidade de interações, entre outras, tem-se a erosão lateral acelerada, famosa e temida na região pela sua intensidade, capacidade de transformação da paisagem e pelos transtornos que causa aos moradores ribeirinhos e risco à navegação. A essa erosão fluvial lateral dá-se o nome regional de “terras caídas” (CARVALHO, 2006, p.14).



**Figura 60:** Cheia de julho de 2015



**Figura 61:** Vazante de Julho de 2016.

**Fonte:** Acervo NEPECAB; Autor: FERNANDES, Stephano Mhae Alves, Junho de 2015 – Junho de 2016

O monitoramento de terras caídas foi estabelecido pela distância da cerca de madeira para se saber se aumentou o processo das terras caídas ou não. Este modelo de monitoramento

35 Terras caídas é uma terminologia regional amazônica utilizada para designar, indistintamente, escorregamento, deslizamento, desmoronamento e desabamento que acontece nas margens dos rios. Embora as terras caídas aconteçam em outros tipos de rios, o termo é mais utilizado para designar a erosão que acontece com mais frequência e intensidade nas margens dos rios de água branca, nos trechos em que os mesmos são margeados pela atual planície de inundação (CARVALHO, 2006, p. 14).

está embasado no estudo de monitoramento de Carvalho (2006), ao utilizar estacas de madeira para o monitoramento de terras caídas. No monitoramento desenvolvido em Caiambé, substituiu-se as estacas pela cerca de madeira da residência da senhora Leovigilda da Costa Lima. A cerca de madeira por ser um objeto fixo e próximo do barranco, presumiu-se ser uma demarcação ideal para o eventual estudo de terras caídas.

O estudo de Carvalho (2006) realizou uma amostragem de três localidades no período de monitoramento de 10 anos. Na vila de Caiambé realizou o monitoramento de oito campo, estando os mesmos distribuídos entre 2015 – 2017.

A medição da cerca para o barranco foi realizada somente no segundo campo em julho de 2016. Utilizou-se como instrumento para medir, uma fita métrica. Da cerca para o barranco estava medindo 5,21 m ao final do acompanhamento das terras caídas, o terreno apresentava como uma redução de 93 cm e a distância da cerca para o barranco 4,28 m.

Em 2017, quando foi realizado o último campo o terreno se encontra estabilizado. Em hipótese por ter diminuído pode ser a presença de cobertura vegetal protegendo das chuvas e impedindo a penetração e o lixiviamento do solo.

De acordo com Carvalho (2006) estabeleceu fatores para as possíveis causas das terras caídas no Amazonas, como: Hidrodinâmicos, Hidrostáticos, Climáticos, Litológicos, Neotectônicos, Antropogênicos. Todos os fatores apontados anteriormente por Carvalho (2006) podem propiciar as terras caídas no Amazonas.

A causa de terras caídas em Caiambé não foi possível identificar o fator responsável. Mas, foi possível observar *in loco* que este processo acontece com mais frequência no regime da seca ou vazante, quando há o fenômeno de terras caídas na Vila.

Neste período de seca-vazante é quando, também, há o acesso mais abundante do pescado pela fartura e pelo preço pago ser mais baixo. E passa a ser um dos principais produtos vendidos e comprados na Vila pela população. Os produtos industrializados são consumidos com mais frequência no período da cheia. No período de cheia o pescado se esconde em matas de igapós, sendo difícil o acesso e gerando aumento considerável do pescado na cheia, tornando, assim, os produtos industrializados mais baratos que o pescado.

### 3.1.3 A Cesta básica na Vila de Caiambé

A fluidez das relações campo-/cidade (MARINHO; RIBEIRO, 2009) está repercutindo no reordenamento dos hábitos alimentares urbanos, impactando nos costumes locais pela troca de produtos oriundos da agricultura familiar e da pesca por produtos industrializados (SCHOR *et al.*, 2014).

Apesar de o Brasil ser considerado um dos celeiros do mundo, o consumo de cereais vem diminuindo gradativamente, sendo substituído por outros alimentos menos saudáveis, pobres em fibras e ricos em gorduras, (...). Produtos industrializados, mais fáceis de comer e, em muitos casos mais baratos, entram em competição com a produção local de alimentos, modificando rapidamente os hábitos alimentares e culturais das regiões. A força econômica e política da agroindústria pautada na soja e no milho vem recriando uma “geopolítica da fome” na qual a fome é caracterizada como má alimentação do que no sentido clássico, de falta de alimento (SCHOR, 2009, p. 95).

O estudo sobre hábitos alimentares no Amazonas, de acordo com Schor *et al.* (2015), tem mostrado transformações no cotidiano dos lugares, sendo perceptíveis as mudanças nos padrões alimentares, consideradas como indicativos de mudanças sociais e ambientais complexas.

A passagem de uma dieta tradicional, fortemente baseada em produtos coletados, pescados, caçados, plantados ou mesmo adquiridos localmente para uma dieta de supermercado, isto é, oriunda da agroindústria regional, nacional ou mesmo internacional é um interessante indicativo do processo de modernização. A análise dessas mudanças permite entender processos diversificados tais como a urbanização e seus reflexos na organização social e no indivíduo, em especial no tocante à saúde e aos hábitos alimentares, aqui compreendidos não somente com o que se come mas também como se come e se adquire os alimentos (SCHOR *et al.*, 2015, p. 3).

O abastecimento na Amazônia deve ser estudado de forma que compreenda a demanda e a oferta de alimentos nas cidades. Assim, os diferentes tipos de alimentos industrializados inseridos nos supermercados e mercados, estará de acordo com o tipo de alimento vendido e consumido em Tefé e na Vila de Caiambé.

A conexão entre as cidades do Médio Solimões estão vinculadas sobre os rios que “condicionam a vida ribeirinha, funcionando como artérias que interligam cidades e as abastecem com produtos tanto da moderna indústria quanto com gêneros da Amazônia rural profunda” (SCHOR *et al.*, 2014, p. 152).

O ritmo com que esses alimentos industrializados são vendidos e consumidos pelas cidades na Amazônia está relacionado ao sistema hidrológico, o qual compreende a estrutura de rede urbana no abastecimento da produção industrial nas cidades.

A sazonalidade dos rios, alternando entre períodos de águas altas (cheias) e águas baixas (seca), produz espacialidades distintas no cenário amazônico. A constante circulação de pessoas e bens pelos rios é afetada diretamente por essa sazonalidade, presumindo, assim, que as populações que habitam as margens dos rios e que deles dependem para a execução de suas atividades diárias, busquem adapta-se a essas mudanças (SCHOR *et al.*, 2014, p. 152).

O formato da rede urbana no Médio Solimões leva em consideração a questão da sazonalidade dos rios e o abastecimento de produtos industrializados nas cidades e vilas, sendo que ao se considerar que o regime hidrológico do Rio Solimões é sazonal e que os hábitos alimentares e de compras variam conforme essa condição.

[...] a fartura na seca pela possibilidade de cultivo nas várzeas – de tomate, por exemplo – e, principalmente, pela abundância de peixes. Na cheia existe uma relativa escassez, pois a pesca torna-se difícil e, na impossibilidade das culturas de várzea, aumenta a importação de produtos de Manaus, ou até mesmo de outras regiões do país, para garantir o abastecimento local, o que onera os custos com alimentação na cidade por conta do transporte possível apenas por via fluvial (SCHOR *et al.*, 2014, p. 153).

Os produtos industrializados estão cada vez mais presentes na mesa dos ribeirinhos e de acordo com Schor *et al.* (2015), o frango e a salsicha de origem brasileira estão sendo encontrados nos mercados das Vilas.

Na Amazônia, em especial na Amazônia Ocidental, devido à localização geográfica e acessibilidade, esta realidade se reproduz de forma específica. Se, por um lado, a sociedade e a natureza ainda interagem, refletindo uma dinâmica local própria, por outro lado, o acesso a bens industrializados, principalmente alimentícios, encurta a distância e as diferenças regionais homogeneizando os hábitos alimentares, tal como é caso para o frango oriundo da agroindústria do sul do país que avança nos mercados consumidores (...) a preço mais barato que a produção local (SCHOR, 2009, p. 103).

A substituição de produtos locais tem ocasionado um número cada vez maior pela preferência de alimentos industrializados, refletindo nas condições de saúde, no aumento abrupto de doenças antes vistas somente nas regiões sul e sudeste do país. “A Amazônia, apesar da fartura de peixes e frutas tropicais, segue o padrão nacional e mundial de aumento



significativo da obesidade e das doenças relacionadas á alimentação inadequada como diabetes e a hipertensão” (SCHOR, 2009, p. 98)

O reflexo desta alimentação inadequada, ruim, presente hoje na mesa dos amazonenses é palco de pesquisa no texto sobre a “Cesta básica na ponta do lápis: práticas de pesquisa em Geografia”, escrita por Moraes, Tavares-Pinto, Schor no ano de 2016, põe em prática a coleta de dados sobre a Cesta Básica Regionalizada – CBR.



**Figura 62:** Itens da Cesta básica da Vila de Caiambé.

**Fonte:** Acervo NEPECAB; Autor: FERNANDES, Sthephano Mhae Alves. Junho de 2016.

As primeiras questões a serem respondidas são: aonde os moradores locais da Vila compram os alimentos? Os locais de hábito de compra? Estas perguntas vão orientar a base de compra na sede municipal e no distrito.

O hábito de compra dos habitantes da Vila está fortemente ligado a Tefé, voltado predominantemente à compra de verduras, frutas, carnes e itens CBR em supermercados, feiras e não em mercadinhos.

As verduras estão entre os principais itens comprados, que se pode destacar, tais como: tomate, cebola, batata, alho, cenoura. Estes itens são quase sempre comprados quando vêm para Tefé, por serem mais baratos.

Na Vila acontece a venda destes produtos citados anteriormente, mas, são mais caros. Como exemplo citamos o tomate que custa R\$ 10,00 o kg na Vila, enquanto que em Tefé varia de R\$ 4,00 a R\$ 7,00 reais.

Na Vila ainda se perpetua a compra de verduras por unidade. Por exemplo, uma cabeça de alho chega a custar R\$ 2,00. O certo seria que este produto fosse pesado, igualmente se faz nos supermercados em Tefé.

A Pesquisa Cidade – Vila, realizada na Vila de Caiambé aconteceu no mês de novembro de 2016, a qual seguiu padrões metodológicos de coleta de dados por meio de questionário.

A base de coleta de dados foi fundamentada de acordo com o total populacional da Vila de Caiambé de 1810 habitantes. Para a aplicação dos questionários e de acordo com dados do IBGE somente 5% do total populacional foi realizado na pesquisa.

Cada questionário seguiu um padrão de identificação sobre o entrevistado, por exemplo, (Ano\_mês\_dia\_hora\_minuto\_vila\_iniciais) – (2016\_11\_9\_08\_30\_Caiambé\_TM); foi preciso dois dias para a aplicação de 95 questionários; em média cada questionário preenchido durava entre 5 a 10 minutos.

O questionário contava com dezesseis perguntas de caráter investigativo, com a intenção de identificar a faixa etária, as principais atividades de: transporte entre a vila-cidade, local de domicílio na Vila, número de residentes por casa, frequência com que vai à cidade.

Todo questionário foi realizado com caneta marca-texto indicando a resposta correta, exemplo: faixa etária do entrevistado: (18-24) (25-29) (30-39) (40-49) (70+); cada questionário contava com este campo específico, “entendo que este questionário será utilizado para fins de pesquisa acadêmica coordenado pela Professora Tatiana Schor. Respondi por livre e espontânea vontade e sinto-me esclarecido sem prejuízo algum”, onde se colhia a rubrica do entrevistado e do entrevistador ao final de cada questionário.

Ao final, em todos os questionários foi feita a tabulação e sistematização dos dados que serão apresentados como dados de pesquisa *in loco* desta dissertação.

De acordo com a “Pesquisa Cidade – Vila”, realizada como parte das atividades de campo desta dissertação em 2017 no Caiambé, pode-se afirmar que todos os 95 entrevistados veem uma vez no mês em Tefé, seja de canoa, barco, lancha ajato, a procura pelos supermercados de Tefé.

As frequentes viagens identificadas por meio das entrevistas, culminam no item “Atividade desenvolvida na Cidade”, que mostrou que 60% dos entrevistados realizam compras de gênero alimentício.



Buscou-se identificar os principais supermercados<sup>36</sup> em Tefé, onde os moradores compram alimentos da CBR, e, assim, poder realizar a comparação de preços entre os mesmos para saber onde é mais barato.

De acordo com a metodologia proposta por Moraes et al. (2016), a coleta na cidade de Tefé sempre aconteceu no dia 10 de cada mês, com duração de seis meses.

Nº	Nome do Estabelecimento	Nº de funcionários	Ano de Instalação	Nº de Caixas	Forma de pagamento	Área bruta locável (m <sup>2</sup> )
01	Tefezão	15	2015	03	Cartão/dinheiro	600m <sup>2</sup>
02	M. Lima	30	2003	05	Cartão/dinheiro	596m <sup>2</sup>
03	M.C Tefé	33	2001	05	Cartão/dinheiro	1000m <sup>2</sup>
04	M. Victor	13	2009	04	Cartão/dinheiro	1000m <sup>2</sup>

**Tabela 18:** Super Mercados em Tefé.

**Fonte:** Fernandes, Sthephano Mhae Alves.

O cálculo de custo total foi estabelecido ao supermercado Tefezão por ter apresentado menor preço dos produtos I&B quando comparado com os outros estabelecimentos.

Item		Custo Parcial
I&B /Quantidades estimadas consumo mensal		83,26
In natura	Banana, Limão e Tomate	10,10
	Peixe	-
	Carne	22,30
Custo individual		115.66
Custo Total da CBR (família de 3 pessoas)		346.98

**Tabela 19:** Cálculo do custo total da CBR para a cidade de Tefé.

**Fonte:** FERNANDES, Sthephano Mhae Alves. 2015-2017.

Nesta análise sobre CBR vê-se que uma pessoa adulta gasta por mês em média R\$ 10,10 com banana, limão e tomate; R\$ 22,30 com carne e R\$ 83,26 com produtos industrializados e beneficiados. O total por mês de uma família foi R\$ 346,98, o que deveria representar 30% do seu salário mínimo (MORAES; et al.;2016).

36 A tabela de preços por supermercado pode ser visto em apêndice.

A maioria dos produtos *in natura* e I&B comercializados em Tefé-Vila de Caiambé vem da capital Manaus, a qual detém a centralidade que abrange os municípios da região norte, onde a oferta de produtos se intensifica na enchente, quando a produção local diminui (MORAES, 2014).

A coleta de dados foi realizada na Vila sempre no dia 10 de cada mês, no período da tarde, realizando acompanhamento de seis meses da CBR.

A coleta dos dados da CBR aconteceu entre os dois períodos extremos de sazonalidade hidrológica do rio Amazonas, durante o mês de junho quando o rio está cheio e no mês de novembro quando no rio começa o período de seca.

Os mercadinhos e mercearias da Vila foram escolhidos de acordo com o tamanho do espaço físico; nesses estabelecimentos comerciais foi possível realizar a coleta da maioria dos itens da CBR.

Os itens: pão, carne e peixe foram coletados, separadamente, por não serem vendidos nesses estabelecimentos citados anteriormente, estes produtos são comercializados em: padaria, açougue; o peixe é vendido em caixas de isopor na frente de algumas casas ou mesmo num carinho de mão na rua.

<b>Produto</b>	<b>U. M.</b>	<b>Mercearia Deus é Fiel</b>	<b>Mercadinho Juciele</b>	<b>J. C. Variedade</b>	<b>Mercearia Deus da Providência</b>	<b>Mercearia Miguel</b>
Açúcar	1 Kg	3,40	3,05	3,10	3,20	3,25
Arroz	1 Kg	3,70	3,50	3,25	3,80	3,70
Café em Pó	100g	2,90	2,05	2,35	2,30	2,45
Coloral	20g	0,95	1,00	1,00	1,00	1,00
Farinha	1 Kg	3,12	3,20	3,00	3,10	2,50
Feijão (Jalo)	1 Kg	11,20	12,75	12,20	12,67	12,50
Frango C.	1 Kg	6,80	6,30	6,66	6,50	6,70
Leite em Pó	120g	7,70	7,30	7,50	7,60	7,10
Macarrão	500g	2,60	2,50	2,30	2,70	2,50
Manteiga	250g	13	11,30	8,67	9,30	-
Margarina	250g	2,40	2,10	2,00	2,30	2,10
Óleo de Soja	900ml	5,00	4,90	5,00	5,00	5,10
Ovos	dúzia	6,06	6,40	5,70	6,10	6,40
Pim. Do	100g	4,80	5,40	4,80	5,80	5,20

Reino						
Sal	1 Kg	1,00	1,00	1,00	1,10	1,10
Vinagre	500ml	2,12	2,00	2,00	2,20	2,10
Total de itens Industrializados e Beneficiados - I&B		76,75	74,75	70,53	74,67	63,70
Outros Itens CBR na Vila						
Pão Francês	1 Kg	Os pães são vendidos em padarias a 6,50				
Fruta (banana)	1 Kg	5,00	-	-	-	-
Verdura (tomate)	1 Kg	10,00	9,60	9,60	10	10
Limão	1 Kg	2,44	2,44	2,44	2,44	2,44
A Vila possui um açougue						
Carne/Cochão Mole	1 Kg	21,00				
Carne/Cochão Duro	1 Kg	20,00				
Carne/Patinho	1 Kg	21				
Carne com Osso	1 Kg	14				
Carne sem Osso	1 Kg	24				

**Tabela 20:** Mercadinho e Mercearia na Vila de Caiambé.

**Fonte:** FERNANDES, Sthephano Mhae Alves. 2015-2017.

OBS: Café em Pó, foi encontrado somente de 100g, por este motivo foi substituído na tabela de 250 por 100g.

A manteiga, foi encontrado somente de 200g, por este motivo foi substituído na tabela de 500 por 200g

O colorau, foi encontrado somente de 20g, por este motivo foi substituído na tabela de 100 por 20g.

O leite em pó, foi encontrado somente de 120g, por este motivo foi substituído na tabela de 400 por 120g.

Item		Custo Parcial
I&B /Quantidades estimadas consumo mensal		70,53
In natura	Banana, Limão e Tomate	5,80
	Peixe	12,50
	Carne	20,00

Custo individual	108.83
Custo Total da CBR (família de 3 pessoas)	326,49

**Tabela 21:** Cálculo do custo total da CBR para Vila de Caiambé.

**Fonte:** Sthephano Mhae Alves. 2015-2017.

A CBR da Vila apresentou menor índice de preço quando comparado com a sede municipal, por alguns produtos não serem achados conforme a unidade de medida proposta por Moraes et al. (2016); o café em pó, manteiga, colorau, leite em pó sofreram alteração de peso. Outro destaque é a farinha que é comercializada mais barata na vila.

Encontra-se semelhanças de preço entre produtos entre Tefé-Vila de Caiambé, porque a Vila cada vez menos depende do setor de comércio da sede municipal; os comércios maiores encomendam toda produção de Manaus; está mudança acaba refletindo no preço dos produtos.

Portanto, a pesquisa do levantamento de dados correspondente a CBR aconteceu mensalmente nas duas localidades; neste espaço se agradece a colaboração dos responsáveis pelos estabelecimentos em ajudar, principalmente na Vila, onde os comércio são menores e se teve mais atenção que os demais.

### **3.2 A Invisibilidade da estrutura econômica da Vila de Caiambé**

#### **3.2.1 Comércio em terra firme**

O levantamento de estabelecimentos comerciais em terra e água foi importante para se ter a proporção do quantitativo de mercearias, mercadinhos e tabernas. A taberna figura marcante e arraigada na cultura amazonense começa a desaparecer na Vila com o crescimento de mercearias e mercadinhos, onde as características são do cliente em ter contato direto com o objeto, sendo totalmente inverso com as tabernas, onde o cliente pede o produto e o dono pega e entrega ao cliente. Entre os 31 estabelecimentos comerciais apenas 2 são tabernas.

As tabernas têm outra característica que lhes fazem ser únicas; seus pequenos espaços dão a impressão de suas prateleiras estarem sempre cheias ou “surtidas” e expressam que é utilizada localmente. Assim, as tabernas podem ser reconhecidas pelo tamanho e pela prática de venda onde o cliente não tem acesso ao produto.

No campo realizado em 2015 notou-se o grande número de mercearias e mercadinhos presentes na Vila. A maioria estava localizada no centro urbano. A falta de estudos urbanos fez

com que fosse necessário realizar a contagem de estabelecimentos comerciais na Vila de Caiambé.

Abaixo segue a distribuição de todos os estabelecimentos catalogado por seu logradouro, demonstrando o quantitativo de cada uma das ruas; o levantamento foi realizado em julho de 2016.

<b>Comércios na Vila de Caiambé – Terra</b>		
Nº	Nome da Rua	Quantidade de Comércios
01	Rua Henrique Lima	09
02	Gilberto Mestrinho	06
03	São Sebastião	06
04	Plínio Coelho	02
05	Léo Lima	01
06	João dos Santos	02
07	José Correa	01
<b>Comércios na Vila de Caiambé – na Beira do rio</b>		
01	Posto Tello Conveniência	01
02	Flutuante da Farinha – H.P.M	01
03	Flutuante do Meroca	01
04	Frigorifico	01

**Tabela 22:** Comércios na Vila de Caiambé.

**Fonte:** Pesquisa de Campo realizada em 15/07/2016.

Os estabelecimentos em terra firme somam 27 e estão distribuídos por sete logradouros, onde a maioria fica localizada na área central da Vila e correspondem a 21 estabelecimentos.

### **3.2.2 Comércio na beira de Caiambé**

O Posto Tello e Conveniência está localizado na beira do rio em frente à Vila e oferece a venda de produtos alimentícios industrializados, produtos de limpeza e materiais de trabalho e, além destes produtos, oferece a população local e da microrregião a venda de gasolina e gás de cozinha.



**Figura 63:** Conveniência e Posto Tello.

**Fonte:** Acervo NEPECAB; Autor: FERNANDES, Sthephano Mhae Alves, Junho de 2016.

Outro aspecto também observado é o uso de caixa; todos os produtos são cadastrados a partir de seu código de barra, possibilitando o uso de caixa, sendo possível o recebimento de nota fiscal de compra.

No posto de gasolina, o objetivo principal era realizar o levantamento sobre o preço da gasolina durante o período em que estão na Vila de Caiambé. O posto encontra-se em vigência desde 06/12/2012 e nesta data ocorreram variações de preços; a tabela abaixo mostra ano e preço da gasolina.

Ano	2012	2013	2014	2015	2016
R\$	3,65	3,75	3,95	4,05 – 4,45	4,55

**Tabela 23:** Preços da gasolina vendida pelo Posto Tello em Caiambé.

**Fonte:** Pesquisa de Campo realizada em 15/07/2016.

O posto de gasolina presente na Vila faz parte de uma rede de postos da bandeira Equador, em que o administrador local reside na cidade de Tefé, onde tem outros postos em terra e no rio.

A venda de gás no Posto Tello começou em 2013. Segundo o proprietário Maurílio (2017), neste período ainda não usavam o sistema SIC (sistema computacional), o preço das cargas de gás eram todos anotados em livros caixas.

Os livros caixas tornaram se obsoletos e foram substituídos pelo sistema SIC. O sistema SIC tem a capacidade de guardar informações no seu banco de dados facilitando ver as projeções de preço de produtos.

O recorte temporal entre os anos 2015, 2016, 2017. Pode-se estabelecer a média de preço do gás vendido na Vila. Entre os anos de 2013, 2014 não foi possível estabelecer estes dados na tabela de preço por não terem mais os livros caixas.

#### Preço do Gás de Cozinha na Vila de Caiambé

Ano	2015	2016	2017
Gás de cozinha=R\$	5 kg= R\$ 29	5 kg= R\$ 29	5 kg= R\$ 37
	8 kg= R\$ 43	8 kg= R\$ 43	8 kg= R\$ 48
	13 kg= R\$ 61	13 kg= R\$ 61	13 kg= R\$ 68

**Tabela 24:** Preços do Gás de Cozinha na Vila de Caiambé, vendido pelo Posto Tello em Caiambé.

**Fonte:** Pesquisa de Campo realizada em 15/07/2016.

Por fim, o Posto Tello Conveniência não tem concorrência de venda de produtos na beira de Caiambé. O Posto Tello Conveniência é o único comércio na vila a utilizar meios técnicos para cadastrar e vender seus produtos. Em uma avaliação geral, o Posto Tello Conveniência é o comércio melhor estruturado e é o único com funcionários contratados e trabalhando de carteira assinada.

O investimento no ramo comercial por empresários de Tefé é um fator diferencial ao notarem que a Vila tem demandas de compras e de venda de produtos extrativistas. Toda a diversidade de serviços e atividades produtivas. Faz com que este espaço, aos poucos, se torne cada vez mais importante para Microrregião do Caiambé.

Todos os serviços e atividades produtivas instalados na Vila são importantes para constatar a importância que a Vila têm para os moradores locais e para os que vivem ao entorno dela. E uma das principais pretensões que surge nas entrevistas é a emancipação de Caiambé. A criação do Município de Caiambé possibilitaria melhores condições de vida.



### 3.3 Processo de criação do Município de Caiambé

A Vila de Caiambé, já teve um projeto de se emancipar e tornar-se município. A criação do município possibilitaria maior dinâmica urbana na sede municipal de Caiambé e possibilitaria mais atenção com as comunidades da Microrregião do Caiambé.



**Figura 64**<sup>37</sup>: Visita técnica da Comissão de Assuntos Municipais da Assembleia Legislativa do Amazonas.  
*Fonte: Acessória do Deputado Tony Medeiros, 09/06/2014.*

O processo de criação do Município de Caiambé não passou de especulações políticas. A tentativa da Vila passar a ser município realmente aconteceu e chegou até a Câmara de Deputados na Capital Manaus com os ex-deputado Tony Medeiros. Uma reunião feita pelo ex-deputado Tony Medeiros, ainda quando ainda era o presidente da Comissão de Assuntos Municipais da Assembleia Legislativa do Amazonas, aconteceu em Tefé em 2014.

A pauta da visita técnica foi sobre a criação do Município de Caiambé. Acredita-se que essa reunião serviu somente como manobra política na tentativa de admissão de votos na Vila. Mas, nem por isso desdenhou desta tentativa frustrada, porque se sabe que este foi o *start* para pensar a Vila que já desempenha funções de pequena cidade e de um dia se tornar município.

A Vila ao passar a ser município criaria mais características urbanas voltadas para a estrutura econômica, haveria recursos destinados a infraestrutura, a saúde, a educação, ao

---

37 No momento da captura da imagem o ex-deputado Tony Medeiros está discursando e ao seu esquerdo está o senhor José Ribamar de Oliveira conhecido localmente como “Leopoldo”. Do lado direito está o Vereador Juvenal Correa Lopes Filho conhecido localmente como “Cacau” e ao lado do Vereador está a senhora Leovigilda da Costa Lima, herdeira das terras do Caiambé.

meio ambiente. As melhorias na forma urbana possibilitariam, significativamente em melhorias a população local e aumentaria as possibilidades de atendimento mais qualificado aos seus habitantes, lhes possibilitando melhores condições de atendimento das comunidades da microrregião. Mas, é claro que em 2017 estas questões levantadas são apenas hipóteses construídas na observação da paisagem após as entrevistas e questionários aplicados na Vila de Caiambé.

De acordo com o estudo de Azevedo (1992), a região norte foi a única entre as outras regiões que não criou nenhum município em seu território. Enquanto que nas outras regiões do Brasil foram criados novos municípios.

Chegou-se a uma visão simples da não criação de municípios na região norte na década de 80. O processo de criação de municípios no Brasil foi proibido na década de 80. Porém, a Constituição do Brasil na mesma década cria critérios a serem estabelecidos para pode criar municípios. As regiões melhor desenvolvidas economicamente, com maior interesse em aumentar a expansão urbanas de seus territórios viabiliza e obedece aos critérios de viabilidade econômica, mapa mostrando as demarcações geográficas do território do possível município, a definição da população e o plebiscito.

Assim, os pré-requisitos atendidos da Constituição Federal da década de 80 estavam criados os novos municípios. A discussão realizada no primeiro capítulo condiz com a criação de novos municípios em todas as regiões do Brasil, menos a região Norte.

A criação de novos municípios no Brasil leva a consequência de uma visão preconceituosa, do olhar pejorativo, principalmente, pelos escândalos envolvendo a política em todo o território nacional em 2017. Ambos campos, sejam na política, na universidade, nos partidos de esquerda, associam esta nova criação de municípios no Brasil como mais prefeito ladrão, vereadores e daí por diante, e criando uma descrença na política.

Se for mantido este pensamento consolidado de que os nossos governantes não servem para o cargo, tem-se a oportunidade em nossas mãos para fazer diferente nos próximos quatro anos seguintes. Tem-se que pensar como os serviços públicos chegam até nossos municípios? Qual localidade o serviço público chega com mais facilidade? Essas perguntas norteiam essa discussão por apontar que as localidades que já são municípios e possuem em seus territórios uma Prefeitura, Câmara de Vereadores. E por mais ladinos que sejam os representantes que o próprio povo elegeu, tem oportunidade de corrigir.

Os serviços mesmo que precários chegam e se instalam, como cartório, banco, telefonia, polícia, entre outros. E nas localidades isoladas, exemplo das vilas no Amazonas, que mesmo apresentando uma estrutura urbana e dinâmica de comércio, estes serviços citados anteriormente não chegam e quando chegam são precários por não serem município.

A extensão dos serviços públicos chega com facilidade nas localidades que já são município. O grande problema é fazer com que a população entenda que a criação de novos municípios irá gerar melhores condições de vida para si próprios. A população ao adquirir este pensamento crítico de escolha de seus representantes e gerando uma população participativa na construção de sua formação social, sendo a formação social a consciência do produto da realidade vivenciada;, este exercício materialista de escolha de seus representantes se perpetuará até o fim de suas vidas.

Neste processo de conhecimento social e político apareceram políticos inescrupulosos que não ajudaram em nada no processo de formação da estrutura municipal. Todavia, até estes acontecimentos são inevitáveis, não há como construir um escudo que posso proteger o meio contra a impureza do mundo político. Estes acontecimentos serão faces do conhecimento social vivenciado com o tempo.

Se analisar o quantitativo de municípios distribuídos pelo território brasileiro, chegar-se aos estados que resolveram seus problemas de divisão política de seus respectivos problemas e que agora usufruem de uma estrutura econômica consolidada. O Estado de Minas Gerais possui a maior quantitativo de 853 municípios e em segundo lugar está o Estado de São Paulo com 645 municípios, segundo o censo de (2010).

Sendo criteriosos na análise referente ao quantitativo de habitantes proposto pelo Congresso Nacional (2015), alguns municípios destes Estados citados anteriormente deixariam de existir por não alcançar a cota mínima de 5.000 habitantes. No censo de 2010 realizado pelo IBGE, os Estados de Minas Gerais e São Paulo apresentam municípios abaixo do quantitativo proposto pelo Congresso Nacional (2015).

O município Borá do Estado de São Paulo apresentou o total da população em 2010 de 805 habitantes. O município de Cedro do Abaeté pertencente ao Estado de Minas Gerais em 2010 tinha a população de 1.212 habitantes em sua sede municipal. Estes são apenas dois casos entre tantos municípios que não chegam ter 5.000 habitantes em suas sedes municipais.

Estes municípios citados anteriormente tem a população inferior quando comparados com as Vilas do Amazonas. A Vila de Feijoal tinha em 2010 a população total de 1.069

habitantes e pertence ao município de Benjamin Constant. A Vila de Copatana tinha 1.001 habitantes, localizada no território do município de Jutai. A Vila de Jui com o total de 1.078 habitantes, localizada no município de Santo Antônio do Içá. A Vila de Campo Alegre com o total de 1.686 habitantes, pertencente ao território do município de São Paulo de Olivença. A Vila de Caiambé com o total de 1.810 habitantes, distrito do município de Tefé. A Vila de Belém com 1.846 habitantes, pertencente ao território de Tabatinga. E a Vila de São Francisco de Tonantins com 1.968 habitantes, pertencente ao território do município de Tonantins. Todos os dados populacionais são do censo de 2010 realizado pelo IBGE.

A representação quantitativa das Vilas é para mostrar que as vilas se assemelham a muitos municípios brasileiros quando comparados a população. Mas, a questão que faz as Vilas serem importantes não é o número de habitantes, mas, o papel que elas desempenham e exercem na microrregião de seus territórios e a forma com que conseguem estar conectados com a rede urbana. Estes fatores quando articulados em uma microrregião como a de Caiambé, fazem esta localidade ter funções de pequena cidade.

Portanto, todas as Vilas citadas fazem referência de ter a população acima dos mil habitantes em seus espaços geográficos. Esta comparação realizada é para mostrar que mesmo os municípios sendo pequenos e até apresentando menor número populacional, quando comparados com as Vilas no Amazonas, recebem os serviços públicos por serem municípios. E são incluídos nos repasses de verbas proporcionada pelo Estado e do Governo Federal.

### **3.3.1 Finanças públicas municipais**

As finanças públicas municipais em grande maioria são reféns de repasses orçamentários feitos pelo Governo Estadual e Federal, que utilizam para minimizar suas demandas orçamentarias baixas, com relação as cidades localizadas no Rio Solimões (TAVARES-PINTO, 2015).

O repasse realizado configura importante fonte de receita para os municípios, ao serem aplicados em pagar demandas geradas da educação, saúde, princípios básicos que veem melhorando a forma de vida nas cidades do Amazonas (RODRIGUES; SANTANA, 2015).

Segundo Tavares-Pinto,

Desde a década de 1980, o governo federal descentralizou o orçamento, atribuindo responsabilidade aos municípios principalmente no que tange a gestão da educação e saúde. Porém, em muitas cidades brasileiras os recursos advindos da esfera federal significa muito mais que descentralização, pois constituem a maior parte da receita orçamentaria municipal (TAVARES-PINTO, 2015, p.59).

Nesse movimento de reformas orçamentarias, os municípios tornam-se mais fortes financeiramente por meio do uso de recursos federais, ocasionando uma dinâmica maior, impactando na organização das cidades ao ponto de se analisar a capacidade e limitações desenvolvidas pelas cidades (TAVARES-PINTO, 2015).

As discussões, porém, a respeito das finanças públicas dos municípios da Amazônia brasileira apresentam-se incipientes e pouco são os esforços empreendidos na compreensão dessa temática, principalmente aquelas distantes das metrópoles Manaus e Belém (TAVARES-PINTO, 2015, p.59).

Na Amazônia, grande parte das cidades necessitam das transferências financeiras externas por não produzirem finanças internas e tornando as sedes municipais dependentes dos recursos Estaduais e Federais para poder fechar o seu orçamento municipal. Segundo Tavares-Pinto (2015), apenas a capital Manaus e Coari são capazes de gerar seus próprios orçamentos, ficando por conta da extração do gasoduto em Coari, e a Zona Franca em Manaus, sendo os responsáveis por quase todo ICMS arrecadado no Estado.

O crescimento é desigualizado porque municípios que crescem podem passar para a faixa subsequente de população, prevista no marco legal e utilizada para distribuir o recurso. Uma vez que em cada faixa superior de população o valor per capita recebido dessa transferência é menor, municípios que crescem acabam sendo prejudicados. Além disso, o FPM parte do pressuposto de que municípios menores serão também os que mais necessitam recursos, mas esses não têm necessariamente uma elevada proporção da população em situação de extrema pobreza, e não apresentam PIB per capita sempre pequeno. Pelo contrário, alguns municípios pequenos têm menores necessidades fiscais associadas ao nível de pobreza, assim como possuem capacidade fiscal elevada, associada a um PIB per capita alto. Assim, beneficiando esses municípios a transferência contribui para inegalizar esses itens, ou seja, beneficiar municípios com maior PIB per capita, menor proporção da população em extrema pobreza e menor crescimento populacional (BAIÃO *et al.*, 2014, p. 12).

Outro fator preponderante a ser mencionado é a participação da receita tributária sobre a receita orçamentaria municipal, na capacidade de gerar receita por meio de seus próprios recursos financeiros internos.

A capacidade de gerar receita própria é formada principalmente pelo IPTU e ISS, ou seja, a quantidade e área construída de imóveis urbanos e atividades de prestação de serviços. No caso das cidades do Amazonas, são poucas as que coletam o IPTU e

mesmo nesse caso é coletado em um percentual pequeno dos imóveis (TAVARES-PINTO, 2015, p.62).

Estas são as receitas tributárias mais utilizadas para geração de recursos internos de um município, podendo ser caracterizadas como receitas próprias arrecadadas com imposto ao recebimento do ISS e o IPTU, os quais, por sua vez, estão diretamente relacionados ao porte do município (PINHEIRO, 2009).

A participação do repasse estadual de ICMS sobre a receita orçamentária municipal, está ligado diretamente ao dinamismo econômico, pois, quanto maior for a arrecadação com ICMS, logo maior será a geração de valor agregado no município.

À medida em que o aumento de municípios e da população, afeta o recebimento dos recursos do FPM pelos demais municípios, em termos específicos, procura-se responder a magnitude dos recursos do FPM a serem absorvidos pelos novos municípios, sendo papel do Estado realizar a sistemática de distribuição de renda.

Mas, de acordo com Gasparini; Miranda (2006), devem ser seguido alguns critérios de organização para o repasse financeiro para que possam acontecer de maneira correta, incluindo órgãos envolvidos desde o recebimento até fiscalização.

<b>Órgão responsável</b>	<b>Atribuição</b>
Tribunal de Contas da União (TCU)	Efetua anualmente o cálculo das cotas referentes ao FPM, fixa os coeficientes individuais de participação de cada município, fiscaliza a entrega dos recursos, acompanha, junto aos órgãos competentes da União, a classificação das receitas que dão origem ao fundo e estabelece, em sua área de competência, as normas e instruções necessárias.
Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	Divulga o valor total a ser transferido ao FPM e cria, em sua área de competência, as normas e instruções necessárias.
Banco do Brasil (BB)	Operacionaliza a distribuição da cota do FPM a que cada município tem direito.
Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)	Faz anualmente o levantamento do número de habitantes de cada município, apura a renda per capita dos municípios e os informa ao TCU.

**Tabela 25:** Órgãos envolvidos com o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e respectivas funções.

**Fonte:** GASPARINI; MIRANDA (2006).

Uma vez estabelecidos os coeficientes individuais pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e informado o valor total a ser transferido pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o Banco do Brasil (BB) faz a distribuição do valor da cota do FPM que cada município tem direito. Para tal, a União observará os seguintes prazos (Lei Complementar n o 62/1989, artigo 4º):

I – Recursos arrecadados do primeiro ao décimo dia de cada mês – até o vigésimo dia;  
II – Recursos arrecadados do décimo primeiro ao vigésimo dia de cada mês – até o trigésimo dia; III – Recursos arrecadados do vigésimo primeiro dia ao final de cada mês – até o décimo dia do mês subsequente (GASPARINI; MIRANDA, 2006).

No entanto, os recursos repassados para os municípios faz com que eles possam traçar suas metas de construção do território. Os recursos Estadual e Federal possibilitam meios para melhorar as condições no perímetro urbano ou rural. Sem dúvida, o apoio financeiro dessas duas esferas consolida meios para que esses novos municípios possam melhorar seus serviços públicos já existentes.

Portanto, os recursos destinados aos municípios possibilita melhores condições de vida para população. Neste caso, com a criação do município de Caiambé, passaria a receber recursos do Governo Federal e utilizados na infraestrutura que se expande até MC. Assim, Caiambé passaria a desempenhar literalmente as funções de um município.



#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partiu-se da concepção de que desenvolver pesquisas na região Amazônica é intrinsecamente difícil. O transporte entre muitos lugares é restrito ao transporte de barcos, lanchas e motores rabetas. Nem as dificuldades nem a distância foram obstáculos para a execução dessa pesquisa.

Contextualizar cientificamente um lugar no contexto urbano da Amazônia é tarefa desafiadora. Construir a identidade de uma cidade ou de uma Vila é tarefa ainda maior. Ao final da pesquisa, a Vila de Caiambé encontra-se como a principal localidade depois de Tefé, ao possibilitar que as comunidades pertencentes a Microrregião do Caiambé tenham acesso a serviços e venda e compra na atividade de produção rural e extrativista.

O estudo desenvolvido na Vila não deixa de ser complexo por abordar vários parâmetros dinâmicos. Por se tratar de uma Vila pouco conhecida para a comunidade acadêmica e amazônica, procurou-se apresentar vários elementos, entre eles: o histórico, urbano, social, econômico. Assim, a Vila será vista por todos os prismas.

Neste universo de dinâmicas urbanas e redes consolidadas, com o tempo contextualizou-se a inserção de uma Vila na rede urbana local e regional. Realizar objetivos propostos a entender a funcionalidade da Vila de Caiambé foi primordial para que as comunidades presentes ao seu entorno pudessem aparecer como constituidora do que se convencionou em chamar de Microrregião do Caiambé – MC.

Pouco ainda se sabe sobre a MC e da Vila de Caiambé. Este é o primeiro estudo voltado as questões urbanas da Vila e a estruturação da MC. As comunidades devido à falta de estudos monográficos são invisíveis para muitas pessoas e as políticas públicas. O papel desta dissertação foi o de tentar tornar visível esta dinâmica e, quiçá, colocar a Vila de Caiambé à Microrregião do Caiambé em outra perspectiva.

Existem diversos estudos sobre a cidade de Tefé. O Centro de Estudos Superiores de Tefé (UEA), tem realizado pesquisas no território de Tefé e até fora dos limites municipais. Mas, poucos são direcionados as comunidades. Os trabalhos de conclusão de curso de geografia, quase sempre estão voltados aos estudos das questões do espaço urbano da cidade de Tefé. Um dos principais problemas já citados é a logística e a falta de apoio financeiro para o desenvolvimento de trabalho de campo, peça fundamental na descrição e coleta de dados *in loco*.

A pesquisa da Vila de Caiambé foi uma oportunidade de se compreender como a Vila se relaciona com as comunidades e constituem a Microrregião do Caiambé e também de despertar futuras pesquisas voltadas ao estudo das comunidades parte importante para adequação metodológica desta pesquisa.

As descobertas, proporcionadas por oito campos, foram as melhores possíveis. Porém, no campo do estudo das cidades ou das Vilas na Amazônia pouco ainda se sabe. Conhecer com propriedade mesmo que seja uma Vila demanda mais estudos. Por ser um lugar novo de estudo da rede urbana, longe se está de definir qual melhor classificação representará a Vila de Caiambé. Sabe-se, entretanto, que em 2017 a Vila tem papel primordial para a existência da Microrregião do Caiambé e assumindo a centralidade das demandas de serviços e atividades produtivas no Médio Solimões.

Neste imenso território Amazônico é possível haver outras Vilas ou Comunidades desenvolvendo múltiplas relações urbanas com centros maiores e se destacando por sua funcionalidade na rede urbana. E mensura-se estes pequenos embriões em formação urbana ou rural, pertencentes a uma estrutura maior a qual estão inseridos.

Mostrar que a Vila juntamente a MC em 2017 fazem parte da rede urbana no Médio Solimões é importante. Fundamenta-se nas relações entre a Vila – Comunidades, Vila – (cidade), Vila – (metrópole), ao consumir produtos e serviços e suprir esta rede com atividades produtivas, farinha, pesca, castanha e açaí, complexificando a rede urbana e o entendimento da mesma.

Aos estudos sobre o urbano e o rural na Vila, ambos são encontrados. O urbano apresentado como melhores condições de transporte entre a Vila-Tefé pelas lanchas rápidas. A telefonia e a internet possibilitando conexão em rede virtual, facilitando a venda da produção local e a compra de produtos de Tefé e da capital Manaus.

O rural, produzindo umas das principais fontes de renda e segurança alimentar da Vila e das Comunidades a “farinha de mandioca”. Então, pode-se encontrar na Vila recortes urbanos e também rurais. A área central da Vila é totalmente configurada ao urbano, ao ponto de se encontrar: arruamento, escolas, posto de saúde, comércios, igreja, abastecimento de água e energia elétrica, pousadas.

Nas residências mais abastadas do centro, se preza ter um quintal com árvores frutíferas e a criação de animais de pequeno porte no caso o frango caipira. No centro as casas muitas vezes são próximas umas das outras, não havendo a presença de quintal.

Nesse contexto de modificação do espaço urbano da Vila, estão presentes a educação e a saúde. A educação na Vila é o diferencial que faz Caiambé ser a centralidade por ter a única escola estadual fora do perímetro urbano da sede municipal.

As comunidades da MC são atendidas com escola municipal de nível fundamental. O ensino médio somente é oferecido na Vila de Caiambé ou em Tefé pela SEDUC. Outro fator centralizador da Vila é a saúde. O posto de saúde sempre conta com um médico e enfermeiro que são rotativos. Além destes profissionais, há técnicos de enfermagem e assistentes de saúde. Toda esta equipe atende os habitantes da Vila e da MC. A listagem das localidades da MC que compõe o prontuário do posto é um reflexo desta centralidade.

Todos os aspectos citados nesta dissertação, possibilitam conhecer um pouco a Vila de Caiambé e entender a analisar do porquê de sua criação, acontecimentos históricos do local, e ações sociais que fazem a MC de ser única.

Enfim, essa dissertação tenta evidenciar e indicar a importância de estudos voltados as Vilas e estruturas urbanas na Amazônia. As Vilas têm dinâmicas urbanas tão importantes e desenvolvidas como as cidades pequenas. E pelas Vilas também é possível compreender a urbanização contemporânea na Amazônia na sua complexidade.

## REFERÊNCIAS:

- ALBUQUERQUE, P. Manuel R. e. *Tefé e os missionários Espiritanos*. Tipografia da Prefeitura Apostólica, 1942.
- AZEVEDO, Aroldo de. *Vilas e cidades do Brasil Colonial*. Terra Livre – AGB, São Paulo, p. 23-78, 1992.
- ARAÚJO, Renata Malcher de. *As cidades da Amazônia no século XVIII–Belém, Macapá e Mazagão*. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 1998.
- ABREU, Maurício de Almeida. *Pensando no Brasil do Passado*. In: Brasil: Questões atuais da reorganização do território / Iná Elias de Castro, Paulo Cesar da Costa Gomes, Roberto Lobato Corrêa, organizadores. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. 470p.
- BROWDER, John O. & GODFREY, Brian J. *Cidades da floresta: urbanização, desenvolvimento e globalização na Amazônia Brasileira*. Manaus: EDUA, 2006.
- BECKER, Bertha - (1975) - *Fundamentos Teóricos para Avaliação do Impacto da Rodovia Belém – Brasília no desenvolvimento regional* – 11 Seminário de Contribuição ao Desenvolvimento da Pesquisa sobre as Consequências Sócio-Econômicas da Implantação da Rodovia Belém – Brasília, IPR, DNER, Rio de Janeiro.
- BEZERRA, Josué Alencar; LIMA, Keliane Queiroz de. *Desigualdades Socioespaciais em Pequenas Cidades: A Segregação Residencial na Cidade De Pau Dos Ferros-RN*. Geo Temas, v. 1, n. 1, p. 43-54, jan./jun., 2011.
- BITOUN, Jan. *Tipologia das cidades brasileiras e políticas territoriais: pistas para reflexão*. In: Jan Bitoun; Lívia Miranda (Org.). *Desenvolvimento e Cidades no Brasil. Contribuições para o Debate sobre as Políticas Territoriais*. – Recife: FASE: Observatório das Metrôpoles, 2009.
- BROWDER, John O. & GODFREY, Brian J. *Cidades da floresta: urbanização, desenvolvimento e globalização na Amazônia Brasileira*. Manaus: EDUA, 2006.
- BALZON, Tatiana A. *Diagnóstico do potencial de produção de Castanha-do-Brasil no Município de Tefé para instalação e uma usina de beneficiamento*. Assessora Técnica da Cooperação Técnica Alemã/GIZ, Tefé/AM, 2012.
- BILLACRÊS, Máximo A. R. e SCHWADE, Tiago Maiká M. *Arranjos Produtivos No Rio Solimões*. XIX ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, São Paulo, 2009, pp. 1-13.
- BAIÃO, Alexandre Lima; CUNHA, Armando Santos Moreira da; SOUZA Flavio Sérgio R. N. de. *Papel das Transferências Intergovernamentais na Equalização Fiscal dos Municípios Brasileiros*. XXXVIII Encontro da ANPAD, Rio de Janeiro\13-17de setembro de 2014.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *Estudos sobre a rede urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

\_\_\_\_\_. *Uma nota sobre o urbano e a escala*. Revista Território. Rio de Janeiro, ano 71, n.11, p.12-13, set.\out., 2003.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CRUZ, Manoel de Jesus Masulo da. *Territorialização camponesa na várzea da Amazônia*. 2007. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo.

CAMPO, Nazareno José de. *TERRAS DE USO COMUM NO BRASIL*. São Paulo, FFLCH/USP Tese de Doutorado, 2000.

CARVALHO, José Alberto Lima de. *Terras caídas e consequências sociais: Costa do Miracouera – Paraná da Trindade, Município de Itacoatiara – Am, Brasil*. 2006. 141f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas – UFAM.

CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). *A geografia na sala de aula*. 8º ed. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

FRESCA, T. M. *Em defesa dos estudos das cidades pequenas no ensino de geografia*. Geografia, Londrina, vol. 10, n. 01, p. 27-34, jan/jun. 2001.

\_\_\_\_\_. *CENTROS LOCAIS E PEQUENAS CIDADES: diferenças necessárias*. Mercator – número especial, 2010: dez. p. 75 a 81.

FERNANDES, Ana Cristina. *Conhecimento, desenvolvimento regional e as cidades brasileiras*. In: Jan Bitoun; Lívia Miranda (Org.). *Desenvolvimento e Cidades no Brasil*. Contribuições para o Debate sobre as Políticas Territoriais. – Recife: FASE: Observatório das Metrôpoles, 2009. Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. – Brasília: Senado Federal, Subsecretária de Edições Técnicas, 2002.

FRANCO, Thiago Guimarães. *A Geografia das Cidades e das Vilas no Amazonas – O caso de Tonantins e São Francisco de Tonantins*. 2016. 160f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus.

FERNANDO, Verônica Lima. *A economia domiciliar da comunidade de Caiambé, Tefé – AM*. Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC. Tefé-AM, 2014.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. (Coleção polêmicas do nosso tempo). 23º ed. São Paulo: Editora Cortez, 1989.

FILHO, José R. F; SILVEIRA, Helton F. da; MACEDO, José J. G; LIMA, Marcelo B; CARDOSO, Carlos E. L. *Cultivo, processamento e uso da mandioca*. 1º ed. Brasília-DF, Embrapa, 2013.

FRIDMAN, Fania. *As cidades e o café*. Revista Rio de Janeiro, nº. 18 – 19, jan. - dez. 2006.

GUIMARÃES, Raul Borges. “*Geografia da saúde: velho tema, novas questões*”. Terra Livre: paradigmas da Geografia, São Paulo, n. 17, pp. 155-168, 2001.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 8. ed. Rio de Janeiro. Editora José Olympio, 1987.

HARTSHORNE, Richard. Propósitos e natureza da geografia; tradução original de Thomas Newlands Neto; supervisão de Fábio M. S. Guimarães e L. M. C. Bernardes. - 2. ed. - São Paulo: HUCITEC: ed. da Universidade de São Paulo, 1978.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Cidades: Tefé. s/l, s/d. (Disponível em <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)> Acesso em 25 outubro. 2015).

LENCIONI, Sandra. *Observações sobre o conceito de cidade e urbano*. GEO-USP – Espaço e Tempo, São Paulo, n. 24, 109-123, 2008.

MONBEIG, Pierre. “*Estudo geográfico das cidades*”. Revista Cidades, São Paulo, 2 (1): 277-314, 2004. (Publicado originalmente na Revista do Arquivo Municipal, São Paulo, 7 (73), 1941).

MAIA, Doralice Sátyro. *Cidades Pequenas: Como Defini-las? Apontamentos para os Estudos sobre as Cidades Pequenas*. In: OLIVEIRA, José Aldemir de; (Org.). Cidades Brasileiras: territorialidades, sustentabilidade e demanda sociais. – Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.

MORSE, Richard. *Brazil’s urban development: colony an empire*. In A. J. R. Russel-Wood (Org.). From colony to nation – Essays on the independence of Brazil. Baltimore e Londres: The Jonhs Hopkins University Press, 155-181, 1975.

MARINHO. T. P. ; SCHOR, Tatiana. *Segregação socioespacial, dinâmica populacional e rede urbana na cidade de Parintins/AM*. Geografares: Revista do Mestrado e do Departamento de Geografia, Centro de Ciências Humanas e Nuturais, Universidade Federal do Espírito Santo, v. 7, p.77-92, 2009.

MORAES, André de Oliveira. “*As iscas do mercado: relações de trabalho na pesca de bagres no rio Solimões*”. XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária, São Paulo, pp. 1-18, 2010.

MARINHO, Thiago Pimentel; RIBEIRO, Alex Butel. *Os açazeiros de Codajás: as especificidades do rural e do urbano nos municípios da calha do Rio Solimões-Amazonas*. XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária, São Paulo, 2009, pp. 1-15.

MORAES, André de Oliveira; TAVARES-PINTO, Moisés Augusto; SCHOR, Tatiana. *Cesta básica na ponta do lápis: práticas de pesquisa em Geografia*. Manaus: EDUA, 2016.

NASCIMENTO, Dilson Gomes. *A terra/água e o homem na várzea na Amazônia: Uma interpretação da vida ribeirinha*. Sociedade e Território, Natal, vol. 27. Edição Especial I – XXII ENGA. p. 5-19, set. 2015.

NASCIMENTO, Telma Santos do. Características das condições atmosféricas no período 1991 – 2007 em cidades que compõem a calha do Rio Solimões – Amazonas. 2009. 126f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus.

OLIVEIRA, Adélia Engrácia de. *Ocupação humana da Amazônia*. In: SALTI, Eneas et. al (Orgs.). *Amazônia: desenvolvimento, integração e ecologia*. São Paulo: Brasiliense; Brasília: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico – CNPq, 1983.

OLIVEIRA, José Aldemir de. *Tempo e espaço urbano na Amazônia no período da borracha*. *Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2006, vol. X, núm. 218 (35). <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-35.htm>> [ISSN: 1138-9788]

OLIVEIRA, José Aldemir de. – *Cidades na selva*. Manaus: Valer, 2000.

OLIVEIRA, Jose Aldemir. *A cultura nas (das) pequenas cidades na Amazônia Brasileira*. VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais Coimbra 16, 17 e 18 de Setembro de 2004.

OLIVEIRA, José Aldemir. *Cidades na selva*. Manaus: Valer, 2000.

PESSOA, Protásio Lopes. *História da Missão de Santa Teresa D'Ávila dos Tupebas*. Manaus: Novo Tempo. LTDA, 2005.

PEDROSA, Josinny Campos; ARAÚJO, Sidney Souza de. *Diagnóstico Sócio – Econômico do Município de Tefé*. Realização: SEMPA e IDAM. Tefé, Amazonas, 2011.

QUEIROZ, Kristian Oliveira de. *A formação histórica do território Tefeense*. Curitiba: CRV, 2015.

QUEIROZ, Sebastião Sampaio de. *A pesca e a comercialização dos bagres no médio rio Solimões –Tefé (AM)*. 2012. 130f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus.

REIS, Arthur César Ferreira. *O Seringal e o Seringueiro*. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, 1953.

REIS FILHO, Nestor Golart. *Constituição ao estudo da evolução urbana no Brasil (1500-1720)*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora e Editora da Universidade de São Paulo, 1968.

RIBEIRO, Marina Lelis; SCHOR, Tatiana. *Saúde Urbana no eixo Manaus – Iranduba: Um estudo sobre o perfil epidemiológico dos feirantes de Iranduba – Am*. *HYGEIA: Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde (Uberlândia)*, v. 7, p. 108-123, 2011.

RODRIGUES, Eubia Andréa. *Rede Urbana do Amazonas: Tefé como Cidade Média de Responsabilidade Territorial na Calha do Médio Solimões*. 2011. 133f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus.



RIBEIRO, Alex Butel. *A Rede Urbana Pan-Amazônica e a Copa do Mundo de 2014: Os impactos nas Cidades de Tabatinga (BR) e Leticia (COL)*. 2015. 197f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus.

RODRIGUES, Patrícia Kálinca Alves; SANTANA, Paola Verri de. *Finanças públicas municipais e saneamento básico em Coari\AM*. SHOR, Tatiana; SANTANA, Paola Verri de (Orgs.). *Dinâmicas urbanas na Amazônia brasileira*. Vol. 2. Manaus: Editora Valer, CNPQ, FAPEAM, p.240, 2015.

SANTOS, Milton. *Espaço e sociedade*. Petrópolis: Vozes, 1979.

SOUZA, Augusto Cabroliê Gonçalves de. *Síntese da História de Tefé*, 1983.

SOARES, Beatriz Ribeiro. *Pequenas cidades: uma revisão do tema*. In: OLIVEIRA, José Aldemir de; (Org.). *Cidades Brasileiras: territorialidades, sustentabilidade e demanda sociais*. – Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.

SAMPAIO, Francisco Xavier Ribeiro de. *As viagens do ouvidor Sampaio (1774-1775)*. (Coleção Hileia Amazônica). Manaus: ACA-Fundo Editorial, 1985. SANTANA, Mário Rubem Costa. “Sobre as redes e sobre o acesso às redes”. VI Congresso Brasileiro de Geógrafos, Goiânia, 2004.

SANTOS, Sandriele Pessoa dos. *Tempo e Espaço na Amazônia Colonial: da Vila de Ega à Cidade de Tefé séculos XVIII e XIX*. 2016. 113f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado, fundamentos teórico e metodológico da Geografia*. Hucitec. São Paulo, 1988.

SOUZA, Maria Ângela de Almeida. *Pensando a política nacional de habitação para a diversidade das famílias e dos municípios brasileiros*. In: Jan Bitoun; Livia Miranda (Org.). *Desenvolvimento e Cidades no Brasil. Contribuições para o Debate sobre as Políticas Territoriais*. – Recife: FASE: Observatório das Metrôpoles, 2009. Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. – Brasília: Senado Federal, Subsecretária de Edições Técnicas, 2002.

SCHOR, Tatiana. *As cidades invisíveis da Amazônia brasileira*. Revista Mercator, Fortaleza-CE, 28 (12), pp. 67-84, 2013.

SCHOR, Tatiana. *Redes, fluxos e abastecimento de comida no Alto Solimões/AM: reflexões sobre o papel das cidades e da produção rural no desenvolvimento local...Terceira Margem: Amazônia*, v. 1, p. 179-2006, 2014.

SCHOR, Tatiana e OLIVEIRA, José Aldemir – *Reflexões metodológicas sobre o estudo da rede urbana no Amazonas e perspectivas para a análise das cidades na Amazônia Brasileira*. *ACTA Geográfica*, Boa Vista: UFRR, 2011, Edição Especial "Cidades na Amazônia Brasileira". 15-30.

SCHOR, Tatiana; MORAES, André de Oliveira. “*Hortas urbanas e os modos de morar: a produção de hortaliças nos quintais das cidades*”. XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária, São Paulo, pp. 1-12, 2009.

SCHOR, Tatiana; TAVARES-PINTO, Moisés Augusto; AVELINO; Francisco Carlos da Costa; RIBEIRO, Marina Lelis. “*Do peixe com farinha à macarronada com frango: uma análise das transformações na rede urbana no Alto Solimões pela perspectiva dos padrões alimentares*”. Confins, Paris, 20, p. art 21, 2015.

SANTOS, Gercicley Rodrigues dos; COSTA, Daniellle Pereira da; AMÂMCIO, Raimundo Nonato Duarte. “*Hortas urbanas: a produção de hortaliças nos quintais das cidades de Lábrea, Amazonas, Brasil*”. SCHOR, Tatiana (org.). *Dinâmica urbana na Amazônia brasileira*. Volume 1. Manaus: Editora Valer, pp. 135-150, 2014.

TRINDADE JR., Saint-Clair Cordeiro da. *Diferenciação territorial e urbanodiversidade: elementos para pensar uma agenda urbana em nível nacional*. Cidades, Presidente Prudente, Grupo de Estudos Urbanos, v.7, n. 12, p. 49-77, jul./dez. 2010b.

TAVARES-PINTO, Moisés Augusto. *A caça e a pesca na beira de Tabatinga: um estudo do mercado de recursos naturais na Tríplice fronteira Brasil-Colômbia-Peru*. 2015. 169f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente) – Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus.

TAVARES-PINTO, Moisés Augusto. *Vulnerabilidade fiscal e rede urbana no Amazonas: um estudo para as cidades médias na calha do rio Solimões-Amazonas, Amazonas, Brasil (2000-2010)*. SCHOR, Tatiana; SANTANA, Paola Verri de (orgs.). *Dinâmica urbana na Amazônia brasileira*. Vol. 2. Manaus: Editora Valer, CNPQ, FAPEAM, p.240, 2015.

ULISSES E. C. *Saúde na Amazônia: um modelo conceitual para a análise de paisagens e doença*. Pesquisador da Escola Nacional de Saúde Pública, da Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro. Texto recebido em 31 de janeiro de 2005 e aceito para publicação em 26 de fevereiro de 2005.

VESENTINI, José William. “Educação e ensino de geografia: instrumentos de dominação e/ou de libertação”. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). *A geografia em sala de aula*. 8 ed. São Paulo: Contexto, 2007.